

**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UnC
CURSO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

RODNEI OLIVEIRA DE LIMA CAMARA



**O CAPITAL SOCIAL E OS RESULTADOS DO IDEB: UM ESTUDO DE CASO NAS
ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DA 26ª GERED.**

**CANOINHAS
2015**

RODNEI OLIVEIRA DE LIMA CAMARA



**O CAPITAL SOCIAL E OS RESULTADOS DO IDEB: UM ESTUDO DE CASO NAS
ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DA 26ª GERED.**

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência para a obtenção de título de Mestre em Desenvolvimento Regional, na Universidade do Contestado – UnC, sob a orientação do Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner.

**CANOINHAS
2015**

Dedico o presente trabalho, aos meus pais CHARLES e JANE vidas que sempre me incentivaram no decorrer de minha jornada acadêmica. Aos meus filhos, SAMUEL e EVELIN, no intuito de que o presente, resultado do esforço intelectual de seu pai, possa servi-lhes de incentivo a persistirem na busca de seus objetivos. Finalmente, a minha esposa, MARTA, por estar sempre ao meu lado me apoiando e incentivando na concretização de mais esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Publico minha sincera gratidão, primeiramente a Deus, no qual tenho crido e servido, com fé, devoção e dedicação e como divulgador de sua mensagem ao longo dos últimos vinte e dois anos em quase todo o solo brasileiro.

A Convenção Estadual dos Ministros Evangélicos do Estado de Santa Catarina (CONEMAD-SC), da qual faço parte como membro efetivo, desde o inverno de 1997, por ter acreditado em minha vocação e projetos eclesiais no Planalto Norte Catarinense, impetrando sobre a minha pessoa o apoio que precisei.

Aos meus líderes estaduais que sempre acreditaram no meu esforço e me serviram de exemplos inestimáveis: Pr. Dr. José Nogueira Marinho, Pr. Abimael Fontes Ferreira e todos os membros da Mesa Diretora da CONEMAD-SC.

Aos meus professores do Curso de Mestrado, acadêmico, em Desenvolvimento Regional, em especial agradecimentos ao Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner por sua orientação intelectual e sugestões para a concretização do presente trabalho.

As instituições, 26ª GERED e Escolas, que estiveram envolvidas na pesquisa, e que me dispensaram todo o apoio na concretização da mesma. Ao professores e gestores das referidas escolas que se disponibilizaram a participarem da pesquisa.

Muito obrigado!

“Não que eu já tenha obtido tudo isso ou tenha sido aperfeiçoado, mas prossigo para alcançá-lo, pois para isso também fui alcançado por Cristo Jesus. [...] esquecendo-me das coisas que ficaram para trás e avançando para as que estão adiante, prossigo para o alvo, [...]”

(APÓSTOLO PAULO)

RESUMO

O presente trabalho se refere a uma pesquisa dissertativa, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – UnC, campus Canoinhas SC, a respeito dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em todas as suas edições, das escolas públicas estaduais pertencentes a 26ª Gerência Regional de Educação (GERED). O objetivo central do trabalho foi verificar quais fatores influenciaram nos resultados do IDEB nas referidas escolas. Para tanto, a pesquisa partiu da hipótese de que o capital social, em seus elementos básicos, presentes entre os professores e gestores das escolas pesquisadas, exerceu influência no rendimento das escolas frente o referido índice. No intuito de alcançar os objetivos propostos na pesquisa, estabeleceu-se um roteiro investigativo que levou em consideração algumas etapas: Primeiro, dissertou-se sobre alguns temas pertinentes ao assunto no referencial teórico, como a relação entre educação e desenvolvimento, políticas de avaliação no Brasil e o Capital Social como teoria. Segundo, na coleta de dados foram utilizadas as informações já disponíveis, ou seja, os resultados do IDEB de todas as escolas participantes da pesquisa, a fim de classificar as escolas que alcançaram as melhores e menores frequências de médias. Tendo sido selecionada a amostra, foi aplicado um questionário aos professores e gestores das escolas, com o objetivo de medir a intensidade da presença do capital social entre os mesmos e, posteriormente, comparar as informações entre as escolas de melhores e menores índices, buscando comprovar ou não a hipótese da pesquisa. O questionário apresentou questões que objetivaram medir os seguintes elementos do capital social: grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, informação e comunicação, coesão e inclusão social. Terceiro, munidos das referidas informações, separou-se para análise as melhores escolas em todas as edições e as escolas de menores médias em todas as edições do IDEB no intuito de fazer uma análise comparativa, verificando se nas escolas de melhores médias a presença do capital social era mais patente do que nas escolas de menores médias. O resultado da pesquisa deixou perceptível que, justamente nas escolas de melhores médias em todas as edições do IDEB, são as mesmas onde a presença do capital social foi maior do que nas escolas de menores rendimentos, demonstrando que existe uma relação, de influência, entre os resultados do IDEB e a presença do capital social entre os professores e gestores escolares das referidas escolas, comprovando a hipótese inicial da pesquisa. Os dados foram apresentados valendo-se de gráficos, tabelas e quadros, acompanhados das devidas análises.

Palavras-chave: Educação, desenvolvimento, capital social.

ABSTRACT

This paper refers to a dissertation research, the Master's Program in Regional Development at the University of Contestado - UNC campus Canoinhas SC, regarding the results of the Basic Education Development Index (IDEB), in all its editions, the public schools belonging to 26th Manages Regional Education (Gered). The main objective of the study was to determine which factors influenced the IDEB results in those schools. Therefore, the research started from the hypothesis that social capital, in its basic elements, present among the teachers and administrators of schools surveyed, exerted influence on the performance of schools across this index. In order to achieve the objectives proposed in the research, set up an investigative script that took into account some steps: First, spoke about some issues relevant to the subject, the theoretical framework, as the relationship between education and development, evaluation of policies in Brazil and the social capital a as theory. Second, data collection, we used the information already available, that is, the IDEB results of all participating schools research, in order to rank schools that have achieved the best and lowest frequency averages. Having been selected sample, a questionnaire was administered to teachers and managers of schools, in order to measure the intensity of the presence of social capital between them and then compare information between the best schools and lower rates, seeking to prove the hypothesis or not the search. The questionnaire presented questions that aimed to measure the following elements of social capital: groups and networks, trust and solidarity, cooperation and collective action, information and communication, cohesion and social inclusion. Third bearing the said information, separated for analysis the best schools in all editions and average numbers of schools in all IDEB issues in order to make a comparative analysis, making sure that the best medium schools the presence of social capital was more apparent than in lower secondary schools. The search result left noticeable that just the best middle schools in all editions of IDEB, are the same where the presence of social capital was higher than in low-income schools, showing that a relationship of influence between the results of IDEB and the presence of social capital among teachers and school managers of these schools, proving the initial hypothesis. The data were presented making use of graphs, charts and tables, accompanied by the appropriate analyzes.

Keywords: Education , development, social capital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Síntese da Estrutura da Educação no Brasil.....	39
Figura 1 – Mapas dos Municípios da 26ª SDR.....	54
Gráfico 1 – IDEB Porto União (SC) - Anos Iniciais.....	57
Gráfico 2 – IDEB Porto União (SC) - Anos Finais.....	58
Gráfico 3 – IDEB Irineópolis (SC) - Anos Iniciais e Finais.....	59
Gráfico 4 – IDEB Bela Vista do Toldo (SC) - Anos Iniciais e Finais.....	60
Gráfico 5 – IDEB Major Vieira (SC) - Anos Iniciais e Finais.....	61
Gráfico 6 – IDEB Canoinhas (SC) - Anos Iniciais.....	62
Gráfico 7 – IDEB Canoinhas (SC) - Anos Finais.....	63
Gráfico 8 – IDEB Três Barras (SC) - Anos Iniciais.....	64
Gráfico 9 – IDEB Três Barras (SC) - Anos Finais.....	65
Quadro 2 – Perfil Socioeconômico dos Professores e Gestores por Município.....	66
Gráfico 10 - Grau de conhecimento dos resultados do IDEB entre os professores das escolas pesquisadas.....	68
Gráfico 11 - Grau de conhecimento dos resultados do IDEB entre os gestores das escolas pesquisadas.....	68
Gráfico 12 - Nível de Desenvolvimento Regional e Interesse Comunitário (professores por município).....	69
Gráfico 13 - Nível de Desenvolvimento Regional e Interesse Comunitário (Gestores por município).....	70

Gráfico 14 - Grau de Desenvolvimento do Município (opinião dos professores por município).....	71
Gráfico 15 - Grau de Desenvolvimento do Município (opinião dos gestores por município).....	72
Gráfico 16 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos iniciais (EEB Germano Wagenfhur).....	73
Gráfico 17 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos finais (EEB Germano Wagenfhur).....	73
Gráfico 18 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos iniciais (EEB João José de Souza Cabral).....	74
Gráfico 19 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos finais (EEB João José de Souza Cabral).....	74
Gráfico 20 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos iniciais (EEB Manoel da Silva Quadros).....	75
Gráfico 21 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos finais (EEB Manoel da Silva Quadros).....	75
Gráfico 22 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos iniciais (EEB Frei Menandro Kamps).....	76
Gráfico 23 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos finais (EEB Frei Menandro Kamps).....	76
Gráfico 24 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos iniciais (todas as escolas).....	77
Gráfico 25 - Rendimento e Freqüência no IDEB/anos finais (todas as escolas).....	77
Quadro 3 - Participação dos professores e gestores em grupos e redes (Escolas com melhor freqüência).....	78
Gráfico 26 - Participação dos professores e gestores em grupos e redes (Escolas de melhor freqüência).....	79

Quadro 4 - Participação dos professores e gestores em grupos e redes (Escolas de menor freqüência).....	80
Gráfico 27 - Participação dos professores e gestores em grupos e redes (Escolas de menor freqüência).....	80
Quadro 5 – Grau de confiança dos professores e gestores (Escolas com melhor freqüência).....	81
Gráfico 28 – Grau de Confiança dos Professores e Gestores (Escolas de melhor freqüência).....	82
Quadro 6 – Grau de confiança dos professores e gestores (Escolas com menor freqüência).....	82
Gráfico 29 – Grau de Confiança dos Professores e Gestores (Escolas de menor freqüência).....	83
Gráfico 30 - Demonstração de solidariedade entre professores e gestores (escolas de melhor freqüência).....	83
Gráfico 31 - Demonstração de solidariedade entre professores e gestores (escolas de menor freqüência).....	83
Gráfico 32 - Participação de trabalho em equipe (escolas de melhor freqüência).....	85
Gráfico 43 - Participação de trabalho em equipe (escolas de menor freqüência).....	85
Quadro 7 - Principais ações realizadas em conjunto com a equipe escolar (escolas de melhores e menores índices).....	86
Gráfico 34 - Probabilidade de envolvimento e prestação de auxílio as pessoas (escolas de melhores índices).....	86
Gráfico 35 - Probabilidade de envolvimento e prestação de auxílio as pessoas (escolas de menores índices).....	86
Gráfico 36 - Utilização dos meios de comunicação para informação (professores e gestores das escolas de melhores índices).....	88

Gráfico 37 - Utilização dos meios de comunicação para informação (professores e gestores das escolas de menores índices).....	89
Gráfico 38 - Utilização dos meios de comunicação para divulgação (professores e gestores das escolas de melhores índices).....	89
Gráfico 39 - Utilização dos meios de comunicação para divulgação (professores e gestores das escolas de menores índices).....	90
Gráfico 50 - Freqüência de leitura entre os professores e gestores (escolas de melhores índices).....	90
Gráfico 41 - Freqüência de leitura entre os professores e gestores (escolas de menores índices).....	91
Gráfico 42 - Origem do incentivo a leitura dos professores e gestores (escolas de melhores médias).....	91
Gráfico 43 - Origem do incentivo a leitura dos professores e gestores (escolas de menores médias).....	92
Gráfico 44 - Capacidade para recomendar livros (escolas de melhores médias).....	92
Gráfico 45 - Capacidade para recomendar livros (escolas de menores médias).....	93
Gráfico 46 - Atividades de promoção e divulgação de livros (escolas de melhores e menores médias).....	93
Gráfico 47 - Grau de proximidade com as pessoas que fazem parte da escola (escolas de melhores e menores médias).....	97
Gráfico 48 - Controle sobre as decisões diárias entre os professores e gestores (escolas de melhores e menores índices).....	98
Gráfico 49 – Considerações sobre as preocupações manifestadas pelos professores e gestores (escolas de melhores e menores índices).....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ranking IDH Global 2013.....	32
Tabela 2 - Ranking Estadual (IDHM Brasil - 2010).....	33
Tabela 3 - Ranking Municipal Nacional (IDHM Brasil - 2010).....	34
Tabela 4 - Ranking Municipal Estadual Regional de SC (IDHM Brasil - 2010).....	35
Tabela 5 Edições do PISA.....	41
Tabela 6 – Ano de aplicação e divulgação dos resultados do IDEB (período de 2005 a 2013).....	43
Tabela 7 - IDHM (26ª SDR) – 2010.....	51
Tabela 8 - IDEB - Porto União (SC) - Anos Iniciais.....	57
Tabela 9 - IDEB - Porto União (SC) - Anos Finais.....	58
Tabela 10 - IDEB - Irineópolis (SC) - Anos Iniciais.....	59
Tabela 11 - IDEB - Irineópolis (SC) - Anos Finais.....	59
Tabela 12 – IDEB – Bela Vista do Toldo (SC) - Anos Iniciais.....	60
Tabela 13 – IDEB – Bela Vista do Toldo (SC) - Anos Iniciais.....	60
Tabela 14 - IDEB – Major Vieira (SC) - Anos Iniciais e Finais.....	61
Tabela 15 - IDEB – Canoinhas (SC) - Anos Iniciais.....	62
Tabela 16 - IDEB – Canoinhas (SC) - Anos Finais.....	63
Tabela 17 - IDEB – Três Barras (SC) - Anos Iniciais.....	64
Tabela 18 - IDEB – Três Barras (SC) - Anos Finais.....	64

LISTA DE SIGLAS

IDEB – Índice do Desenvolvimento da Educação Básica

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

GERED – Gerência Regional de Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PIB – Produto Interno Bruto

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

DF – Distrito Federal

ONU – Organização das Nações Unidas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

EPT – Educação para Todos

FUNDEB – Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

EAD – Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica

ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

ENAD – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNFPA - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

LISTA DE ABREVIações

P.U. – Porto União

IRIN. – Irineópolis

B.V.T. – Bela Vista do Toldo

M.V. – Major Vieira

CAN. – Canoinhas

T.B. – Três Barras

G – EEB Germano Wagenfhur

C – EEB João José de Souza Cabral

Q – EEB Manoela da Silva Quadros

M – EEB Frei Menandro Campos

D – EEB Luiz Davet

Gn – EEB General Osorio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	REVISÃO TEÓRICA.....	22
2.1	EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	22
2.1.1	Desenvolvimento.....	22
2.1.2	Educação.....	27
2.2	AValiação DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	38
2.2.1	Estrutura da Educação no Brasil.....	38
2.2.2	Índices Avaliativos da Educação no Brasil.....	40
2.2.3	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.....	42
2.3	O CAPITAL SOCIAL.....	45
2.3.1	Conceito de Capital Social.....	45
2.3.2	Capital Social: Possíveis Relações.....	50
2.3.3	Capital Social e Educação.....	50
3	ANÁLISE DOS DADOS.....	54
3.1	LOCALIZAÇÕES E DADOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS DA 26ª SDR.....	54
3.2	DADOS EDUCACIONAIS DOS MUNICÍPIOS DA 26ª GERED.....	56
3.3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	65
3.3.1	Dos Resultados.....	65
3.3.2	Do Perfil Socioeconômico dos Professores por Município.....	66
3.3.3	Da Relação entre o IDEB e o Desenvolvimento.....	67
3.3.4	Da Presença do Capital Social.....	72
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFEÊNCIAS.....	103
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA.....	107

1 INTRODUÇÃO

O tema, objeto de estudo dissertativo da presente pesquisa, aponta para a relação entre Educação e Desenvolvimento, a partir de uma pesquisa relacionada ao desenvolvimento da Educação Básica, por meio da análise do Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), das possíveis relações entre o Capital Social, presentes entre os professores e gestores, como um dos fatores determinantes, e o referido índice nas escolas pertencentes aos municípios que compõem a 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), região conhecida como Planalto Norte Catarinense, composto por municípios presentes no eixo Três Barras – Porto União.

Os estudiosos das teorias do desenvolvimento, principalmente os teóricos atuais, entendem que esse processo está sujeito a um conjunto de fatores, endógenos e exógenos¹, que se apresentam como “motores” do desenvolvimento regional, entre esses a educação. A educação, como um fator importante no processo de desenvolvimento regional, alcança maior espaço quando passa a ser incluída nos critérios avaliativos de diversos índices que procuram medir o grau e a intensidade do desenvolvimento de países, estados, regiões e municípios onde, nos elementos quantitativos dos referidos índices, são avaliados, entre outros fatores, o nível de qualidade e desenvolvimento educacional. Exemplo disso está no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, no Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) entre outros. Por esse motivo, através de políticas públicas, a educação tem sido alvo de diversas formas de avaliação, como condição de medir seu nível de desenvolvimento e, por consequência, seu nível de qualidade. O resultado obtido das avaliações da educação tem sido entendido como indicativos de qualidade na área e, o meio pelo qual se verifica a efetividade dos investimentos realizados nesse setor, isto é, se os mesmos têm alcançado o rendimento projetado.

O “lócus” político-geográfico da presente pesquisa se deu nos municípios que compõem a 26ª SDR, ou seja, Três Barras, Canoinhas, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Porto União. Constituindo-se de municípios efetivamente rurais com exceção de Canoinhas, Três Barras e Porto União que possuem atividades industriais. Já o “lócus” institucional da pesquisa se deu nas escolas da rede pública

¹ Fatores endógenos são constituídos de recursos oriundos da própria região, enquanto que os exógenos são constituídos de recursos oriundos de fora da região.

estaduais, as dezesseis unidades que participaram da última avaliação² do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pertencentes a 26ª Gerência Regional de Educação (GERED). Nesse sentido, a pesquisa procurou responder a seguinte pergunta/problema: Que fatores tiveram influência no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas públicas da rede estadual, da 26ª SDR, composto por municípios presentes no eixo Três Barras – Porto União?

A fundamentação teórica da pesquisa se estabeleceu em quatro eixos: Educação, Desenvolvimento, Políticas de Avaliação Educacional e Capital Social. A opção teórica se estabeleceu nos seguintes autores: Morrisch (1975), Durkheim (1967), Weber (1991), Laraia (2001), Higgins (2005), Bourdieu (1998), Putnan (1996), Coleman (1990) e Fukuyama (2001) entre outros autores, que possibilitaram contribuições importantes na formação do pensamento sobre o tema proposto, principalmente a respeito da teoria do Capital Social. A pesquisa teve sua origem, a partir da hipótese de que elementos constitutivos do Capital Social, existentes entre professores e gestores das escolas pesquisadas, exercem influência no resultado do IDEB em todas as suas edições, nos municípios que compõem a 26ª SDR.

Na discussão sobre o Desenvolvimento Regional é de capital importância uma abordagem, mais ampla, que contemple em suas discussões outras possíveis dimensões desse processo como condição de, não só entender o conceito como uma parte, mas, a partir das partes, compreendê-lo como um todo, aqui tendo como referência as teorias do capital social como parte do referido processo. Nesse sentido, a educação de qualidade, fomentada pela presença de capital social, é uma dessas dimensões, indispensáveis, na promoção do desenvolvimento regional. Há que se justificar, também, o referido projeto, do ponto de vista de sua relevância prática, em pelo menos três perspectivas: Primeiro, em uma perspectiva acadêmica, na medida em que o tema proposto aborda uma área, a educação, pouco explorada nas dissertações do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade do Contestado; Segundo, em uma perspectiva indicativa, na medida em que o estudo poderá fornecer possíveis indicadores que apontem para modelos, práticos e institucionais, visando uma educação de qualidade; Terceiro, em uma perspectiva política, na medida em que o resultado da pesquisa permitirá,

² Edição de 2013 com resultados divulgados em 2014.

possivelmente, um diagnóstico da educação básica nas escolas investigadas, fomentando o debate sobre os resultados e redirecionamentos para uma educação de melhor qualidade. O presente estudo sobre a educação básica, portanto, contribuirá como acréscimo, nas discussões acerca do Desenvolvimento Regional, sobre esses termos se justifica o presente projeto. Ademais, o IDEB, a Educação e o Desenvolvimento tem se apresentado como temas e referências largamente explorados por pesquisadores, principalmente das ciências sociais e educadores.

Como objetivo geral da pesquisa pretendeu-se verificar a existência de uma relação causal entre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com o Capital Social, existentes entre os professores e gestores, nas escolas públicas da rede estadual, dos municípios pertencentes a 26ª SDR, no eixo Três Barras – Porto União. Partindo deste objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Fomentar reflexões sobre a educação e sua importância no processo de desenvolvimento regional; b) Apresentar a situação atual das políticas avaliativas da educação brasileira; c) Expor uma leitura conceitual a respeito do Capital Social nas teorias do Desenvolvimento; d) Identificar as escolas que obtiveram os melhores e piores resultados no IDEB em todas as suas edições; e) Identificar os elementos do Capital Social presente entre os professores e gestores das escolas; f) Comparar os resultados das unidades escolares no IDEB em todas as edições e relacioná-los com o Capital Social.

No que se refere aos materiais e métodos, sobre os quais se fundamentou a pesquisa, levou-se em consideração os seguintes critérios: a) Da corrente filosófica de investigação: é uma pesquisa de natureza positivista, pois objetivou verificar, por meio de estudo comparativo, a existência de fatores, ou elementos do capital social em comum, ou que se repetem nas Unidades Escolares investigadas, que alcançaram os melhores resultados do IDEB em todas as edições; b) Do método investigativo: a investigação se deu de forma hipotética e dedutiva, partindo-se de uma hipótese, ou seja, as escolas que alcançaram os melhores resultados são as mesmas onde o capital social mais se apresenta entre os professores e gestores. Por meio da coleta de dados, tratamento e interpretação dos mesmos, em um estudo comparativo, procurou-se verificar a consistência, ou não, da hipótese apresentada na pesquisa e assim deduzir que onde existe maior presença de capital social, entre professores e gestores escolares, haverá maior probabilidade de resultados melhores no IDEB; c) Da natureza da pesquisa: se posiciona na proposta

de ser uma pesquisa aplicada. Ou seja, em se constatando a generalidade de elementos, constitutivos do capital social, entre professores e gestores, nas escolas pesquisadas e que alcançaram os melhores resultados no IDEB, a possibilidade do estabelecimento de um indicador regional de desenvolvimento da educação básica;

d) Das fases da pesquisa: Na fase preliminar foram exploradas as informações bibliográficas e documentais sobre os diversos temas envolvidos na pesquisa: educação e desenvolvimento, políticas de avaliação da educação, teorias do desenvolvimento e o capital social. Na fase seguinte foi realizado um levantamento dos dados estatísticos e informações, já existentes, sobre o IDEB referentes às Unidades Escolares da rede pública estadual, em todos os municípios envolvidos na pesquisa, com o objetivo de extrair, dos mesmos, a amostra da pesquisa. Os referidos dados foram coletados junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Do universo, formado por 54 escolas públicas existentes nos municípios envolvidos na pesquisa, e que foram avaliadas pelo IDEB, a amostra se deu a partir das escolas que compõem a rede pública estadual da 26ª GERED e, que alcançaram as melhores e menores médias na avaliação do IDEB. Na terceira fase, munido da amostra, foi realizada a pesquisa de campo, ou seja, a aplicação do instrumento de pesquisa aos professores e gestores das escolas. Na quarta fase foram tratados, tabulados e analisados os dados colhidos dos questionários usando a análise documental, comparando o desempenho no IDEB de cada escola e a possível relação com o Capital Social;

e) Da abordagem da pesquisa: O trabalho se fundamentou em uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. Quantitativa pela existência de documentos e dados que foram observados e comparados entre si, enfatizando os indicadores numéricos e percentuais sobre o assunto pesquisado, pretendendo extrair os significados visíveis e latentes que envolvem o problema em foco. Muito embora grande parte das pesquisas e estudos relacionados à educação se vale, em grande parte, apenas do método qualitativo³, o método quantitativo pode emprestar às pesquisas resultados e contribuições significativas haja vista a existência de problemas educacionais onde sua compreensão e contextualização dependem de ser expostos e qualificados por meio de dados quantitativos. Falcão e Régnier (2000) sugerem que os métodos quantitativos de análise devem ser encarados como recursos disponíveis ao pesquisador devendo, o mesmo, lidar com

³ Excluindo análises de dados de avaliações de rendimento escolar realizadas em alguns sistemas educacionais no Brasil, poucos estudos empregam metodologias quantitativas.

esse método em uma dimensão reflexiva e, não em uma dimensão de submissão, cega, pois oferecem, apenas, indícios e não verdades sobre os temas e questões investigados. Não obstante, a análise dos dados quantitativos e o cruzamento entre as várias informações coletadas poderão produzir uma análise qualitativa (CHIZZOTTI, 2006). O rigor e a sistematicidade do conhecimento científico bem como a importância da metodologia no trabalho científico são destacados por Holiday (1983). A objetividade e sistematicidade são as condições, indispensáveis, para que o resultado de uma pesquisa ou investigação seja considerado científico e, portanto, válido (MEGALE, 1989)

A respeito do procedimento da pesquisa, após tabulados os dados, e identificadas às escolas que compuseram a amostra, teve início a pesquisa de campo, para tanto foi aplicado um questionário contendo questões que procuravam descrever, ou, revelar a existência da relação entre capital social nos gestores e professores das unidades escolares pesquisadas e os resultados do IDEB. O referido questionário foi organizado levando em consideração as seguintes características: Um questionário de natureza mista, contendo questões fechadas e abertas, e de múltipla escolha; a construção da maioria das questões se valeu da Escala de Likert (grau de concordância e discordância). O questionário apresentou como cabeçalho, lacunas para preenchimento dos dados do entrevistador e entrevistado além das devidas informações, necessárias, sobre a natureza da pesquisa e a responsabilidade do pesquisador. No que se refere a estrutura, está organizado e subdividido em três blocos temáticos apresentando questões Socioeconômicas, sobre o Capital Social e a relação entre o IDEB e Desenvolvimento. Tanto, os dados a serem coletados junto ao INEP, quanto os dados a serem coletados junto as Unidades Escolares, foram tabulados e apresentados em tabelas e gráficos comparativos para melhor leitura e extração de possíveis informações relevantes, no tocante a comprovação ou não da hipótese inicial.

Finalmente, a estrutura textual do presente trabalho esta organizada em introdução, desenvolvimento e conclusão. Na introdução estão apresentados os objetivos do trabalho e as razões de sua elaboração. No desenvolvimento são expostos a revisão teórica, apresentação e análises dos dados coletados e a discussão sobre os mesmos. Finalmente, na conclusão, são apresentados um

conjunto de observações, questionamentos e reflexões gerais sobre o trabalho realizado. Como partes integrantes do trabalho ainda são apresentados os apêndices e anexos.

2 REVISÃO TEÓRICA

Na presente divisão textual pretende-se apresentar um conjunto de conceitos e discussões envolvendo os principais eixos temáticos pertinentes ao problema de pesquisa, a saber: Educação e Desenvolvimento, Políticas Públicas de Avaliação Educacional e o Capital Social. Na primeira parte, serão apresentadas diversas abordagens, a partir de conhecimentos envolvendo conceitos sociológicos, sobretudo a sociologia da educação, objetivando, por meio de referências teóricas, a relação entre educação e o processo de desenvolvimento. A segunda parte propõe refletir sobre as políticas de avaliação educacional, sobretudo no aspecto de suas origens, formas, estruturas e objetivos. Finalmente, o texto expõe as principais ideias conceituais sobre o Capital Social enfatizando seu conceito a partir de suas origens teóricas e possíveis relações com a educação.

2.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

2.1.1 Teorias do Desenvolvimento

É possível dizer que o desenvolvimento, como conceito explorado pelas ciências sociais, teve sua origem no pensamento econômico e passa a ter um destaque como tema específico, a partir da segunda metade do século XX. A relação entre teorias econômicas e desenvolvimento se confunde com a própria história das doutrinas econômicas, tendo seu início com o pensamento dos fisiocratas. Não obstante, os fisiocratas⁴, dentre eles François Quesnay (1694 – 1774), terem sido os primeiros a discutirem o desenvolvimento em uma dimensão econômica, é a partir dos chamados economistas clássicos, entre eles, Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, Stuart Mill e Karl Marx, que o desenvolvimento passa a ser analisado levando-se em consideração a dimensão humana do mesmo.

No final do século XIX, surgem novos teóricos da economia, relacionando desenvolvimento com crescimento econômico. Para Marshall (1842-1924) o crescimento econômico era o resultado da capacidade humana e tecnológica. Por outro lado, para Schumpeter (1883-1950), o crescimento econômico estava ligado à tecnologia, instituições eficientes e empreendedorismo. Outro teórico que se

⁴ Fisiocratas: assim conhecidos por fundamentarem suas teorias em leis naturais.

destacou nas discussões sobre o crescimento econômico foi Keynes (1883-1946) que defendia a intervenção do Estado na economia e a estabilidade das instituições.

Como um conceito explorado pelas Ciências Sociais, o desenvolvimento, tem sua origem em uma releitura do evolucionismo de Darwin, ou seja, o desenvolvimento como um “novo evolucionismo”⁵. No centro de tal conceito, repousa a ideia de que as sociedades poderiam ser entendidas, ou caracterizadas por suas diferenças, que não eram de natureza, mas de etapas de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento como sendo um processo *continuum*, submetido a etapas, permitiu o surgimento de classificações próprias para as diversas nações, que a partir do período do capitalismo industrial, passam a ser conhecidas por desenvolvidas, semi desenvolvidas e subdesenvolvidas. Um dos representantes dessa corrente teórica desenvolvimentista, sem dúvida, foi Rostow (1974)⁶, que sugeriu que as sociedades passam por cinco etapas distintas no processo de desenvolvimento, a saber: sociedade tradicional (primeira), sociedade em processo de transição (segunda), sociedade em início de desenvolvimento (terceira), sociedade em maturação (quarta) e, sociedade de produção de massa (quinta).

A interpretação desenvolvimentista sofre críticas, na medida em que, a mesma, necessariamente, despreza, em sua análise interpretativa, as características históricas de cada sociedade, o que é de fundamental importância para a sua compreensão como no caso da Índia no século XIX⁷. Max Weber, um dos clássicos da sociologia, apresenta, em sua corrente teórica, a mesma opção pela consideração da história das sociedades, como condição de entendê-las.

Aos poucos, o dualismo começou a nortear o conceito de desenvolvimento e de subdesenvolvimento, permitindo classificar e identificar regiões. Esse pensamento, defendido por Élias Gannagé (1970), identificava e caracterizava as regiões “desenvolvidas” das regiões “atrasadas”, entendendo que em um mesmo

⁵ Termo utilizado pelas Ciências Sociais, principalmente no início do séc. XX, para designar uma teoria específica na Sociologia do Desenvolvimento.

⁶ William Wilber Rostow, ex- professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts e porta-voz da Casa Branca para assuntos exteriores em 1967, é autor de uma das mais importantes obras fundamentada nas teorias Desenvolvimentista.

⁷ A Índia (século XIX) possuía uma manufatura de seda grandemente desenvolvida e que foi a falência não pela natureza familiar e doméstica de sua organização produtiva mas pelas relações colonialistas com a Inglaterra.

país, ou região, haveria a possibilidade de existirem as duas situações. A partir de tais conceitos, as teorias desenvolvimentistas, pensadas e fundamentadas sobre uma visão capitalista industrial, produziram termos que passaram a identificar as regiões e nações ditas “atrasadas”, como por exemplo, os termos: Periferia e Marginalidade. A referida teoria sofre críticas, principalmente quando se entende que as regiões e nações conhecidas como “atrasadas”, não estão em tais condições porque estão passando por uma fase, ou etapa, mas estão sujeitas a situações de exclusão dos planos de desenvolvimento local e regional, o que forçaria tais regiões e nações a encontrarem nas formas tradicionais, não capitalistas, uma maneira de garantir a sobrevivência.

Diante dos conceitos de desenvolvimento aqui colocados, é possível recorrermos às contribuições dadas pelas Ciências Sociais, sobretudo a contribuição antropológica, que coloca em discussão a cultura como elemento indispensável para um processo de desenvolvimento. Fica evidente a necessidade de se colocar em pauta um conjunto de reflexões, sobre o processo de desenvolvimento, que leve em consideração as várias dimensões que compõem essa dinâmica. Nesse particular, alguns pesquisadores, entre eles Sergio Boisier (1999)⁸, muito contribuíram. Boisier defende a hipótese de que um desenvolvimento sustentável é fundamentado em “capitais” que devem ser fomentados, criando assim o conceito de capital sinérgico. Para o pesquisador, um desenvolvimento sustentável só é possível mediante a fomentação de capitais sinérgicos e de fatores como: recursos humanos e materiais; atores individuais, coletivos e cooperativos, identificados com os movimentos sociais regionais; instituições; processos decisórios e cultura. A presente teoria também é sustentada por Robert Putnam⁹, reconhecendo no *Capital Social* a “mola propulsora” do desenvolvimento regional, conforme resultado de sua pesquisa realizada na Itália, mencionada pelo sociólogo Birkner (2006, p. 15).

Muitos autores têm se referido ao conceito de capital social, atribuindo a esse fenômeno uma importância, algumas vezes, decisiva como fator propulsor do desenvolvimento. [...] No entendimento de Robert Putnam, o termo está relacionado a “características da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

⁸ Sergio Boisier – Sociólogo chileno, membro da CEPAL, autor do livro: El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico.

⁹ Robert Putnam – Cientista político que em 1996, lançou o livro - **Comunidade e Democracia: a experiência na Itália Moderna**, como resultado de sua pesquisa a respeito do Capital Social como condição de desenvolvimento regional.

A defesa de tais ideias sugere outro conceito fundamental: o conceito de cultura. É possível dizer que todo o processo de desenvolvimento está centrado na dimensão cultural, ou seja, na mudança cultural coletiva, o que aponta para a ideia de que todo esse processo passa, necessariamente por mudanças culturais, mudanças de comportamento. Portanto, definir e entender o conceito de cultura é de grande importância para compreendermos quais os instrumentos que podem ser pensados e utilizados a fim de potencializar essa cultura dinamizando o próprio processo de desenvolvimento.

A ideia de desenvolvimento, na perspectiva cultural, está intimamente ligada a mudanças de comportamento dos atores de uma determinada região ou nação. O comportamento dos indivíduos dessa região é resultado de sua visão de mundo, condicionada pela cultura local que, segundo Laraia (2001)¹⁰, é um sistema cognitivo, simbólico, lógico, próprio e dinâmico. De acordo com Laraia, o modelo determinista biológico e geográfico não possui lógica como determinante do comportamento humano aprendido independente da herança genética. Nesse sentido, cada povo deve ser compreendido pelo seu próprio paradigma cultural, que define sua própria visão de mundo. A visão de mundo de uma dada região, ou nação, é fundamental para o processo de desenvolvimento, pois o referido processo está, em grande parte, ligado aos esforços, atitudes e participação dos indivíduos e das instituições de uma região onde, potencializados por um conjunto de capitais, ou valores (como confiança, civismo, empreendedorismo, profissionalização etc) formando uma sinergia que promovem ou contribuem para o desenvolvimento e, esse posicionamento dos indivíduos e das instituições, requer uma considerável transformação em sua maneira de ser e de estar no mundo (visão de mundo). Tais mudanças se dão principalmente por meio da educação como apresenta Laraia (2001, p.11):

Resumindo, o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada.

¹⁰ ROQUE LARAIA - é professor emérito da UnB. Iniciou sua carreira, como antropólogo, no Museu Nacional da UFRJ. Em 1969 transferiu-se para a UnB, onde dirigiu o Instituto de Ciências Humanas, sendo promovido a professor titular em 1982. Doutor pela USP, Membro de associações científicas do país e do exterior, presidiu a Associação Brasileira de Antropologia (1990-92) e foi eleito presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 2000.

Assim, é possível dizer que o desenvolvimento regional, para além de ser apenas uma questão econômica, também é uma questão antropológica e política na medida em que ocorre no âmbito de um processo cultural, de mudanças de comportamento, que permitem o fomento do capital social em uma dada região ou nação, onde se poderá verificar a presença de confiança, cooperação e participação política da sociedade civil organizada, elementos indispensáveis para um processo de desenvolvimento regional e, sobretudo humano.

Um grande número de pensadores e estudiosos identificou no elemento cultural, um fator importante no processo de transformação dos indivíduos. Kropotkin (2009)¹¹, anarquista do século XIX, defende a ideia de que, quando o homem cria a cultura, esta é a condição de tirá-lo de uma situação de “condição natural” ausentando-o de ser afetado pela “seleção natural”, sugerindo que o indivíduo é capaz de exercer, por sua autonomia, mudanças consideráveis no meio em que vive, dinamizando-o e, ao interferir positivamente em sua região, pode-se estar contribuindo para o próprio desenvolvimento regional. A realidade, de uma região, é mudada quando os indivíduos são mudados, os indivíduos são mudados quando seu comportamento é mudado, e essa transformação comportamental só é possível por meio de mudanças culturais. Nesse sentido, nas discussões sobre desenvolvimento regional deve-se levar em consideração o elemento antropológico, ou seja, o perfil antropológico regional pode ser um dos fatores explicativo para o desenvolvimento ou não de uma região. Sobre a presente ideia, versa o texto de Birkner e Bazzanella (2013, p.41) em artigo intitulado “Antropologia do desenvolvimento: relações entre cultura, política e economia”:

Ora, nessa perspectiva, grande esforço investigativo no interior de uma antropologia do desenvolvimento tem sido direcionado a tentar identificar, em cada cultura, atitudes que ajudem a explicar a prosperidade de algumas sociedades.

Ao discutir o processo de desenvolvimento regional, valendo-se de uma concepção antropológica, significa entender que o referido processo depende da

¹¹ KROPOTKIN – Anarquista do séc. XIX, e crítico do Darwinismo Social. Após alistar-se nas forças militares, muda-se para a Sibéria onde é despertado pelo seguinte questionamento: “Como alguém poderia sobreviver, em região tão inóspita?”. Realiza uma releitura de Darwin, que atribuiu à “competição” a condição de sobrevivência, estabelecendo a “mútua cooperação” como condição de sobrevivência, nesse sentido, combate a teoria do Darwinismo Social. Transfere, posteriormente, a ideia para as Ciências Sociais. Tais conceitos foram registrados em seu livro: Apoio Mútuo.

existência e dinamização de valores, ou capitais sociais e humanos, em uma dada região tais como: cooperação, confiança, trabalho, empreendedorismo etc, que se colocam como elementos indispensáveis ao processo de desenvolvimento. Tais conceitos explicativos sobre o progresso social (ou desenvolvimento de uma sociedade) já foram utilizados por pensadores clássicos, como é o caso de Alexis de Tocqueville¹². Ao estudar a formação das instituições americanas chamou-lhe a atenção um conjunto de valores e hábitos existentes, entre o povo americano, relacionados ao interesse civil e político, entre outros, que, na leitura do filósofo, ajudou a explicar o progresso daquela sociedade. Estudando as origens étnicas e culturais dos americanos, Tocqueville (2005, p.37) chegou a conclusão de que o alto grau civilizatório dos americanos estava ligado a alguns elementos de ordem cultural como uma mesma língua, filhos de um mesmo povo, eram politizados e instruídos nas leis e nutriam um grande anelo pela democracia, além da forte defesa pelo princípio da liberdade (segundo ele uma das principais causas da prosperidade americana). De certa forma, os elementos conceituais, explicativos de Tocqueville, mais tarde, serão conhecidos como capital social.

2.1.2 Educação

A educação tem participado da história humana, desde as mais primitivas até as mais complexas formas de sociedade, seja por meio da informalidade ou da educação formal institucionalizada. As diversas vertentes do conhecimento humano reconhecem-na, não só como um objeto de estudo, mas, também, como uma instituição das mais importantes no processo de composição da sociedade e na formação do ser humano. Autores das Ciências Sociais, principalmente da antropologia e da sociologia, reconhecem as instituições sociais, dando destaque à escola e a família, como sendo fundamentais no processo de “humanização” dos indivíduos, cumprindo assim, não só uma função pedagógica como também política.

A educação, ao lado da família, é, sem dúvida, uma das mais antigas e importantes Instituições Sociais, nas quais os seres humanos estão inseridos. Portanto, sempre se colocaram como partícipes na construção da visão de mundo

¹² Importante jurista Frances do século XIX que realizou um estudo investigativo sobre a constituição da sociedade americana, tal estudo resultou em sua obra literária mais importante, em 1835, “A Democracia na América”.

dos indivíduos responsáveis pela constituição das sociedades ao longo dos tempos. De acordo com Ghiraldelli (2001, p. 58):

Toda a educação varia sempre em função de uma “concepção de vida”, refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. É evidente que as diferentes camadas e grupos (classes) de uma dada sociedade terão respectivamente opiniões diferentes sobre a “concepção de mundo”, que convém fazer adaptar ao educando e sobre o que é necessário como “qualidade socialmente útil”.

É importante salientar que ao se considerar a referida visão de mundo, necessária aos indivíduos, como condição de se localizarem no tempo e no espaço e, por conseguinte, potencializarem esses mesmos indivíduos como atores partícipes do processo de desenvolvimento regional, contempla, necessariamente, as diversas esferas da vida humana, entre elas: a ética, a estética, a cultura a política e, neste particular, o papel da escola enquanto depositária dos saberes é, no mínimo, fundamental na participação do desenvolvimento regional, a partir do fomento de capitais (valores) indispensáveis nesse processo.

A educação, portanto, é uma das dimensões da vida social das mais importantes. Tal importância se evidencia em diversos aspectos, entre eles: o aspecto formativo, na medida em que permite ao indivíduo a possibilidade de se apropriar dos elementos básicos do processo civilizatório em que está inserido; o aspecto político, na medida em que toda proposta pedagógica é uma proposta política, pois objetiva preparar um tipo de homem para um tipo de sociedade; o aspecto cultural, na medida em que se coloca como uma das responsáveis não só pela reprodução, mas também pela criação de cultura, elemento fundamental na perspectiva de um processo civilizatório; o aspecto profissionalizante entre outras possíveis dimensões que, uma vez supridas suas demandas, permitem ao indivíduo se posicionar no espaço e no tempo, evidenciando sua maneira de ser e de estar no mundo. Compreender as estruturas de uma civilização, de nação ou sociedade, parte da condição de entender o processo histórico de construção das mesmas. Nesse sentido, as particularidades históricas, é condição indispensável para tal compreensão. Ao se propor investigar um fenômeno (sobretudo o fenômeno social) pode-se optar em tratá-lo como “coisa”¹³ ou procurar compreendê-lo a partir do

¹³ Tratar o fenômeno (sobretudo, social) como “coisa” foi a opção teórica do sociólogo clássico Emille Durkheim que entendia ser necessário ao cientista o isolamento e afastamento, ao máximo, do cientista do objeto investigado para que o resultado das análises não fossem de alguma forma,

“sentido das ações”, humanas, nele, envolvidas como defendia o sociólogo clássico Max Weber em sua opção teórica de pesquisa e análise científica:

Devemos desenvolver no curso da discussão, com seu resultado mais importante, a melhor formação conceitual do que entendemos aqui por espírito do capitalismo, isto é, a melhor do ponto de vista que nos interessa. Esse ponto de vista, ademais, não é, de modo algum, o único possível a partir do qual o fenômeno histórico que estamos investigando possa ser analisado. (WEBER, 1967, p. 28).

Considerar a educação como uma das causas do “progresso” (leia-se desenvolvimento), ou fracasso de uma nação, é uma ideia defendida por muitos autores e pesquisadores. A educação é a condição principal, da construção do “ser” ou do “vir-a-ser” do indivíduo, como sendo seu maior objetivo. Com isso concorda Emille Durkheim (1967, p. 41), “A educação não é, pois, para a sociedade, senão o meio pelo qual ela prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência”. Nesse sentido, é possível conceber a educação como uma variável, indispensável, no processo civilizatório que visa, não somente a formação do indivíduo, mas, a preservação da própria sociedade. Segundo Cordova (2008, p. 14):

Seguindo na mesma linha de exposição teórica, a educação é um processo pelo qual uma sociedade “fabrica” ou “modela” os indivíduos que a constituem, assegurando sua reprodução ou continuidade histórica enquanto tal. Por esse longo processo de “escolarização” que dura a vida toda, a sociedade repassa a seus membros as suas instituições, ou seja, suas significações imaginárias, os seus valores, os seus saberes (suas interpretações do mundo, seus conhecimentos, suas “leis”, suas normas), o seu saber fazer (as suas técnicas).

Somando-se a isso, vale ressaltar a importância dos indivíduos que atuam na educação, entre eles, sem dúvida está o professor. A figura do educador¹⁴ sempre esteve presente na organização social da humanidade, como um importante ator, em especial, no que se refere à educação e ao conhecimento, características fundamentais da humanidade. Não poucos são os autores, principalmente na sociologia da educação, que reconhecem a importância da educação entendendo a instituição escolar como uma representação da sociedade, como se refere Morrish (1975, p. 28) citando o pensamento de Dewey:

“contaminadas” pelos valores, paixões ou subjetividades do cientista propondo o que passou a ser conhecido como “neutralidade científica”, própria da corrente positivista de pensamento.

¹⁴ O conceito de educador, aqui, e apresentado não apenas no padrão moderno e contemporâneo da educação formal, mas, também, relacionado a todos os indivíduos que se investiram dessa função social, ao longo da história, seja na formalidade ou informalidade.

Para Dewey, a escola era uma comunidade em miniatura, uma micro sociedade que refletia a sociedade mais ampla e também procurava, a longo prazo, aperfeiçoar essa mesma sociedade. Desta maneira Dewey desejou que a importância do lar e do meio ambiente se fizesse explícita no processo educacional.

Fica evidente, nas leituras da sociologia da educação, a relevância que se dá ao processo educacional na formação dos indivíduos como uma resposta às demandas por uma sociedade estável e desenvolvida. O desenvolvimento social parte, primeiro, do desenvolvimento humano da existência de “Capital Humano”¹⁵ como condição de dar continuidade ao processo civilizatório nos moldes de uma sociedade concebida como desenvolvida. Citando o pensamento de Emille Durkheim, Morrish (1975, p. 29) diz:

Para ele, a educação era um meio de organizar o eu individual e o eu social, o Eu e o Nós, ou o *homo duplex*, numa unidade disciplinada, estável e significativa. A “interiorização” ou “internalização” de valores e disciplina representava, para Durkheim, a iniciação da criança em sua sociedade.

Pensar ou conceber uma sociedade desenvolvida, na atualidade, é refletir sobre que tipo de ser humano se quer “construir”, nesse processo humanizatório e civilizatório, a formação cultural e comportamental dos indivíduos é de capital importância. Tal formação se dá por meio das Instituições Sociais entre as quais se destaca, com elevada relevância, a escola. Nesse sentido, a educação, exerce uma função extremamente importante nesse processo formativo suprimindo as demandas por conhecimento, capacidade técnica e profissionalização, elementos indispensáveis na criação de capital humano e, por conseqüência, no processo de desenvolvimento regional. O comportamento dos indivíduos está, em grande parte, sujeito a sua formação cultural. Portanto, em uma região onde a maioria dos indivíduos possui traços culturais voltados a formação profissional, tecnologia, empreendedorismo, espírito inovador, autonomia¹⁶ etc., ela tende a ter maior probabilidade de se desenvolver do que em outras regiões onde esses elementos culturais não são patentes. O sociólogo Max Weber em seu texto clássico “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, defendeu uma tese semelhante a esse pensamento ao relacionar as origens do Capitalismo a existência de um conjunto de

¹⁵ Capital Humano pode ser entendido como o resultado do conjunto de qualidades individuais, como conhecimento, capacidade técnica, formação profissional utilizadas no processo produtivo.

¹⁶Autonomia, aqui, no sentido de não viver em constante dependência das instituições (principalmente as instituições governamentais).

valores, comportamentos, crenças e atitudes dos protestantes em relação ao uso do tempo, ao trabalho e do lucro, a esse ethos ele denominou de “ética protestante”¹⁷.

Portanto, entre outros fatores, se reconhece na educação um dos mais importantes elementos difusores, de forma ordenada, de um conjunto de valores e ideias que se colocam a favor do desenvolvimento. Os países que isso reconhece são os que mais, por meio de políticas públicas, estabelecem o consenso pelo investimento nessa instituição social, a educação. As nações que possuem uma educação de qualidade, em regra, são as mesmas onde os indivíduos zelam pelo cumprimento das leis, onde a corrupção é condenada e a prática da cidadania é efetiva, por conseguinte, se desenvolvem. Em geral, os países e regiões que apresentam maior investimento na educação são os mesmos que alcançam os melhores índices de desenvolvimento humano.

A partir do momento em que o conceito de desenvolvimento passou a considerar outros aspectos além do econômico urgiu a necessidade da elaboração de um índice que contemplasse, de forma totalizada, o grau de desenvolvimento de uma nação, estado e região, ou seja, uma forma de avaliar o grau de desenvolvimento que não levasse em consideração, apenas, o fator econômico. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passou a calcular o nível de desenvolvimento das nações por meio do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁸. O referido índice leva em consideração três aspectos avaliativos: a) expectativa de vida; b) renda per capita e c) educação. Estas referidas categorias ou aspectos do desenvolvimento humano estão interligados. Tal pressuposto é defendido por teóricos do assunto como se refere Selene (2000, p.87):

[...] quanto maior a instrução, maior a informação e a predisposição para a ação positiva; quanto mais universalmente distribuída, a educação, menos concentrada será a renda; quanto mais assistida uma pessoa - em nutrição, saúde, saúde pública, salubridade no trabalho, segurança contra formas de violência - mais longa sua expectativa de vida.

¹⁷ Ao se estudar as origens e o processo de colonização de alguns países constata-se, em sua grande maioria, que onde houve a presença de colonizadores de origem protestante o processo de colonização permitiu resultados diferentes no que se refere ao processo civilizatório e emancipatório de tais países e, por conseqüência, um progresso ou desenvolvimento mais consistente.

¹⁸ O IDH foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano (ver: <http://www.pnud.org.br>).

O IDH passou a ser calculado a partir de 1990 tornando-se, aos poucos, referência mundial e indicador principal no processo de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. A tabela abaixo mostra o resultado do último IDH (2013):

Tabela 1 - Ranking IDH Global 2013

Ranking IDH Global	País	IDH 2013	Investimento do PIB em educação
Desenvolvimento Humano Muito Elevado			
1º Lugar	Noruega	0,944	6,9%
2º Lugar	Austrália	0,933	5,1%
3º Lugar	Suíça	0,917	5,4%
4º Lugar	Países Baixos	0,915	6,0%
5º Lugar	Estados Unidos	0,914	5,6%
6º Lugar	Alemanha	0,911	5,1%
7º Lugar	Nova Zelândia	0,910	7,2%
8º Lugar	Canadá	0,902	5,5%
9º Lugar	Singapura	0,901	3,3%
10º Lugar	Dinamarca	0,900	8,7%
49º Lugar	Argentina	0,808	5,8%
Desenvolvimento Humano Elevado			
50º Lugar	Uruguai	0,790	2,9%
67º Lugar	Venezuela	0,764	3,6%
79º Lugar	Brasil	0,744	5,7%

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano (2014, adaptado). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>. Acesso em: 20/01/2015.

A tabela acima, resultado do IDH Global edição 2013, sugere que nos países onde o investimento do Produto Interno Bruto (PIB), em educação, possui maior porcentagem de investimento, foram maiores os índices alcançados no IDH. Embora seja perceptível que alguns países ocupem posições melhores no índice mesmo tendo um investimento menor do PIB na educação em relação a outros países que investiram uma porcentagem maior e, no entanto, não alcançaram melhores índices de desenvolvimento humano. Um exemplo disso pode ser visto entre o Brasil que ocupa a 79ª posição com 5,7% de investimento, enquanto que Singapura ocupa a 9ª posição com, apenas, 3,3% de investimento, 2,4% de diferença. Talvez essa

disparidade possa ser explicada a partir do estudo de como são criadas e efetivadas as políticas de investimento em educação nos respectivos países. Não obstante, essa consideração, a hipótese de que melhores índices de IDH e maiores investimentos em educação sugerem possível relação lógica.

A presente reflexão (relação entre educação e desenvolvimento) pode se entender a outras instâncias de análises. É possível uma análise nacional, estadual e regional. No caso do Brasil, quando se verifica o último Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹⁹, edição de 2000 a 2010, dados calculados a partir dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em novembro de 2014, os resultados apontam que os estados que obtiveram as melhores classificações foram os mesmos que, concomitantemente, apresentaram considerável evolução e aumento nos índices educacionais. O ranking apresenta o Distrito Federal (DF) com o melhor resultado 0,824 com um hiato²⁰ de 0,176, seguido de São Paulo (0,783), Santa Catarina (0,774), Rio de Janeiro (0,761), Paraná (0,749) e Rio Grande do Sul (0,746), esses estados ocupam a faixa classificatória de desenvolvimento humano denominada “muito alto” (de 0,800 a 1,00) e “alto” (de 0,700 a 0,799). Ao se relacionar as categorias avaliativas do IDHM, percebe-se que os referidos estados possuem os melhores níveis de educação, com pequenas variações, no que se refere ao “IDHM Educação”, sugerindo que o fator “educação” acompanha o nível crescente de desenvolvimento conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 - Ranking Estadual (IDHM Brasil - 2010)

(continua)

Posição	Unidades	IDHM	IDHM Educação
1º	DF	0,824	0,742
2º	São Paulo	0,783	0,719
3º	Santa Catarina	0,774	0,697
4º	Rio de Janeiro	0,761	0,675
5º	Paraná	0,749	0,668
6º	Rio Grande do Sul	0,746	0,642

¹⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) compreende indicadores de três componentes: longevidade, renda e educação. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

²⁰ Hiato, na leitura do IDHM, é o valor que falta para chegar a “1”, que representa, no IDHM, o ponto máximo desenvolvimento humano.

Posição	Unidades	IDHM	IDHM Educação
7º	Espírito Santo	0,740	0,653
8º	Goiás	0,735	0,646
9º	Minas Gerais	0,731	0,638
10º	Mato Grosso do Sul	0,729	0,629
11º	Mato Grosso	0,725	0,635
12º	Amapá	0,708	0,629
13º	Roraima	0,707	0,628

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD Brasil (2010, adaptado). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking> Acesso em: 22/01/2015.

As demais unidades federativas ocuparam classificações de médio desenvolvimento (entre 0,600 a 0,699). Com exceção das variações entre os resultados da educação nos estados Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, é perceptível a tendência na relação IDHM e IDHM Educação. Não obstante, o DF ter alcançado a melhor colocação na análise geral do índice, o melhor resultado, tanto em IDHM, quanto em IDHM Educação, esteve na avaliação municipal. Os 10 melhores municípios, na avaliação do índice, estão concentrados nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, DF e Paraná. Ao agrupar os municípios, por ordem de classificação, a mesma tendência, percebida na análise estadual, continua na análise municipal, ou seja, os melhores índices de desenvolvimento educacional (com algumas variações) correspondem aos municípios com melhores classificações.

Tabela 3 - Ranking Municipal Nacional (IDHM Brasil - 2010)

Posição	Município	IDHM	IDHM Educação
1º	São Caetano do Sul (SP)	0,862	0,811
2º	Águas de São Pedro (SP)	0,854	0,825
3º	Florianópolis (SC)	0,847	0,800
4º	Balneário Comburui (SC)	0,845	0,789
5º	Vitória (ES)	0,845	0,805
6º	Santos (SP)	0,840	0,807
7º	Niterói(RJ)	0,837	0,773
8º	Joaçaba (SC)	0,827	0,771
9º	Brasília (DF)	0,824	0,742
10º	Curitiba (PR)	0,823	0,768

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD Brasil (2010, adaptado). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking> Acesso em: 22/01/2015.

No estado de Santa Catarina, o destaque está entre os municípios de Florianópolis, Balneário Comburui e Joaçaba. Florianópolis ocupa a 3ª colocação no ranking nacional com IDHM de 0,847 e IDHM Educação de 0,800, apresentando um

hiato de 0,153 e 2,00 respectivamente e, entre as capitais brasileiras é a melhor posicionada apresentando a 5ª melhor educação no Brasil em termos de IDHM Educação. No ranking nacional geral, 11 municípios catarinenses ocupam lugar entre os melhores, além dos já citados: São José, Joinville, Blumenau, Rio Fortuna, Jaraguá do Sul, Rio do Sul, São Miguel do Oeste e Concórdia.

Quando a análise é feita em relação aos municípios do estado de Santa Catarina, que compõem a 26ª SDR temos o seguinte resultado:

Tabela 4 - Ranking Municipal Estadual Regional de SC (IDHM Brasil - 2010)

Posição	Município	IDHM	IDHM Educação	Faixa de Desenvolvimento
21º	Porto União (SC)	0,786	0,724	Alta - 0,700 – 0,799
79º	Canoinhas (SC)	0,757	0,692	Alta - 0,700 – 0,799
215º	Três Barras (SC)	0,706	0,639	Alta - 0,700 – 0,799
233º	Irineópolis (SC)	0,699	0,567	Méd. - 0,600 – 0,699
253º	Major Vieira (SC)	0,690	0,617	Méd. - 0,600 – 0,699
264º	Bela Vista do Toldo (SC)	0,675	0,598	Méd. - 0,600 – 0,699

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD Brasil (2010, adaptado). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking> Acesso em: 29/01/2015.

Os resultados acima, no que se refere à posição, estão distribuídos em relação ao Estado de Santa Catarina. A região em que estão inseridos os referidos municípios pertence a 26ª SDR e ocupam, de acordo com a 5ª coluna, a classificação entre alta e média faixa de desenvolvimento havendo entre os dois extremos (Porto União e Bela Vista do Toldo) uma “distância” de 0,111 e de 0,126 pontos, entre IDHM e IDHM Educação, respectivamente. O hiato referente à melhor e pior colocação é de 0,214 e 0,276 respectivamente. Muito embora a região não apresente os melhores números no IDH, é perceptível a tendência e regularidade no que se refere à relação com o índice educacional, ou seja, os municípios que possuem melhores pontos no quesito educação são os mesmos que conseguem posições melhores nos índices.

Ademais, da breve análise aqui exposta, sobre os números do IDH e IDHM, é notório a importância da educação no processo de desenvolvimento, principalmente quando este (o desenvolvimento) é visto não apenas como um processo econômico, mas também como uma mudança na estrutura sociocultural permitindo o fomento de capital humano, valores e ideias favoráveis ao desenvolvimento. Posto isto, é possível afirmar que não existe uma “receita”, pronta, para a promoção do

desenvolvimento. Porém, é de consenso dos pesquisadores que este processo produz estímulos no intuito de promover o desenvolvimento:

Finalmente, se é assim, então reconheçamos que, entre outros fatores, os sistemas educacionais de cada sociedade podem ser, quando ainda não o são, os grandes difusores ordenados e autocríticos de um conjunto de idéias e valores favoráveis ao desenvolvimento. Naturalmente, muitos países têm o capital cognitivo necessário para identificar tais idéias e valores, além de autonomia para fazê-lo. Um ambiente de liberdade e determinação na busca do conhecimento é fundamental para isso. E as sociedades que melhor conseguem isso são aquelas que estabelecem politicamente o grande consenso pelo investimento na educação (BIRKNER e BAZZANELLA, 2013, p.50).

Par além de objetivar apenas números que contribuam para a construção de índices, a educação propicia aos indivíduos a abertura de possibilidades para uma vida de melhor qualidade, tendo acesso a uma melhor fonte de renda, sendo este, um dos fatores de alta relevância na diminuição das desigualdades, principalmente no que se refere ao acesso aos bens e recursos, contribuindo para o desenvolvimento de um país, estado e região. Nesse sentido, um país deve enxergar a educação como a mais importante das prioridades. Um país formado por indivíduos mais cultos e instruídos tende a ser um país de pessoas menos doente (por valorizar a qualidade de vida), que reprovem a violência, de menor taxa de desemprego, que considera as normas para o bem viver em uma sociedade civilizada, que reprova qualquer tipo de discriminação (principalmente das minorias) e, que usam de forma consciente e racional os recursos naturais à sua disposição. Todas estas características, sem dúvida, fazem parte de uma sociedade desenvolvida. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em seu Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos²¹, a educação é um importante fator na diminuição da pobreza:

Os cálculos da equipe do Relatório de Monitoramento Global de EPT mostram que, se todos os estudantes dos países de baixa renda saíssem da escola com habilidades básicas de leitura, 171 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza, o que equivale a uma redução de 12% da pobreza global. Uma forma importante de a educação reduzir a pobreza é aumentando os salários das pessoas. Mundialmente, um ano de escolaridade aumenta a renda, em média, em 10%. (UNESCO, 2014 pg. 22).

²¹ Publicado pela UNESCO e desenvolvido por uma equipe independente, o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, publicado anualmente, monitora o progresso global dos seis objetivos de Educação para Todos.

A Educação para Todos (EPT), um compromisso mundial estabelecido entre 164 países, por ocasião de reunião realizada em Dakar (2000), foi um acordo entre os países participantes a respeito da educação. O objetivo do acordo é o de propiciar a todas as crianças, jovens e adultos uma educação de qualidade. Os governos participantes firmaram o compromisso de até 2015, alcançarem seis objetivos²². Coube a UNESCO o ofício de coordenar as ações dos entes envolvidos no acordo realizado em DAKAR (2000) e, isso em parceria com outras agências envolvidas na promoção do evento, a saber, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (UNFPA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial.

Anualmente a UNESCO tem publicado o Relatório de Monitoramento Global de EPT, identificando e diagnosticando no mesmo, os avanços e problemas na educação mundial. O último relatório apresenta a educação como um dos elementos fundamentais na promoção da qualidade de vida, principalmente no que se refere a saúde:

Há poucos exemplos tão dramáticos do poder da educação quanto a estimativa de que a vida de 2,1 milhões de crianças menores de 5 anos foi salva, entre 1990 e 2009, em razão de avanços na educação de mulheres em idade reprodutiva.[...] Se todas as mulheres desses países tivessem completado a educação primária, a taxa de mortalidade infantil cairia 15%. Se todas as mulheres completassem a educação secundária, a queda seria de 49%, o que equivale a algo em torno de 2,8 milhões de vidas por ano. (UNESCO, 2014 pg. 24)

O mesmo relatório aponta para a valorização dos professores como principal estratégia no processo de melhoria e qualidade na educação. Muito embora, alguns países tenham sido alvo de elogios pela criação de políticas públicas de investimento na educação²³, um exemplo disso é o Brasil com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o relatório apresentou uma grande crise na qualidade de aprendizagem. Segundo o documento, o FUNDEB aumentou a frequência escolar em torno de 20%. No entanto, é identificado um problema na

²² Para melhores esclarecimentos e conhecimento sobre os objetivos do acordo de Dakar (2000) acessar: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/declaracao-de-dakar.html>>.

²³ Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

gestão desses recursos, principalmente no que se refere ao investimento/aluno por ano, quando se percebe a desigualdade na alocação de recursos por aluno comparando as regiões. O relatório identifica uma crise na qualidade da educação que alcançou o número de duzentos e cinquenta milhões de crianças em todo o mundo e propõem que o investimento nos professores (capital humano) é a principal estratégia:

Para resolver essa crise na aprendizagem, todas as crianças devem ter professores qualificados, motivados e apaixonados pelo que fazem, que consigam identificar e apoiar os alunos com dificuldades, e que sejam respaldados por sistemas educacionais bem-administrados. (UNESCO, 2014 pg. 30).

A valorização dos professores, segundo a UNESCO, pode transformar essa realidade, propondo aos governos, condições melhores de trabalho aos profissionais da educação, criando políticas que venham atrair melhores candidatos a carreira docente e melhor formação dos mesmos. Portanto, pensar em uma educação de qualidade é de capital importância, mesmo em um país como o Brasil que tem apresentado, nos últimos índices, considerável progresso educacional, principalmente no que se refere ao acesso. Porém, quando comparado a outros países, fica evidente a necessidade de evoluir no quesito qualidade de atendimento. Para tanto, o investimento e o estabelecimento de políticas públicas são fundamentais na efetivação da qualidade educacional.

2.2 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.2.1 Estrutura da Educação no Brasil

A educação no Brasil está organizada em dois tipos, ou categorias administrativas, a Educação Pública e a Educação Privada²⁴. A Educação Pública está organizada em pelo menos três níveis, como segue: Educação Infantil (creches de 0 a 3 anos e pré-escolas de 4 a 5 anos); Educação Fundamental, que vai dos 6 aos 14 anos (anos iniciais de 1º ao 5º ano e finais do 6º ao 9º ano); Ensino Médio na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade (1º, 2º e 3º ano) e, Educação Superior (Graduação e Pós-Graduação). Perpassando os referidos níveis educacionais existem as seguintes modalidades: Educação Especial; Educação a Distância

²⁴ Apesar de a Educação Privada ser mantida e administrada por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado estão sujeitas as mesmas leis que regem a educação pública.

(EAD); Educação Profissional e Tecnológica; Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Indígena. Todos os níveis e modalidades educacionais estão sujeitos aos órgãos governamentais competentes, seja na dimensão federal, estadual ou municipal, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Síntese da Estrutura da Educação no Brasil²⁵

Organização administrativa, pedagógica e curricular.	Esfera Pública		Órgãos Administrativos			
	Federal	Ministério da Educação (MEC); Conselho Nacional de Educação (CNE) – Conferência Nacional de Educação e Fórum Nacional de Educação.				
	Estadual	Secretaria Estadual de Educação (SEE); Conselho Estadual de Educação (CEE); Delegacia Regional de Educação (DRE) ou Subsecretaria de Educação.				
	Municipal	Secretaria Municipal de Educação (SME), Conselho Municipal de Educação (CME).				
Educação Básica	Etapas de Formação.		Finalidade		Competência Administrativa	
	Educação Infantil (0 a 5 anos)		Desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Creche: crianças de 0 a 3 anos. Pré escola: crianças de 4 a 5anos		Esfera Municipal	
	Ensino Fundamental (6 a 14 anos)		Tem como finalidade a formação básica do cidadão, o desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. É obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade. Está organizado em Séries Iniciais (1ª a 5ª séries) e Séries Finais (6ª a 9ª séries)		Esferas Municipal (séries iniciais) e Estadual (séries finais)	
	Ensino Médio (15 a 17 anos)		É a última etapa da educação básica e tem por finalidade a preparação para o trabalho. Tem por princípios pedagógicos: identidade, diversidade e autonomia, interdisciplinaridade e contextualização.		Esfera Estadual	
Educação Superior	Graduação Pós graduação Sequenciais Extensão.		Tem como finalidade formar profissionais de diferentes áreas do saber; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos.		Esferas Federal, Estadual e Municipal.	

Fonte: <<http://www.campanhaeducacao.org.br/?pg=Documentos&id=1>> Acesso em 29/01/14

²⁵ Distribuição da educação brasileira por níveis, etapas e modalidades de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases - 9.394/1996). Publicado em 07/06/2009.

Para melhor regulamentar a educação no Brasil, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que se configurou ao longo da promulgação de diversas leis, dentre as quais se destaca, na atualidade, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, onde se encontram as diretrizes para o ensino em todos os níveis no Brasil. É a mais importante lei brasileira relacionada à educação, ficou conhecida como Lei Darcy Ribeiro, sua composição compreende 92 artigos, que apresentam as diretrizes para todos os níveis de educação, do ensino infantil ao ensino superior. Entre outras características, a LDB apresenta: o direito de acesso gratuito ao ensino fundamental; as funções dos governos, em todas as instâncias, no que se refere a área de educação; as obrigações das instituições de ensino; a carga horária dos níveis de ensino; diretrizes curriculares e os deveres e competências dos profissionais da educação.

Ademais das informações aqui elencadas, é possível dizer que a organização, estruturação e democratização da educação brasileira são recentes e marcada por diversas demandas, entre elas, a qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a concretização de um sistema nacional de educação.

2.2.2 Índices Avaliativos da Educação no Brasil

A qualidade da educação brasileira, atualmente, sofre avaliações por meio de pesquisas e índices promovidos por agências e organizações nacionais e internacionais objetivando, não só medir sua qualidade, mas também, verificar a efetividade dos resultados das políticas públicas de investimento na área.

No que se refere às avaliações internacionais, a educação no Brasil tem no IDH²⁶ e no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) seu mais importante parâmetro avaliativo. O PISA é uma avaliação aplicada a cada três anos aos alunos na faixa etária dos 15 anos (próximos de concluírem o ensino básico), tendo como finalidade avaliar em que medida os estudantes aprenderam conceitos e habilidades, consideradas, indispensáveis para uma efetiva participação nas sociedades modernas, além de possibilitar a criação de indicadores que fomentem discussões sobre uma educação de qualidade nos países participantes e a efetivação de políticas públicas na área. Os critérios avaliativos do PISA são

²⁶ Ver tópico 2.1.2 da presente dissertação

elencados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Seu instrumento de avaliação contempla, de forma específica, três áreas do conhecimento humano: Matemática, Leitura e Ciências. Em cada edição o programa enfatiza, com maior preocupação uma dessas áreas do conhecimento:

Tabela 5 Edições do PISA.

Edições	2000	2003	2006	2009	2012	2015
Foco	Leitura	Matemática	Ciências	Leitura	Matemática	Ciências

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

No último relatório PISA (2012) o Brasil, muito embora tenha sido apresentado como o país que alcançou o maior avanço no desempenho dos alunos em matemática, ocupa as últimas colocações no quadro geral, atrás de países como Chile, México e Costa Rica, ocupando a 58ª posição entre 65 países participantes.

De acordo com o INEP, no Brasil a educação no nível Básico é avaliada pelos seguintes instrumentos: O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)²⁷, criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade; O Censo Escolar, um instrumento de coletas de dados anual, estatístico-educacionais de abrangência nacional sobre os estabelecimentos educacionais, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar; O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que avalia a Educação Básica por meio de três instrumentos: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/ “Prova Brasil”) e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)²⁸; A Provinha Brasil, uma avaliação de natureza diagnóstica, que objetiva constatar o grau de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização na rede pública e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O ensino superior é avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), composto por três categorias avaliativas: a avaliação das instituições, dos cursos²⁹ e do desempenho dos estudantes. A avaliação

²⁷ A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior.

²⁸ A Aneb e a Anresc/Prova Brasil são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é de realização anual e servem de subsídio para a composição do Ideb.

²⁹ Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo Inep são o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

institucional ocorre de forma “interna” e “externa”. A avaliação interna é realizada pela própria instituição levando-se em consideração os critérios estabelecidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Já a avaliação externa é efetuada por meio de comissões nomeadas pelo INEP. A avaliação dos cursos se vale dos resultados da avaliação institucional e do desempenho dos estudantes, tendo o objetivo de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos superiores. A avaliação do desempenho dos estudantes ocorre por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENAD), tendo como objetivo avaliar o desempenho dos acadêmicos em relação aos conteúdos curriculares, habilidades e competências em sua formação.

Há que se considerar a importância dos instrumentos avaliativos aqui citados, desde que os mesmos possam não só permitir uma percepção quantitativa da educação no Brasil, mas, também, a possibilidade de fomentarem a demanda de políticas públicas educacionais eficientes e eficazes, a fim de suprir as deficiências na busca de melhor qualidade na Educação.

2.2.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Criado em 2007, pelo INEP, o IDEB é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)³⁰. O cálculo do referido índice leva em consideração três critérios: 1º) a taxa de rendimento escolar; 2º) o desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 3º) a Prova Brasil³¹. O mecanismo avaliativo possui a seguinte lógica: quanto maior for a nota da instituição submetida ao teste, quanto menor for o registro de repetências e desistências, melhor será a classificação, numa escala de zero a dez. O referido índice sofreu avaliações positivas por parte de especialistas, pelo fato de unir tais fatores de avaliação. Nesse sentido, se uma Unidade Escolar passar seus alunos de ano sem que os mesmos tenham, efetivamente, aprendido os conteúdos isso ficará patente na verificação da aprendizagem, por meio do desempenho cognitivo dos

(Enade) e as avaliações in loco realizadas pelas comissões de especialistas.

³⁰ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi aprovado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação Fernando Haddad em 24 de abril de 2007, com o objetivo de melhorar a Educação no País, em todas as suas etapas, em um prazo de quinze anos. A prioridade é a Educação Básica, que vai do Ensino Infantil ao Médio.

³¹ O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

alunos nas avaliações aplicadas, seja pelo SAEB (no caso das unidades federativas), seja pela Prova Brasil (no caso dos municípios).

O IDEB é concebido, também, como uma ferramenta de avaliação das políticas públicas educacionais, ou seja, se as mesmas têm sido efetivas e se precisam ser revistas. A política pública deve ter como prioridade o social, objetivando o alcance do homem em sua integralidade promovendo qualidade de vida. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais devem se pautar no princípio de apresentar a educação, de qualidade, como um direito de todos, entre outros, fundamentais para a vida humana. A garantia desse direito à todos, deve ser o esperado quando se aplica uma política pública educacional:

Numa sociedade democrática, o papel da política educacional deveria ser o de estímulo à emancipação das consciências individuais, de busca de unificação entre teoria e prática, de construção coletiva da autonomia, de busca da reflexão crítica, enfim, da construção do pensamento democrático no indivíduo, para que este buscasse a democratização da sociedade em seu sentido amplo, econômico, político e social (LIMA, 2004, p. 36).

Por meio do índice é possível o mapeamento, com detalhes, da educação básica no Brasil. Os dados são tabulados por escolas, municípios e estados, permitindo identificar onde se faz necessário maiores investimentos e cobrança de resultados. Os instrumentos avaliativos do IDEB (a Prova Brasil e o SAEB) são aplicados bianualmente e o processo de coleta e tabulação dos dados, ocorre no período de um ano. Os resultados são divulgados um ano depois do ano da aplicação das avaliações conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 6 - Ano de aplicação e divulgação dos resultados do IDEB (período de 2005 a 2013)

IDEB	Resultado	IDEB	Resultado	IDEB	Resultado	IDEB	Resultado	IDEB	Resultado
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014

Fonte Dados da Pesquisa (2014)

Para a grande maioria da comunidade escolar, principalmente os pais, o índice é uma ferramenta de relevância na orientação da escolha de qual Unidade Escolar matricular os filhos, além de estimular a cobrança, tanto dos governantes como dos gestores escolares por melhorias. Para os gestores escolares o IDEB indica exemplos, que podem se tornar possíveis modelos à serem seguidos em busca de melhorarem suas colocações no ranking. Ademais, o índice é um sistema

de metas onde as mesmas são estabelecidas levando-se em consideração o patamar presente de cada escola, objetivando que todas melhorem seus índices e permitir ao poder decisório, a gestão pública, constatar quais são as unidades escolares com problemas e as unidades promissoras pertencentes a sua rede. Portanto, o IDEB se apresenta como um instrumento para aferir a qualidade da educação básica no Brasil:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Brasil, 2007c).

Ao refletir sobre qualidade na educação não se pode menosprezar o impacto que a mesma causa na sociedade como um todo. Ou seja, qualidade educacional esta intimamente ligada a qualidade social, principalmente pelo fato de que toda proposta educacional, além de ser pedagógica, é política pois a mesma objetiva preparar um tipo de homem para um tipo de sociedade. Segundo Gadotti (2013, p.2):

Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela

Fundamentando-se em pesquisas e estudos recentes, é possível conceber que uma educação de qualidade é o resultado de alguns fatores que se tornam indispensáveis nesse processo. Entre esses fatores pode-se destacar, de forma hipotética: a intensidade da participação do Estado na educação, por meio de políticas públicas; o perfil social, político e econômico dos municípios onde estão inseridas as unidades escolares; a situação social e econômica das famílias pertencentes à comunidade escolar; a estrutura física das unidades escolares, bem como os recursos de materiais didáticos pedagógicos; o grau de formação, de preparo e satisfação dos profissionais da educação envolvidos nesse processo, entre outros fatores. No caso em apresso, objeto de estudo da presente dissertação, objetivou-se verificar a intensidade da existência de Capital Social entre os professores e gestores das unidades escolares pesquisadas e sua possível relação,

causal com os resultados da avaliação do IDEB. Nessa direção, constata-se que os profissionais da educação (gestores e professores) desempenham importante papel no processo de promoção da qualidade educacional. Na publicação do último resultado do IDEB (edição 2013, publicação 2014), a rede municipal de ensino do município de Blumenau-SC alcançou, no estado, a melhor colocação. Em reportagem feita pelo Jornal de Santa Catarina, constatou-se que a escola de melhor rendimento no índice foi a Escola Wilhelm Theodor Schürmann, que obteve nota 7.6. Identificou, no comprometimento da comunidade escolar, a maior causa do sucesso alcançado. Por comprometimento da comunidade escolar entende-se: parceria entre secretaria de educação, gestores, professores e famílias. Somando-se a isso, o investimento nos espaço físico da escola e nos projetos pedagógicos ao longo do ano letivo. Estes fatores compõem um conjunto de características que, de certa forma, potencializam as atividades da instituição escolar na busca de suas metas e de qualidade educacional. Os valores éticos fomentados, o grau de confiança entre os indivíduos, a capacidade associativa (parcerias e cooperações) dos mesmos e a consciência cívica existentes em uma comunidade permitem o desenvolvimento da instituição, refletindo nos resultados dos índices avaliativos da educação

2.3 O CAPITAL SOCIAL

2.3.1 Conceito de Capital Social

Um dos questionamentos atuais, que perpassam os estudos sobre o desenvolvimento regional, está na busca de explicações que permitam o entendimento do porque algumas nações, estados, regiões, grupos, ou comunidades conseguem superar entraves sociais, econômicos e culturais no processo de produção de bens e, por consequência, qualidade de vida e desenvolvimento, enquanto outros não conseguem os mesmos resultados.

Através do conceito de capital social, como um meio de análise dessa problemática, cientistas e pesquisadores, das ciências sociais, conseguiram sugerir respostas aos questionamentos acerca o desenvolvimento regional. Segundo essa linha de pensamento países, regiões, comunidades, grupos etc., onde os elementos fundamentais do capital social são mais intensos e presentes, são justamente os

mesmos que alcançam melhores níveis de desenvolvimento e qualidade de vida.

De acordo com as várias correntes de pensamento e o tipo de fundamentação teórica, o capital social, enquanto conceito pode ser entendido de diversas maneiras. Quando estudado do ponto de vista das ciências contábeis, o capital social é entendido como o valor dos bens, que os associados de uma determinada empresa, contribuem sem direito de devolução. Na sociologia, o conceito se reveste de outro sentido, ou seja, o capital social é entendido como sendo um conjunto de valores, que uma vez fomentados em uma dada região, localidade, ou até mesmo instituição, possibilita a existência de um ambiente favorável ao desenvolvimento dos mesmos. Entre esses valores estão a capacidade de cooperação entre os indivíduos, o grau de confiança nas instituições e entre os indivíduos, redes de relacionamentos, participação política, entre outros elementos do capital social que, segundo os teóricos, contribuem para a dinâmica do processo de desenvolvimento.

Muito embora o capital social, enquanto teoria acadêmica tenha sido melhor difundida, a partir da segunda metade do século XX, suas origens teóricas possuem raízes políticas e sociológicas em autores clássicos como, por exemplo, Tocqueville (2005) que em sua obra “A Democracia na América” identificou a relação entre o capital social e a participação cívica dos americanos, fomentada por um forte espírito associativista e cooperativista, como sendo o fator principal, responsável, no processo de construção da democracia na América. A cooperação e o associativismo são vistos como algo fundamentais no processo de fomento do capital social como apresenta o fragmento textual abaixo:

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito pequenas. Os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edifícios, igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também criam hospitais, prisões, escolas (TOCQUEVILLE, 2005, p. 391-392)

A partir da década de 80, o termo “capital social” passa a ser difundido nos estudos acadêmicos como resultado da grande utilização, do mesmo, por parte de cientistas e pesquisadores ligados as ciências sociais, no intuito de explicarem as causas do desenvolvimento a partir de fatores ligados ao capital social. O conceito do capital social, desde seu início, serviu de recurso teórico para explicar um grande

conjunto de fenômenos sociais, no entanto, aos poucos o conceito passou a ser apropriado por alguns teóricos e pesquisadores, como fonte de explicação do processo de desenvolvimento em suas variáveis.

Ao sistematizar o conceito o sociólogo Francês Pierre Bourdieu sugere que o capital social e cultural está interligado a ideia geral. Segundo ele a estrutura, o funcionamento e a classificação das sociedades são entendidos a partir do capital social em suas diversas dimensões. Assim sendo, o capital de uma sociedade pode ser entendido em sua dimensão econômica (capital econômico), em sua dimensão cultural (capital cultural) e em sua dimensão social (capital social). Segundo Bourdieu (1998, p. 67) o capital social pode ser definido como:

O conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidos pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

Outros autores, efetivamente das ciências sociais, contribuíram, substancialmente, para a construção do conceito de capital social, entre eles Coleman (1990), segundo o qual o capital social é visto como um processo resultante das relações interpessoais, ocorrendo no ambiente coletivo e estruturado nos valores (capitais) da confiança e reciprocidade em uma dinâmica que ocorre do indivíduo para o coletivo³². Para ele, o capital social é entendido no âmbito funcional, ou seja, o mesmo encontra-se relacionado a valores capazes de produzir a integração social e, portanto, segundo Higgins (2005, p.33): "...todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos pra que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses".

Outro cientista que investiga as teorias do capital social e suas possíveis relações com desenvolvimento é Putnam (1996), principal referência na atualidade, sobre literatura relacionada ao capital social. Segundo ele, o capital social é concebido como um conjunto de fatores (confiança, normas e sistemas), características da organização social, que permitem ações coordenadas. Provido do

³² O referido conceito se assemelha a teoria weberiana da ação social, onde as ações dos indivíduos, munidas de sentido, influenciam o meio coletivo provocando as relações sociais e por consequência a dinâmica social.

referido conceito, Putnam desenvolveu uma pesquisa na Itália, durante um período de quase vinte anos, no intuito de verificar sua teoria central, a saber, a hipótese de que virtudes cívicas, existentes entre os indivíduos de uma determinada população (comunidade cívica), estão relacionadas ao desempenho econômico contemporâneos. Segundo Putnam, a integração social promove um conjunto de virtudes que promovem o fortalecimento dos valores e normas comportamentais para a conduta na vida em comunidade. Esses valores (ou virtudes cívicas) fomentam a confiança entre os indivíduos e instituições, que permitem:

[...] à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de "oportunismo", no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente (PUTNAM, 1996, p.103).

Para Fukuyama (2001), o conceito de capital social está relacionado à cultura, ou seja, ao comportamento e ao grau de compromisso que indivíduos de uma dada região têm em relação às normas e valores compartilhados, permitindo o bom funcionamento dos grupos e instituições. Para ele, a formação do capital social está intimamente ligado ao fomento de virtudes culturais como "falar a verdade, cumprir obrigações e exercer reciprocidade". Muito embora, tais fatores existam em qualquer sociedade, os "entraves" para que os mesmos sejam cultivados para além dos laços familiares, ou seja, na vida pública, dificultam o fomento do capital social em algumas culturas.

[...] um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se espera que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência. (FUKUYAMA, 2001, p. 155)

Para melhor conceituação, o capital social pode ser analisado levando-se em consideração suas dimensões ou faces, ou seja, alguns autores dividem o capital social em três dimensões como apresenta Popadiuk e Teixeira (2003, p.75):

A dimensão estrutural refere-se à configuração da rede de relações entre os atores sociais e os padrões de ligação de densidade, conectividade e hierarquia. A dimensão cognitiva compreende o sistema de significados, interpretações e representações compartilhados pelas pessoas. A dimensão relacional tem o seu foco na qualidade das relações desenvolvidas ao longo do tempo, em que a confiança desempenha um papel especial.

Ademais de todos os conceitos aqui elencados, a teoria do capital social sofre

críticas que se fundamentam em aspectos diversificados. Um dos aspectos da crítica reside no próprio termo “capital”, que alguns teóricos, principalmente das ciências econômicas, entendem que não é possível conceber a ideia de “capital social” pelo fato de o mesmo não poder ser mensurado. O economista Solow (2000), prêmio Nobel em 1987, destaca que “capital” é o resultado de investimentos passados, resultado de acumulação e fluxo de investimentos. Ao se voltar para o capital social, o economista questiona se é possível mensurar tais investimentos em relação ao capital social. Questiona ainda se seria possível medir, contabilizar ou acumular tais investimentos. O mesmo se recusa a conferir status de capital aos fatores “confiança”, “normas sociais”, “comportamento humano” (comumente reconhecidos como elementos do capital social), não obstante seu reconhecimento no que se refere ao papel desses “valores” na economia. Sugere que o foco, dos estudos sobre o assunto, contemple as instituições sociais e sua possível influência na forma de funcionamento da economia.

Considerar capital social como “capital” tem sido alvo de críticas de outros pesquisadores, mesmo que o termo já esteja difundido, largamente, no âmbito do vocabulário das ciências sociais. No intuito de facilitar a quantificação do “capital social”, alguns pesquisadores sugerem uma simplificação do conceito. No entendimento de Silva:

[...] o conceito de capital social é equivocado. Por que usar o termo “capital” para este conceito que remete a noções que vão desde relações cooperativas horizontais, até se confundir o conceito de infra-estrutura social? No meu entender, definir capital social como infra-estrutura social ou conjunto de leis, normas (e a eficácia das mesmas) talvez seja a forma mais interessante de se lidar com esta intuição econômica que é, sem dúvida, interessante. Melhor ainda, sugiro, é definir algo como tecnologia social ou tecnologia institucional para dar conta do fenômeno em questão (SILVA, 2001, p.21).

A proposta do referido autor é de que o “capital social” seja entendido como uma “tecnologia social”, que semelhantemente às outras tecnologias, incentivam o aumento dos principais fatores de produção, ou seja, o capital e o trabalho. Mesmo diante destas e outras críticas, referentes ao capital social, que se apresentam, principalmente, nas discussões referentes ao conceito (a respeito da coerência do termo em relação a ideia de capital), a dificuldade e quantificação do fenômeno e as críticas ideológicas (que entendem o capital social como uma criação do neoliberalismo norte-americano), as pesquisas já realizadas em torno do referido

conceito apontam a importância das principais variáveis, constitutivas, do capital social como a confiança, a cooperação, a participação política, normas entre outras variáveis que contribuem para o aumento da eficiência na sociedade, seja no âmbito da produção, seja no âmbito da governança fomentando, por consequência, o desenvolvimento regional.

2.3.2 Capital Social: Possíveis Relações

As reflexões a respeito do capital social, como um dos elementos importantes no processo de desenvolvimento regional, pode se entender nas análises de suas possíveis relações causais, ou contribuintes, com outros fatores, também importantes no referido processo. Alguns autores relacionam, por exemplo, o capital social, por ser considerado um tipo de “capital”, a produção Monasterio (2002). Outros relacionam capital social ao capital humano, Becker (1996) entende que o capital social é parte integrante e fomentador de capital humano. Coleman (1988) destacou que, nas sociedades onde a integração e os vínculos entre pais e filhos são mais fortes, a tendência de formação do capital humano é maior.

Outros estudos indicam que o investimento em capital físico, tende a ser maior onde o capital social é mais expressivo. Ou seja, sociedades onde os níveis de confiança são maiores, por consequência, a tendência de maior efetividade e eficácia, por parte da administração pública e o poder decisório, também são maiores, conforme a observação de Knack e Keefer (1997). O grau de confiança (variável do capital social), também, exerce influência sobre o grau de investimento em inovação e tecnologia, na medida em que a ausência da mesma (confiança) privilegia o monitoramento em substituição ao investimento (FUKUYAMA, 1999). Outras referências podem ser feitas em relação às outras áreas da sociedade como política (PUTNAM; HELLIWELL, 1995) e saúde (ARORA, 2001). A presente análise também pode ser aplicada a educação.

2.3.3 Capital Social e Educação

É possível dizer que, a permanência e o rendimento do aluno na escola estão, em grande parte, relacionados às questões de ordem econômicas. Porém, o desenvolvimento econômico não é o único fator explicativo da evasão e do

rendimento escolar. No início do século XX, Hanifan (1916), em seu estudo sobre as escolas da zona rural, de Virginia do Oeste (EUA), identificou na falta da interação social e diminuição do apreço pelas tradições cívicas (variáveis do capital social), por parte dos alunos e famílias das escolas rurais, fator contribuinte na defasagem educacional. Para o autor, a manutenção da participação, e da cooperação social, associado ao conceito de solidariedade, cooperativismo, rede sociais (produtos intangíveis da vida social), promovem a qualidade de vida e, por consequência, influenciam no processo educacional.

Na segunda metade do século XX, Coleman (1988), entendeu que o capital humano está relacionado ao capital social. Ou seja, segundo ele a existência de capital social, de certa forma, influência no acréscimo de capital humano. Por consequência, famílias com alto nível de capital humano tendem a influenciar seus filhos na vida escolar, permitindo um rendimento mais alto. Nesse sentido, a hipótese de Coleman permite estudos sobre o desenvolvimento educacional, valendo-se de uma metodologia comparativa, ou seja, verificar se existe influência do capital social e do contexto social de uma família, por meio de dados estatísticos e índices, nos resultados e desempenho educacionais. A referida hipótese pode ser verificada na análise da tabela abaixo:

Tabela 7 - IDHM (26ª SDR) - 2010

Município	IBGE	IDHM	IDHM (renda)	IDHM (longev.)	IDHM (educ.)
Brasil	-----	0,727	0,739	0,816	0,637
Porto União (SC)	421360	0,786	0,752	0,891	0,724
Canoinhas (SC)	420380	0,757	0,717	0,874	0,692
Três Barras (SC)	421830	0,706	0,677	0,814	0,639
Irineópolis (SC)	420790	0,699	0,720	0,836	0,567
Major Vieira (SC)	421030	0,690	0,653	0,817	0,617
Bela Vista do Toldo (SC)	420213	0,675	0,624	0,826	0,598

Fonte: Atlas Brasil (adaptado). Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 18/02/2015.

A tabela acima (IDHM-2010) apresenta os melhores resultados educacionais, justamente, nos municípios de maior IDHM no quesito “renda” e “longevidade”. O município de Porto União alcançou o melhor índice (0,786), alcançando a melhor renda (0,752), a melhor expectativa de vida (0,891) e, por consequência o melhor

nível educacional (0,724). Com exceção da variação entre as três últimas colocações, cuja diferença não é muito grande, a tendência permanece.

Ademais, é perceptível que qualidade do ensino é, em grande parte, não só resultado das atividades didáticas e pedagógicas, mas também, resultado do envolvimento das principais instituições sociais, entre elas: a família, a comunidade e o estado. Em estudo realizado sobre a relação entre capital social e escola, no município de Canoinhas, o sociólogo Câmara (2014), apresenta nos resultados de sua pesquisa, considerável rendimento escolar por parte da instituição pesquisada³³ (uma unidade escolar o município de Canoinhas SC). A análise do IDEB da unidade escolar apontou para a superação das metas estabelecidas com consideráveis índices, quando relacionados a outras unidades do mesmo município, o pesquisador constatou que:

Ao serem analisados os dados referentes aos questionários aplicados aos grupos pertencentes à unidade escolar, foi perceptível o envolvimento das famílias, professores e coordenação no processo educacional dos alunos o que sugere ter sido este um elemento influenciador no alcance das referidas metas estabelecidas pelo IDEB. Os dados revelaram um interesse considerável por parte dos pais no processo educacional dos alunos, na medida em que a maioria das famílias entrevistadas deixou claro sua efetiva participação na escola bem como nos projetos nela desenvolvidos. (CÂMARA, 2014, p.69)

Igualmente, o pesquisador verificou que, além da participação efetiva das famílias no processo pedagógico da escola pesquisada, outro fator se apresentou como relevante para que a referida unidade escolar alcançasse os melhores índices, a saber: a participação do capital humano, representado na pessoa dos professores e gestores da escola. Segundo Câmara (2014), a pesquisa revelou que o corpo docente era formado, em sua maioria, por professores com formação para além da graduação, ou seja, com pós-graduação (stricto e latu senso) indicando, na leitura do pesquisador, a preocupação do poder público com a formação dos professores e, por conseqüência a qualidade do ensino.

Diante do exposto, torna-se evidente a importância de capital humano (professores qualificados) para a efetivação de uma educação de qualidade. Nesse sentido, a presença de capital social nas comunidades escolares, nas famílias, entre

³³ A escola, alvo da pesquisa, foi a EEBM Maria Lovatel Pires, pertencente a rede pública municipal da cidade de Canoinhas SC.

os alunos, nas instituições, entre os gestores e professores, é de capital importância para o alcance de uma educação que atinja suas metas. Verificar a intensidade da presença do capital social entre professores e gestores das escolas públicas da rede estadual, da 26ª GERED, nos municípios que compreendem a 26ª SDR e sua possível influência nos índices educacionais (IDEB) foi o objetivo da presente pesquisa.

3. ANÁLISES DOS DADOS

3.1 LOCALIZAÇÕES E DADOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS DA 26ª SDR

Os municípios envolvidos na pesquisa: Três Barras, Canoinhas, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Porto União, estão localizados na região norte do Estado de Santa Catarina. Essa região é, comumente, conhecida por Planalto Norte Catarinense e pertencente ao Vale do Contestado. No sentido administrativo, levando-se em consideração a gestão descentralizada do governo catarinense, é identificada como 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, com sede atual no município de Canoinhas SC.

Figura 2 – Mapa dos Municípios da 26ª SDR



Fonte: 26ª SDR. Disponível em: <<http://www.sdrs.sc.gov.br/sdrcanoinhas/municipios-da-sdr>>. Acesso em: 18/02/2015

Segundo os dados informados pelo IBGE, a fundação do município de Canoinhas se deu como resultado, das rotas de tropeiros. Pelo fato de, os mesmos, atravessarem parte do rio principal através de canoas, a localidade passou a ser conhecido como “Passo de Canoinhas” e o rio de “Canoinhas”. A colonização da

localidade teve início a partir de 1829, através de imigrantes vindos do Estado do Paraná, atraídos pela extração da erva-mate. Francisco de Paula Pereira, teria sido o primeiro a se estabelecer no lugar dando origem, posteriormente, a um povoado formado por imigrantes das etnias alemãs e polonesas. Foi palco da Guerra do Contestado, razão pela qual muitos estudiosos acreditam ter sido este um dos motivos para o lento processo de desenvolvimento. A emancipação, em relação a Curitiba, por meio da lei estadual nº 907 de 1911, sendo incorporado, em 1916, por definitivo ao Estado de Santa Catarina. Sua atividade econômica, no início, esteve ligada a comercialização da erva-mate. Porém, dada a crise no comércio do referido produto, outro ramo produtivo surge: a industrialização da madeira e a agropecuária. A população atual de Canoinhas está estimada em torno de 54.079 (2014) mil habitantes, compreendendo uma área de 1.140,394 Km², com uma densidade demográfica de 46,27 habitantes por km². Sua economia está subdividida em Indústria Madeireira, Agropecuária, Extração Vegetal e Comércio.

O município de Três Barras SC, separado do município de Canoinhas SC, apenas pelo rio Canoinhas, em 10/09/1917, através da lei municipal nº 73, ganhou o status de distrito de Canoinhas e, em 23/12/1960, através da lei estadual nº 632 foi elevado à categoria de município. Atualmente, conta com uma população em torno de 18.843 mil habitantes, com uma área de 437,556 Km² e uma densidade demográfica de 41,43 habitantes por Km². Sua economia está centralizada, principalmente, na Indústria Madeireira.

Major Vieira, primeiro município com acesso pela BR 116, teve sua emancipação e reconhecimento como município pela Lei estadual nº 623 de 23/12/1960. Sua história está ligada a própria história de Canoinhas. Possui, atualmente, aproximadamente 7.841 mil habitantes, com área de unidade territorial de 525,495 Km² e densidade demográfica de 14,23 habitantes por km². Sua economia está fundamentada nos setores da agricultura e pecuária.

De acordo com o IBGE (2014), o município de Bela Vista do Toldo, semelhantemente a Major Vieira, no princípio era um distrito de Canoinhas e teve sua emancipação, recentemente, por meio da Lei nº 9.536, de 16/04/1994, tendo sido elevada a categoria de Município do Estado de Santa Catarina. Sua população contabiliza, na atualidade, cerca de 6.219 mil habitantes. Ocupa uma área de

538,133 Km², com uma densidade demográfica de 11,16 habitantes por Km². Semelhante a Major Vieira, a economia bela-vistense gira em torno dos setores da agricultura e pecuária.

O Município de Irineópolis, antes conhecido como “Valões” em homenagem a primeira família que ali se estabeleceu em 1885, pertencia ao Estado do Paraná e passou a pertencer ao Estado de Santa Catarina a partir de 1916. Foi distrito de Porto União em 1921 e, por força da Lei Estadual nº820, de 23/04/1962, foi elevado ao status de Município. A base econômica do Município esta, principalmente na agricultura, em específico na cultura do fumo, e pecuária. Possui, atualmente, 10.916 mil habitantes, ocupando uma área territorial de 589,558 Km², com uma densidade demográfica de 17,72 habitantes por Km².

Porto União, teve sua origem em 1917, resultado do “Acordo de Limites” entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Os primeiros colonos chegam a partir de 1881 e, no mesmo ano, o Rio Iguaçu passa ser utilizado como meio de navegação com transporte de carga e de passageiros. O desenvolvimento da cidade ocorre a partir de 1901, quando é criado o Município de União da Vitória e, após o término da Guerra do Contestado, em 05 de setembro de 1917 o lado catarinense é criado e recebe o nome de Porto União alcançando, assim, o status de Município catarinense. Sua economia esta centralizada no setor industrial Madeireiro e na Agroindústria além de ser um importante centro Universitário Regional.

3.2 DADOS EDUCACIONAIS DOS MUNICÍPIOS DA 26ª SDR

Dos dados educacionais, disponíveis para pesquisa, a opção se deu pela apresentação e análise do IDEB, de acordo como interesse da presente pesquisa. Nesse sentido, serão apresentados todos os resultados do referido índice, nos municípios em foco, desde sua primeira edição. Os resultados são referentes as escolas da rede pública estadual de ensino nos municípios pertencentes a 26ª SDR e 26ª GERED. O objetivo da apresentação dos dados é verificar quais foram os melhores índices, portanto, as unidades que alcançaram melhores resultados, e compará-los ao resultado da pesquisa de campo realizada nas escolas investigadas, no intuito de verificar a hipótese central do presente trabalho.

Seguem abaixo as tabelas e gráficos, apresentando os resultados do IDEB, referente às escolas da rede pública estadual, compreendendo Ensino Fundamental, séries iniciais (atual 6º ano) e finais (atual 9º ano), na seqüência a apresentação da análise dos dados.

3.2.1 IDEB das Escolas Públicas Estaduais de Porto União

O município de Porto União ocupa a 21ª colocação no ranking do IDHM dos Municípios de Santa Catarina. Sua média atual é de 0,786, acima dos municípios que compõem a 26ª SDR. No quadro de escolas, que compõem a rede pública estadual, possui seis Unidades.

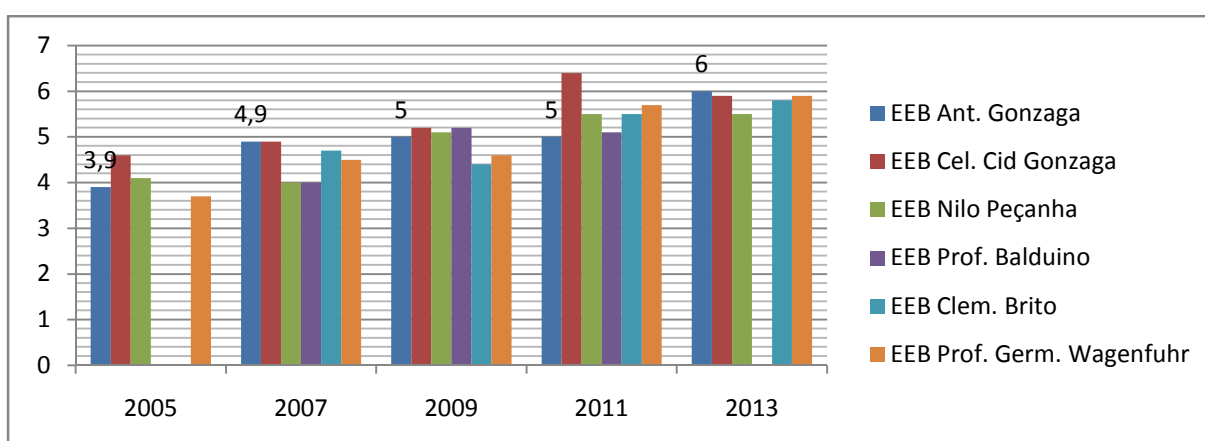
Tabela 8 - IDEB - Porto União (SC) - Anos Iniciais

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015
EEB ANTONIO GONZAGA	3.9	4.9	5.0	5.0	6.0	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
EEB CEL CID GONZAGA	4.6	4.9	5.2	6.4	5.9	4.6	5.0	5.3	5.6	5.9
EEB NILO PECANHA	4.1	4.0	5.1	5.5	5.5	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4
EEB PROF BALDUINO CARDOSO	***	4.0	5.2	5.1	***		4.2	4.6	4.8	5.1
EEB PROF CLEMENTINO BRITO	***	4.7	4.4	5.5	5.8		4.9	5.2	5.5	5.7
EEB PROF GERMANO WAGENFUHR	3.7	4.5	4.6	5.7	5.9	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

No período 2013, a escola EEB Prof. Balduino Cardoso não obteve média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Gráfico 6 - IDEB - Porto União (SC) - Anos Iniciais



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

As apresentações das ilustrações, acima, referentes ao IDEB das escolas da rede pública estadual, do Município de Porto União, apontam para a EEB Antonio

Gonzaga e para a EEB Cel. Cid. Gonzaga e para a EEB Prof. Germ. Wagenfuhr, como as escolas que alcançaram as melhores médias e melhor frequência no IDEB, período de 2005 a 2013. Sendo que na última edição (2013), a melhor média ficou com a EEB Antonio Gonzaga, alcançando 6.0 pontos, o equivalente a 1.0 sobre a meta projetada para o período (5.0). No entanto, a EEB Clementino Brito, foi a que obteve a menor frequência e a que menos alcançou as metas em todas as edições.

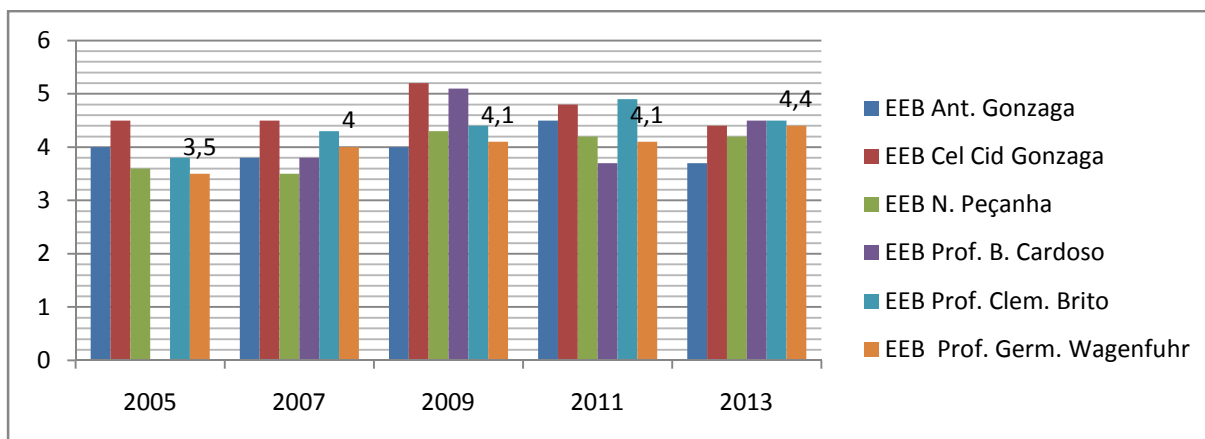
Tabela 9 - IDEB - Porto União (SC) - Anos Finais

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015
EEB ANTONIO GONZAGA	4.0	3.8	4.0	4.5	3.7	4.0	4.2	4.4	4.8	5.2
EEB CEL CID GONZAGA	4.5	4.5	5.2	4.8	4.4	4.5	4.7	4.9	5.3	5.7
EEB NILO PECANHA	3.6	3.5	4.3	4.2	4.2	3.6	3.8	4.1	4.5	4.8
EEB PROF BALDUINO CARDOSO	***	3.8	5.1	3.7	4.5	***	3.9	4.1	4.4	4.7
EEB PROF CLEMENTINO BRITTO	3.8	4.3	4.4	4.9	4.5	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1
EEB PROF GERMANO WAGENFUHR	3.5	4.0	4.1	4.1	4.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

A EEB Prof. Balduino Cardoso, não participou da edição do IDEB 2005 e, por isso não houve metas projetadas para a edição de 2007.

Gráfico 2 - IDEB - Porto União (SC) - Anos Finais



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A melhor frequência nos índices, em relação às metas projetadas, no período 2005 a 2013, ficou com a EEB Prof. Germano Wagenfuhr, sendo a única a alcançar a meta projetada para a última edição (2013), ou seja, 4.4 significando, 0,10 acima da meta projetada (4.3). A escola que obteve a menor frequência em todas as edições, em relação às metas projetadas, e a menor média na última edição (2013) foi a EEB Antonio Gonzaga.

3.2.2 IDEB das Escolas Públicas Estaduais de Irineópolis

No Município de Irineópolis só existe uma Unidade Escolar da rede pública estadual, portanto, na questão de melhor frequência, a comparação poderá ser feita em relação às unidades dos outros Municípios, o mesmo caso se dá com os Municípios de Bela Vista do Toldo e Major Vieira.

Tabela 10 - IDEB - Irineópolis (SC) - Anos Iniciais

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015
EEB HORACIO NUNES	4.2	5.2	5.2	6.3	***	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

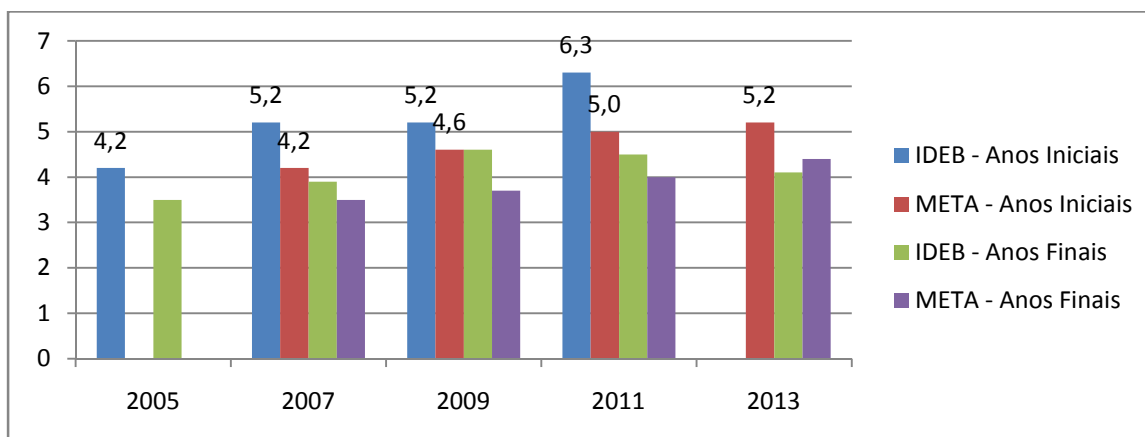
Devido o processo de municipalização, a EEB Horácio Nunes não teve índices para apresentar no período de 2013.

Tabela 11 - IDEB - Irineópolis (SC) - Anos Finais

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015
EEB HORACIO NUNES	3.5	3.9	4.6	4.5	4.1	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

Gráfico 3 - IDEB – Irineópolis (SC) - Anos Iniciais e Finais



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A ilustração acima (gráfico) mostra a EEB Horácio Nunes com frequência acima da média, em todas as edições (dos anos iniciais), em que participou e seu último índice (6,3) superou em 1,3 pontos acima da meta projetada (5,0). O mesmo ocorreu com a frequência nos anos finais, com exceção da última edição (2013), ficando com 4.1, ou seja, 0.30 abaixo da meta projetada (4.4) para a última edição.

3.2.3 IDEB das Escolas Públicas Estaduais de Bela Vista do Toldo

Semelhante a Irineópolis, a existência de uma única escola da rede pública estadual, nesse Município, a comparação poderá ser feita em relação às unidades escolares dos outros Municípios. Também, devido à municipalização do ensino, a referida Unidade Escolar só participou até a edição do IDEB (2011). Na edição de 2007 (anos iniciais) a escola não participou e não houve metas projetadas para o período, no que se refere aos anos finais, a escola participou de todas as edições até 2011.

Tabela 12 – IDEB – Bela Vista do Toldo (SC) - Anos Iniciais

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015
EEB ESTANISLAU SCHUMANN		4.7	4.4	5.2	***	***	4.9	5.2	5.5	5.7

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

Na edição de 2007 não houve metas a ser alcançadas, muito embora a escola tenha participado da avaliação referente a esse período alcançando uma média de 4.7, maior que a do período subsequente, que foi de 4.4. Apenas na edição de 2011 a escola superou a meta projetada.

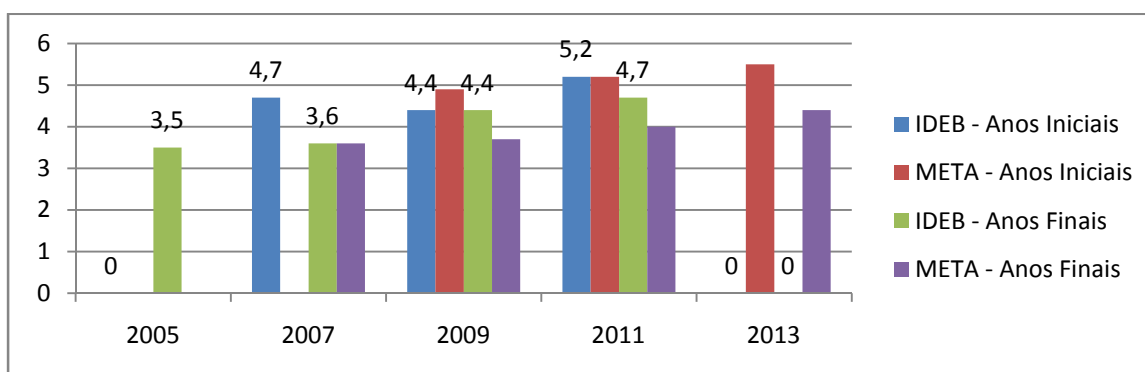
Tabela 13 - IDEB – Bela Vista do Toldo (SC) - Anos Finais

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015
EEB ESTANISLAU SCHUMANN	3.5	3.6	4.4	4.7	***	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

A tabela acima, mostra que em todos os períodos onde a escola participou, referente a avaliação dos anos finais, alcançou e superou as metas projetadas mantendo, assim, uma frequência positiva.

Gráfico 4 - IDEB – Bela Vista do Toldo (SC) - Anos Iniciais e Finais



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2014)

O gráfico acima mostra que, com exceção da edição de 2007, na avaliação dos anos iniciais, a escola participou de todas as edições até a edição de 2011. Nas avaliações dos anos iniciais, a meta da edição de 2011, ficando abaixo, da mesma, nas edições anteriores. No que se refere aos anos finais, em todas as edições que participou, alcançou e superou as metas.

3.2.4 IDEB das Escolas Públicas Estaduais de Major Vieira

A escola avaliada no Município de Major Vieira foi a EEB Luiz Davet, semelhante a situação de Irineópolis e Bela Vista do Toldo, é a única unidade da rede estadual de ensino, participou de todas as edições do IDEB alcançando, na maioria delas, as metas projetadas.

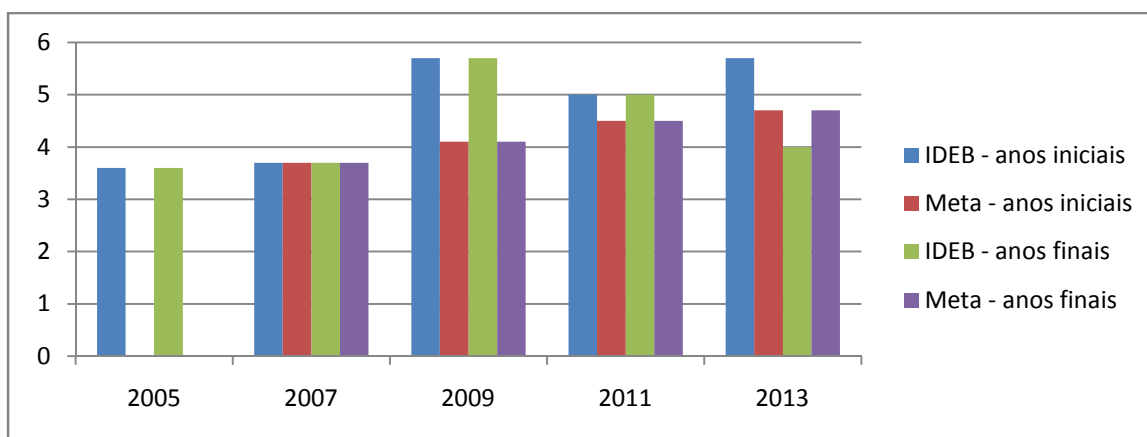
Tabela 14 - IDEB – Major Vieira (SC) - Anos Iniciais e Finais

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Anos Iniciais	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EEB LUIZ DAVET	3.6	3.7	5.7	5.0	5.7	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Anos Finais	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EEB LUIZ DAVET	3.6	3.7	5.7	5.0	4.0	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

Gráfico 5 – IDEB Major Vieira (SC) - Anos Iniciais e Finais



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2014)

De acordo com as figuras acima (tabela e gráfico), nas edições referentes à avaliação dos anos iniciais, a EEB Luiz Davet, alcançou e superou todas as médias, destacando-se com uma boa frequência. Nos anos finais, a escola manteve a frequência até a edição de 2013, onde não conseguiu superar e alcançar a meta

projetada. Sua média foi 4.0, ou seja, 0.70 pontos abaixo da meta projetada para a edição de 2013.

3.2.5 IDEB das Escolas Públicas Estaduais de Canoinhas

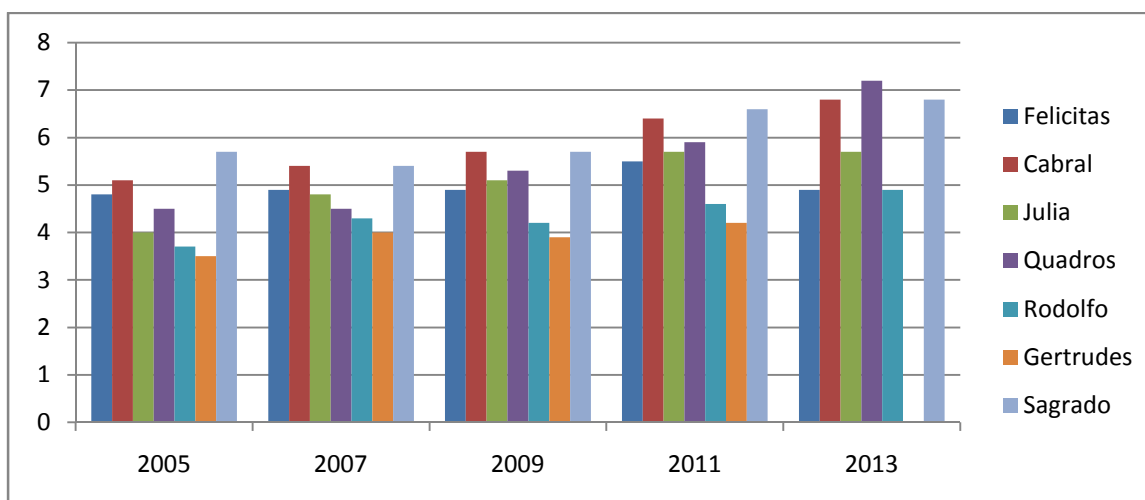
O Município de Canoinhas ocupa, atualmente, a 79ª colocação no IDHM, entre os Municípios do Estado de Santa Catarina. Em relação aos Municípios da 26ª SDR é o segundo colocado, abaixo de Porto União. A rede pública estadual de ensino conta com nove unidades escolares das quais, seis unidades participaram efetivamente de todas as edições do IDEB.

Tabela 15 - IDEB – Canoinhas (SC) - Anos Iniciais

Escola EEB	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
FELICITAS	4.8	4.9	4.9	5.5	5.9	4.9	5.2	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8
CABRAL	5.1	5.4	5.7	6.4	6.8	5.1	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5	6.8	7.0
JULIA	4.0	4.8	5.1	5.7	5.7	4.1	4.4	4.8	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2
QUADROS	4.5	4.5	5.3	5.9	7.2	4.6	4.9	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3	6.6
RODOLFO	3.7	4.3	4.2	4.6	4.9	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9
GERTRUDES	3.5	4.0	3.9	4.2	***	3.6	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.8
SAGRADO	5.7	5.4	5.7	6.6	6.8	5.8	6.0	6.4	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

Gráfico 6 – IDEB Canoinhas (SC) - Anos Iniciais



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2014)

É perceptível, na análise das figuras, o bom desempenho de três escolas no IDEB (anos iniciais) em todas as edições. As unidades escolares EEB João José de

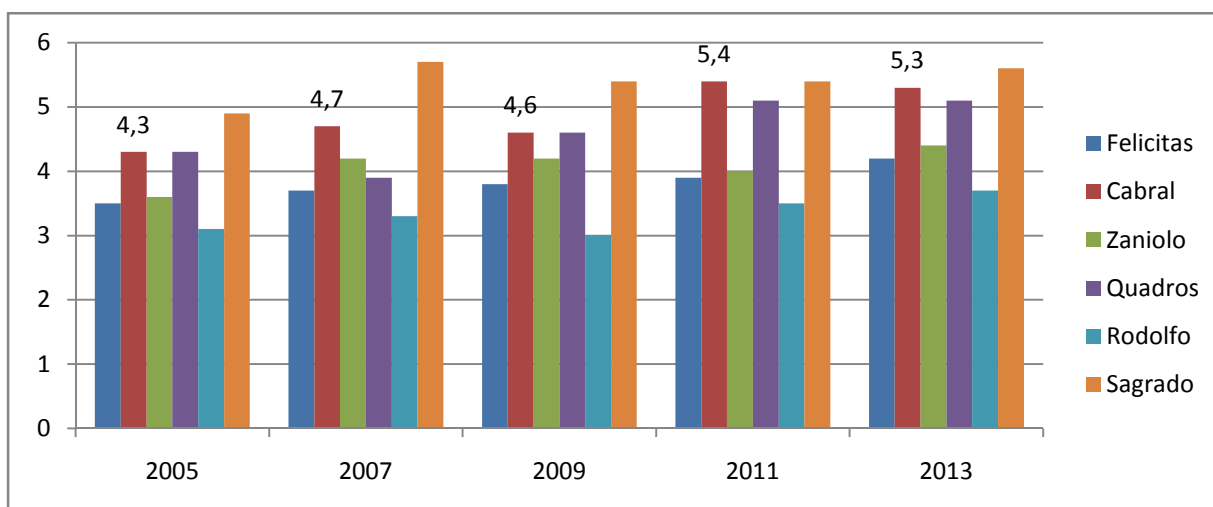
Souza Cabral, EEB Julia Baleoli Zaniolo, EEB Rodolfo Zipperer foram as escolas que alcançaram e superaram todas as metas do IDEB, em todas as edições. Há, ainda, um destaque para a EEB Manoel da Silva Quadros, que alcançou o mais alto rendimento na nota do IDEB (7.2), entre as escolas pertencentes a 26ª GERED. Os menores rendimentos e frequências estão nas escolas EEB Irmã Maria Felicitas, EEB Gertrudes Muller. A EEB Sagrado Coração, apesar de não ter alcançado média em 2007 e 2009, vem se destacando, de forma crescente, nas edições de 2011 e 2013.

Tabela 16 - IDEB – Canoinhas (SC) - Anos Finais

Escola EEB	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
FELICITAS	3.5	3.7	3.8	3.9	4.2	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.5
CABRAL	4.3	4.7	4.6	5.4	5.3	4.3	4.5	4.7	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2
ZANIOLO	3.6	4.2	4.2	4.0	4.4	3.6	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6
QUADROS	4.3	3.9	4.6	5.1	5.1	4.3	4.4	4.7	5.1	5.5	5.7	5.9	6.2
RODOLFO	3.1	3.3	3.0	3.5	3.7	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
SAGRADO	4.9	5.7	5.4	5.4	5.6	4.9	5.1	5.3	5.7	6.0	6.2	6.5	6.7

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

Gráfico 7 - IDEB Canoinhas (SC) - Anos Finais



Fonte: Fonte: Dados da pesquisa (2014)

As informações expostas nas figuras acima, resultados do IDEB (anos finais), as escolas que se destacaram foram: EEB João José de Souza Cabral e EEB Professor Manoel da Silva Quadros. As escolas de menores frequência e rendimento foram: EEB Irmã Maria Felicitas, EEB Julia Baleoli Zaniolo e a EEB Rodolfo Zipperer. A EEB Sagrado Coração, apesar de não ter alcançado a última meta projetada, vem de uma boa frequência.

3.2.6 IDEB das Escolas Públicas Estaduais de Três Barras

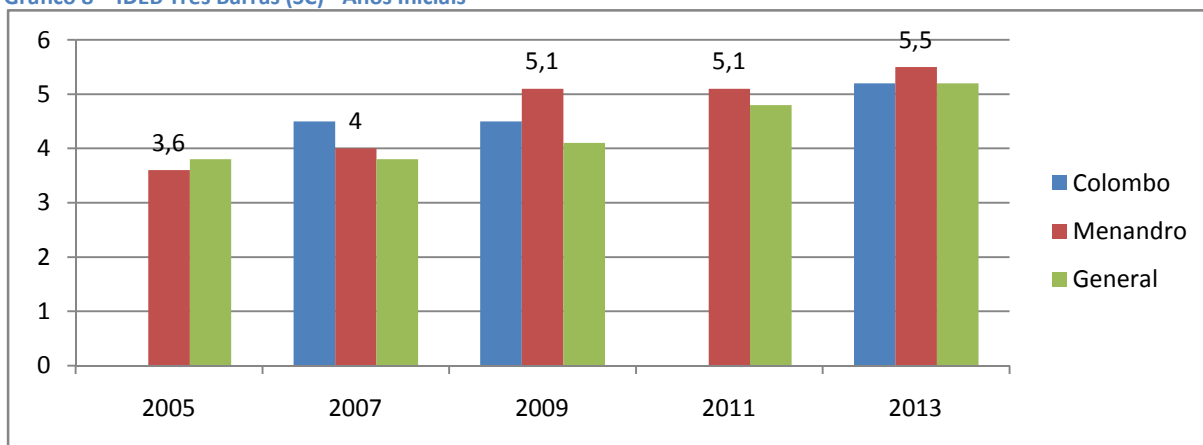
Ocupando a 215ª colocação no IDHM estadual, apresentando um índice de 0,706, Três Barras é o último Município da 26ª SDR a ocupar a faixa de desenvolvimento, considerada, alta. No quadro das unidades educacionais da rede pública estadual, conta com três escolas.

Tabela 17 - IDEB – Três Barras (SC) - Anos Iniciais

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EEB													
COLOMBO	***	4.5	4.5	***	5.2		4.7	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3
MENANDRO	3.6	4.0	5.1	5.1	5.5	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8
GENERAL	3.8	3.8	4.1	4.8	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

Gráfico 8 – IDEB Três Barras (SC) - Anos Iniciais



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

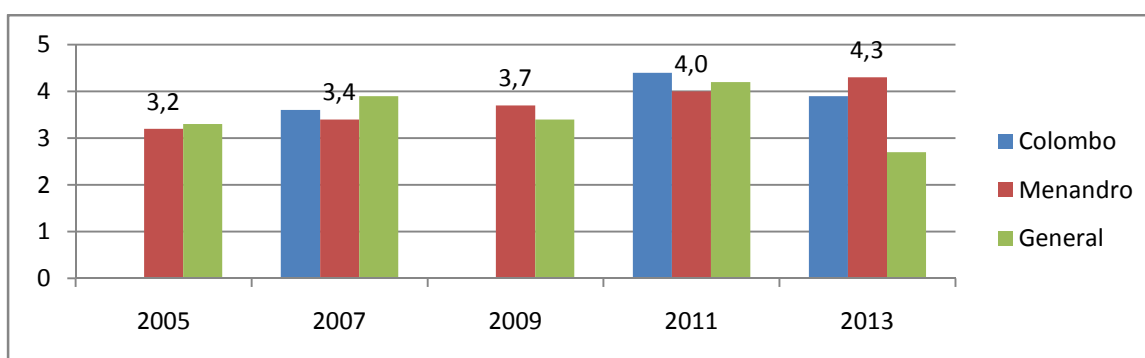
Os dados referentes aos anos iniciais, das escolas públicas estaduais, no Município de Três Barras apresentam um considerável destaque, no tocante a frequência e as metas alcançadas e superadas, por parte da EEB Frei Menandro Kamps, em todas as edições do IDEB, a referida escola foi a de melhor rendimento. A escola com menor rendimento foi a EEB Colombo Machado Salles, mesmo que tenha ficado isenta da avaliação de 2011 (anos iniciais), no entanto, nos anos em que participou não chegou a alcançar, ou superar nenhuma das metas projetadas.

Tabela 18 - IDEB – Três Barras (SC) - Anos Finais

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EEB													
COLOMBO		3.6		4.4	3.9		3.7	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1	5.4
MENANDRO	3.2	3.4	3.7	4.0	4.3	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2
GENERAL	3.3	3.9	3.4	4.2	2.7	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3

Fonte: INEP (2014) Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 18/02/2015

Gráfico 9 – IDEB Três Barras (SC) - Anos Finais



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Semelhantemente a avaliação dos anos iniciais, novamente, a EEB Frei Menandro Kamps ocupa a melhor colocação em rendimento e frequência em todas as edições do IDEB. Destaca-se, ainda, o baixo rendimento da EEB Colombo Machado Salles, que alcançou apenas uma meta nas edições em que participou, a EEB General Osório que teve a menor nota (2.7) entre todas as escolas, da 26ª GERED, participantes da última edição do IDEB (2013).

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.3.1 Dos Entrevistados

A seguir, serão apresentados os dados que após terem sido sistematizados e tabulados a partir dos instrumentos utilizados para a efetivação da pesquisa, ou seja, o questionário emitido aos professores e gestores das escolas da 26ª GERED que participaram das edições do IDEB. Foi entrevistado um total de 124 professores e 37 gestores, que trabalham o 5º e 9º ano do ensino fundamental anos iniciais e finais. Foi aplicado um total de 181 questionários, dos quais retornaram 161 questionários (89 %) os 20 questionários que não retornaram (11,1%) se referem à EEB Cel. CID GONZAGA, que não retornou os questionários e, portanto, não participou da pesquisa.

O questionário está dividido em três blocos. No primeiro bloco estão os dados referentes ao perfil socioeconômico dos entrevistados e, no segundo bloco, estão os dados referentes ao capital social, contemplando seis dimensões, constitutivas, e o grau de existência e intensidade do mesmo em relação aos entrevistados. Finalmente, no terceiro bloco, são apresentados os dados referentes ao

conhecimento e interação a respeito do IDEB e do desenvolvimento por parte dos entrevistados.

3.3.2 Do Perfil Socioeconômico dos Professores por Município

Quadro 2 – Perfil Socioeconômico dos Professores e Gestores por Município.

Categorias	Valores	P.U.	%	IRIN.	%	B.V.T.	%	M. V.	%	CAN.	%	T. B.	%
Idade	21 a 30	13	22	05	23	00	00	02	50	07	14	03	13
	31 a 40	17	29	05	23	04	50	02	50	17	34	09	40
	+ de 41	27	47	11	52	04	50	00	00	26	52	10	45
Gênero	Masculino	15	26	11	52	03	37	01	25	13	26	03	14
	Feminino	42	73	10	47	05	62	03	75	37	74	19	86
Formação	Gradua.	15	26	08	38	00	00	02	50	08	16	05	23
	Esp.	42	72	13	61	08	100	02	50	41	82	17	80
	Mestrado	00	00	00	00	00	00	00	00	01	02	00	00
	Doutorado	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	N/informou	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Tempo	1 a 5 anos	16	28	07	33	00	00	02	50	10	20	05	22
	5 - 10 anos	09	15	01	04	00	00	02	50	08	16	02	09
	10 -15 anos	06	10	02	09	02	25	00	00	07	14	03	13
	15 -20 anos	14	24	06	28	03	37	00	00	06	12	02	09
	20 anos....	12	21	05	23	03	37	00	00	19	38	10	45
Contrato	ACT	22	38	09	42	00	00	03	75	15	30	10	46
	Efetivo	35	61	12	57	08	100	01	25	35	70	12	54
Rede	Pública	56	98	21	100	08	100	04	100	45	90	21	95
	Pública/priv.	01	01	00	00	00	00	00	00	05	10	01	05
C/Horária	10 horas	01	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	20 horas	05	08	02	09	00	00	00	00	02	04	03	13
	30 horas	09	15	04	19	00	00	00	00	05	10	00	00
	40 horas	32	56	13	62	05	62	03	75	38	76	09	40
	50 horas	06	10	01	04	01	12	01	25	02	04	03	13
	60 horas	03	05	00	00	02	25	00	00	02	04	01	04
	70 horas	01	01	01	00	00	00	00	00	01	02	01	04

Fonte 1- Dados da pesquisa, (2015).

Tomando o quadro acima, como referência de análise, é possível apontar algumas considerações, levando-se em consideração, principalmente, as categorias: formação, tempo, contrato e carga horária. Em relação à formação, percebe-se que

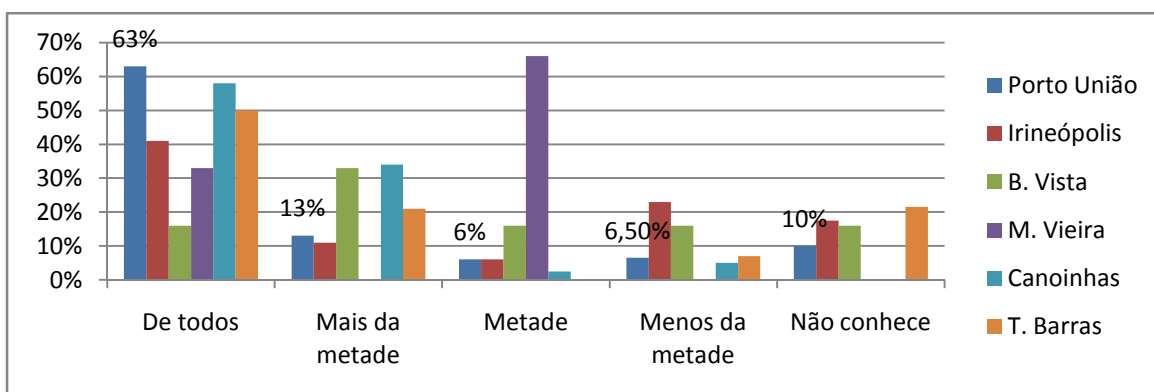
os professores e gestores da rede estadual, no município de Bela Vista do Toldo, ocupam a melhor posição apresentando, em seu quadro de docentes 100% de professores com especialização. Na categoria tempo de serviço, os professores e gestores da rede estadual de ensino, no município de Três Barras, apresentam a melhor posição, com 45% trabalhando na educação a mais de 20 anos. No que se refere ao tipo de contrato, o destaque retorna aos professores e gestores da rede estadual de ensino em Bela Vista do Toldo, apresentando 100% de efetivos em seu quadro docente. Na categoria carga horária, o destaque está entre os professores e gestores da rede estadual de ensino no município de Canoinhas, apresentando 76% dos professores com carga horária de 40 h/aulas.

Ao verificar as porcentagens apresentadas, é possível inferir, dos mesmos, que onde há maior grau de formação, maior tempo de dedicação ao ofício docente, maior vínculo institucional (estabilidade profissional) somado a uma carga horária considerável há, por consequência, maior probabilidade da existência de capital humano mais qualificado, maior probabilidade da existência de elementos do capital social e, como efeito, resultados melhores.

3.3.3 Da Relação entre o IDEB e o Desenvolvimento

Nessa parte pretende-se expor o perfil opinativo dos professores e gestores sobre a concepção e ideia que, os mesmos, têm a respeito da relação entre o IDEB e o Desenvolvimento. Para tanto, foram formuladas e apresentadas três questões: A primeira indagava a respeito do nível de conhecimento que os professores e gestores possuem sobre os resultados do IDEB. A segunda questão apresentava dois possíveis fatores, externos, influentes nos resultados do IDEB, onde os professores e gestores deveriam avaliar como positivos ou negativos seguidos de justificativas. A terceira questão apresentou aos professores e gestores a oportunidade dos mesmos opinarem a respeito do grau de desenvolvimento do município onde se encontra a escola. Foram apresentadas três alternativas: a) desenvolvido, b) pouco desenvolvido e c) não desenvolvido. Os entrevistados, após escolherem a alternativa, teriam que justificá-la apontando a que fatores atribuíam suas escolhas. Seguem os gráficos apresentando os resultados, comparativos entre os municípios, acompanhados dos devidos comentários analíticos sobre os mesmos.

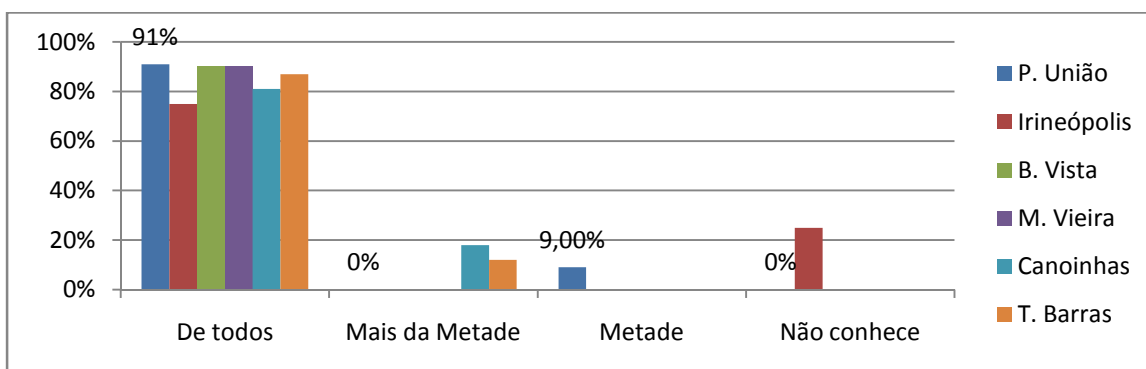
Gráfico 10 - Grau de conhecimento dos resultados do IDEB entre os professores das escolas pesquisadas



Fonte: Dados da pesquisa (2015)

É perceptível que entre os docentes das escolas estaduais de Porto União, o grau de conhecimento sobre os resultados do IDEB toma uma projeção maior em relação aos demais, quando analisado no quesito “conhecimento de todos os resultados”³⁴. Em contrapartida, os professores que mais se manifestaram “desconhecendo” os resultados do IDEB são os que atuam nas escolas públicas do município de Três Barras, ou seja, 22% dos entrevistados no referido município. O percentual aqui exposto sugere que as escolas onde os professores possuem preocupação maior com os resultados e avaliações do rendimento escolar, tendem a se preparar melhor para alcançar e superar as metas estabelecidas.

Gráfico 11 - Grau de conhecimento dos resultados do IDEB entre os gestores das escolas pesquisadas



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

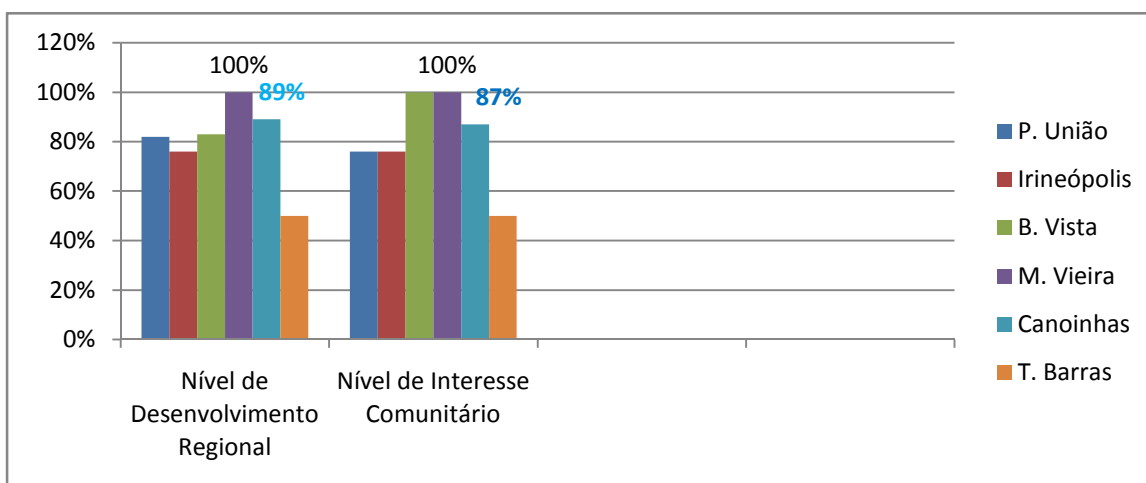
Seguindo a tendência da análise anterior, os gestores das escolas estaduais do município de Porto União, alcançaram a melhor porcentagem, em relação aos

³⁴ É importante salientar que, nos municípios onde o grau de conhecimento e interesse a respeito dos resultados do IDEB são maiores, são exatamente os mesmos onde se concentram as únicas Universidades e Instituições de Ensino Superior da região. Como exemplo: UnC, UNESPAR, IFSC.

demais, no que se refere ao grau de conhecimento dos resultados de todas as edições do IDEB, revelando não só a preocupação com o rendimento, mas também, com o envolvimento nas políticas de avaliação da educação. Vale lembrar que uma das escolas, da 26ª GERED, que alcançaram a melhor colocação, tanto em termos de pontuação na última edição (2013), quanto na frequência ao longo de todas as edições é a EEB Prof. Germano Wagenfuhr, localizada em Porto União. Entre os gestores da escola em Irineópolis foi registrada a maior porcentagem (25%) entre os gestores que desconhecem os resultados do IDEB.

Os gráficos a seguir apresentam, na opinião dos professores e gestores, se o nível de desenvolvimento da região e o nível de interesse da comunidade são fatores contribuintes no resultado do IDEB. A questão, apesar de se apresentar fechada, permitiu uma justificativa na medida em que a mesma indaga a que (os profissionais da educação) atribuíam sua escolha.

Gráfico 12 - Nível de Desenvolvimento Regional e Interesse Comunitário (professores por município)



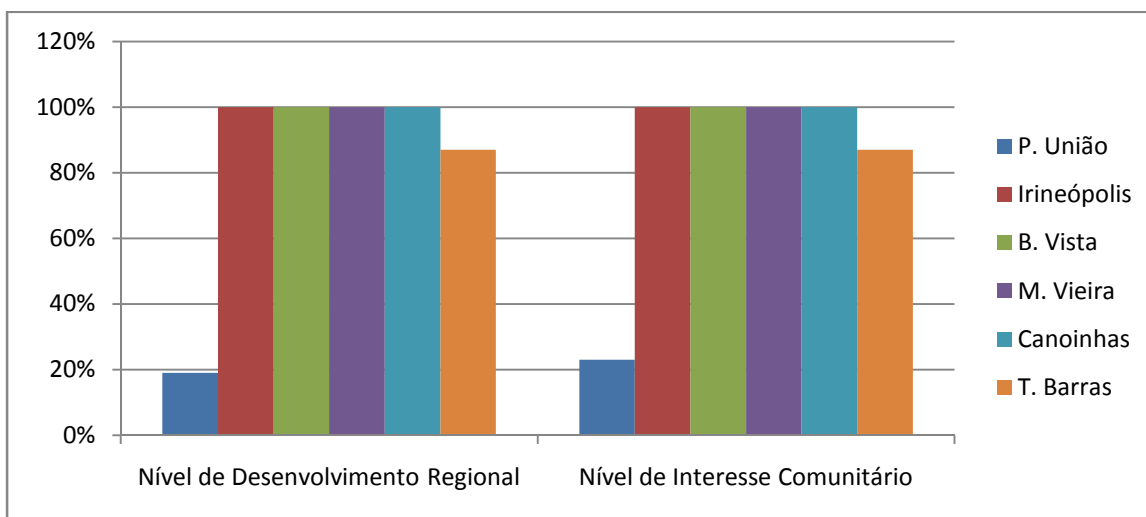
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

O gráfico acima apresenta os fatores, influentes no IDEB, apontados pelos professores as escolas estudadas. Em Major Vieira todos os entrevistados (100%) concordaram que o Nível de Desenvolvimento Regional e o Interesse Comunitário são fatores de influência nos índices educacionais não havendo nenhuma justificativa a mais. No município de Canoinhas, onde se localiza a **EEB João Jose de Souza Cabral**, uma das escolas da 26ª GERED, que alcançou uma das melhores médias no último IDEB (6.8) e está entre as escolas que possui a melhor frequência em todas as edições, 89% dos entrevistados concordam que o nível de

desenvolvimento regional é fator de influência e 87% optaram pelo Nível de interesse comunitário. A justificativa que mais se repetiu, por parte dos que não concordaram com o primeiro fator, foi a prática didática e pedagógica (8% dos entrevistados). A justificativa com mais ocorrência, para os que não concordaram com o segundo fator, foi a participação dos pais (13% dos entrevistados). A terceira maior incidência de porcentagens ficou com o município de Bela Vista do Toldo, 83% dos entrevistados optaram, positivamente, para o primeiro fator e 100% dos entrevistados, pelo segundo fator.

Os referidos resultados sugerem que, muito embora haja disparidades em relação a opção entre o primeiro fator e o segundo, ambos foram alvos da preferência dos professores, como fatores de influência nos resultados do IDEB. Isso demonstra que o corpo docente, das escolas, nos referidos municípios em destaque consegue enxergar a relação entre o rendimento escolar e a situação social e cultural dos alunos. A mesma perspectiva é vista no gráfico abaixo, por parte dos gestores, com exceção de Porto União (19% para o primeiro fator e 23% para o segundo).

Gráfico 13 - Nível de Desenvolvimento Regional e Interesse Comunitário (Gestores por município)



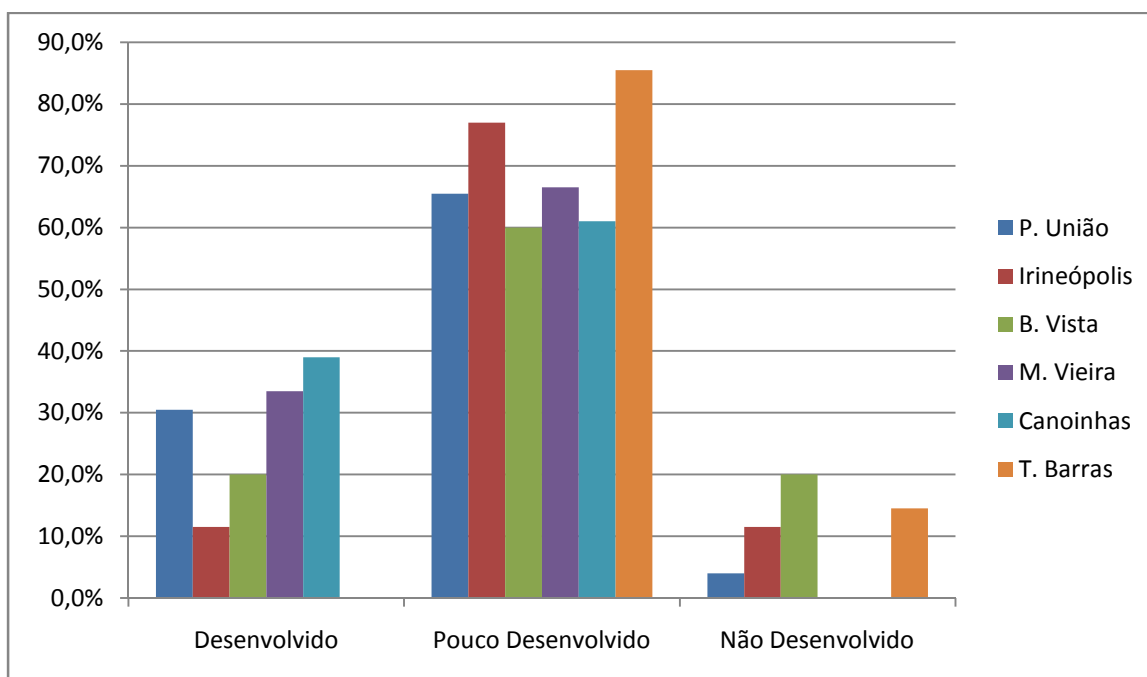
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Com exceção dos gestores das escolas da rede estadual do município de Porto União, a grande maioria dos professores atribui como fatores de influência no resultado do IDEB, nível de desenvolvimento da região e o nível de interesse comunitário. Das justificativas que optaram pela resposta “não” em relação tanto, ao primeiro fator, quanto ao segundo, a de maior frequência foi a maior presença e

participação das famílias no processo educacional dos filhos. Tais informações sugerem que, na opinião dos gestores escolares, o fator social e econômico, além da participação efetiva das famílias é de fundamental importância no progresso do desempenho educacional dos alunos.

A questão de número três procurou coletar dados, juntos aos professores e gestores, a respeito da opinião que os mesmos tinham em relação ao grau de desenvolvimento do município onde a escola está inserida, levando-se em consideração o IDEB como um dos índices que aponta para uma educação de qualidade. A pergunta permitiu um espaço para apresentação de fatores que justifiquem a opção escolhida. Foram três opções considerando o município como: a) desenvolvido; b) pouco desenvolvido e c) não desenvolvido.

Gráfico 14 - Grau de Desenvolvimento do Município (opinião dos professores por município)

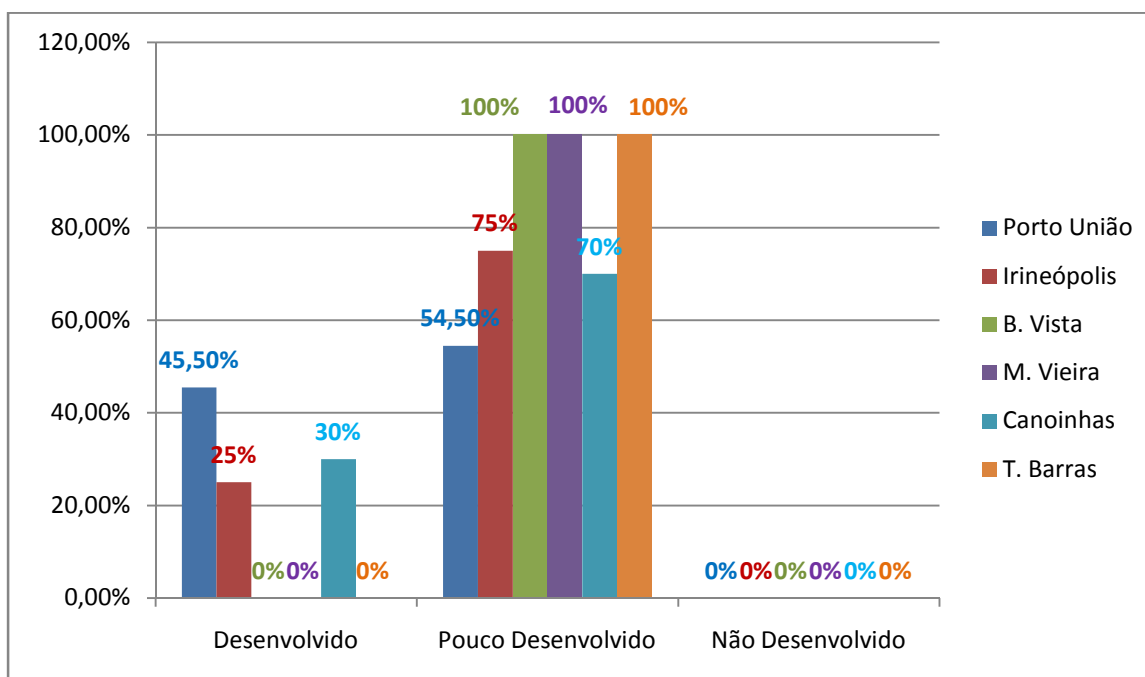


Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

O gráfico revela que, na opinião dos professores da rede estadual de ensino, 26ª GERED, o município onde estão as escolas pesquisadas são considerados “pouco desenvolvidos”. A maior frequência, opinativa nessa classificação, esta entre os professores de Três Barras. A justificativa que mais frequência teve daqueles que optaram pela classificação de “pouco desenvolvido” foram: a) questões políticas (8,5% em Porto União e 5,8% em Irineópolis); b) administração pública (2,5% em Porto União, 5,5% em Canoinhas e 14,5% em Três Barras) e c) questões culturais

(4,5% em Porto União, 7,5% em Canoinhas e 14,5% em Três Barras). Esses dados sugerem que, na grande maioria, os professores valorizam os fatores políticos, governamentais e culturais, elementos que fazem parte da natureza do capital social, como importantes no processo de desenvolvimento.

Gráfico 15 - Grau de Desenvolvimento do Município (opinião dos gestores por município)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Semelhantemente ao gráfico anterior, percebe-se que a classificação “pouco desenvolvido” continua, agora em relação aos gestores escolares, se mantendo com a maior frequência opinativa entre as demais alternativas. Entre as justificativas para a opção, o que mais se repetiu entre os gestores escolares foi a questão cultural (15,5% em Canoinhas e 25% em Três Barras).

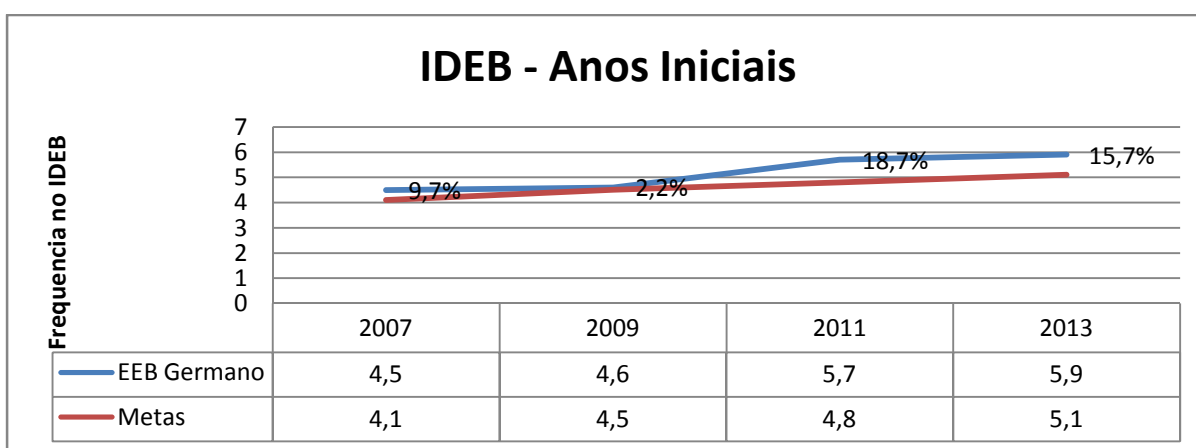
3.3.4 Da Presença do Capital Social

Aqui se pretendeu realizar uma análise, verificando a presença de elementos do capital social como “grupos e redes”, “confiança e solidariedade”, “grau de cooperação”, “nível de informação e comunicação”, “nível de coesão e inclusão social” e “capacidade de ação pública”, entre os professores e gestores das escolas da rede pública estadual da 26ª GERED e, em que grau, ou nível estão presentes nas escolas que alcançaram as melhores médias e vem se mantendo com as melhores frequências. As escolas que mais se destacaram, em todas as edições do

IDEB foram: EEB Prof. Germano Wagenfuhr (Porto União), EEB João José de Souza Cabral (Canoinhas), EEB Manoel da Silva Quadros (Canoinhas) e EEB Frei Menandro Kamps (Três Barras). Todas alcançaram a média na última edição do IDEB e todas, com exceção do EEB Manoel Quadros³⁵ (IDEB, 2007), se mantiveram com as melhores frequências, ou seja, desde a primeira edição, sempre alcançaram ou superaram as metas estabelecidas.

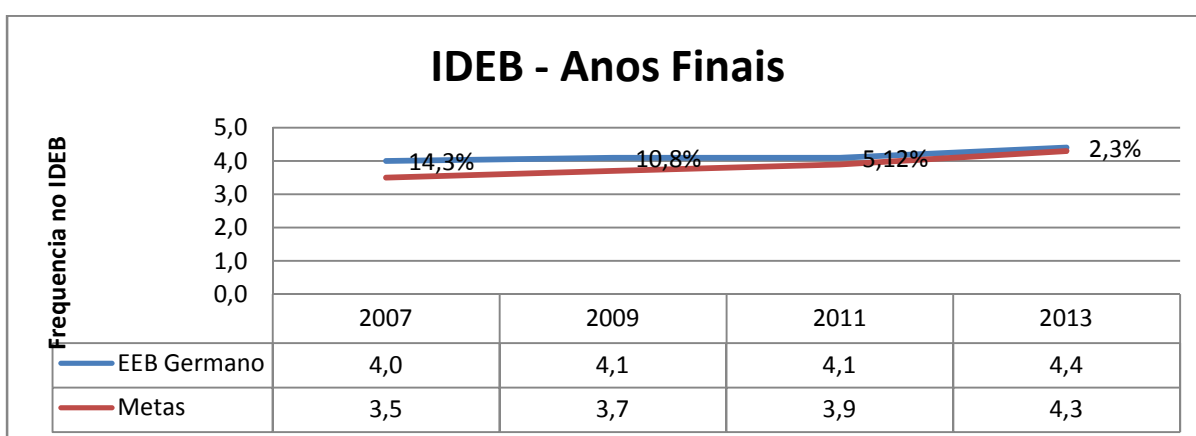
3.3.4.1 Escolas Com Melhores Frequências Na 26ª GERED

Gráfico 16 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos iniciais (EEB Germano Wagenfuhr)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 17 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos finais (EEB Germano Wagenfuhr)



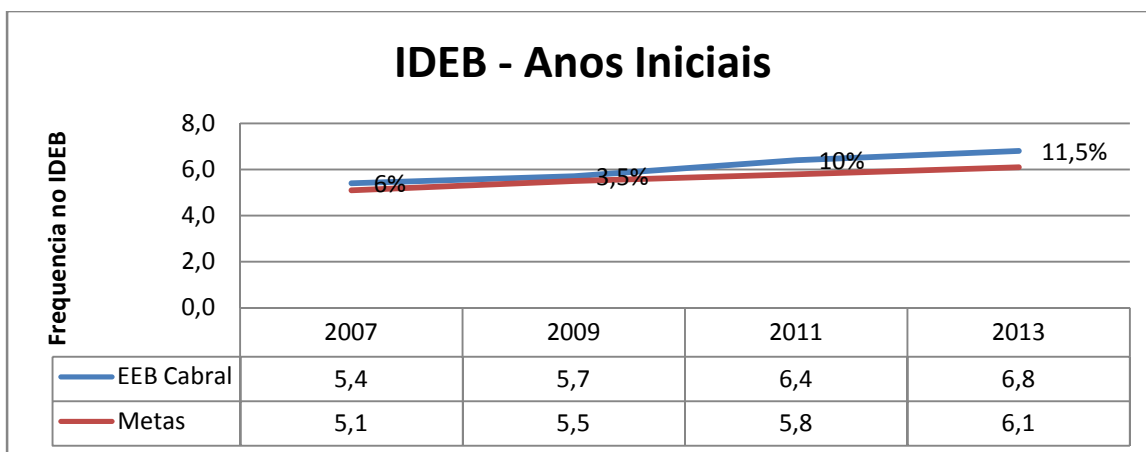
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Das seis unidades escolares, da rede pública estadual, no município de Porto União, a EEB Germano Wagenfuhr foi a única que alcançou todas as metas, nas

³⁵ A presença da EEB Manoel da Silva Quadros, nessa classificação, se dá pelo fato dessa escola ter alcançado a melhor média entre as demais e uma das maiores do Estado de Santa Catarina na última edição do IDEB (2013).

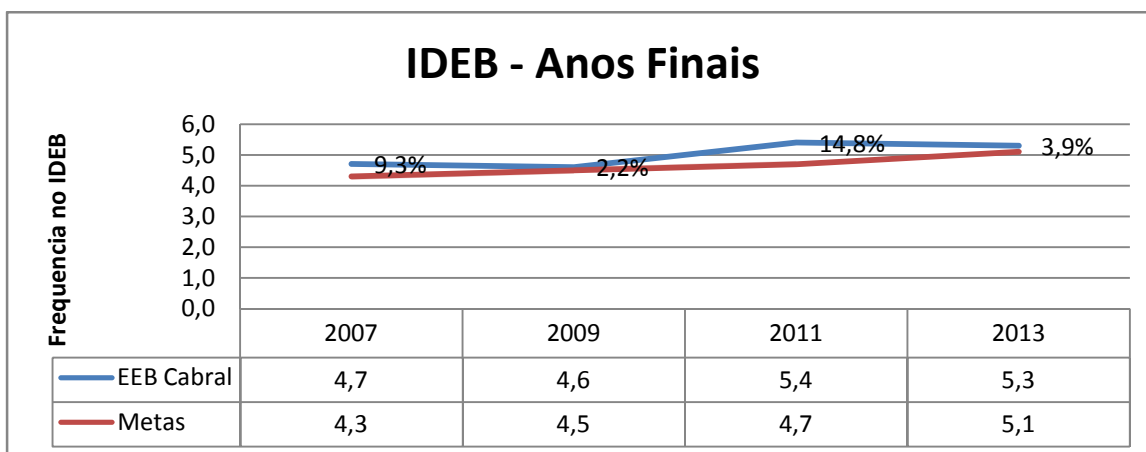
duas instancias avaliativas. Os gráficos acima mostram que, em todas as edições do IDEB, a referida unidade superou as metas estabelecidas, seja em relação aos anos iniciais, seja em relação aos anos finais da educação básica sugerindo que, a referida escola, vem se mantendo ao longo de todas as edições como uma escola de qualidade, levando-se em consideração o índice de desenvolvimento da educação básica.

Gráfico 18 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos iniciais (EEB João José de Souza Cabral)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Gráfico 19 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos finais (EEB João José de Souza Cabral)

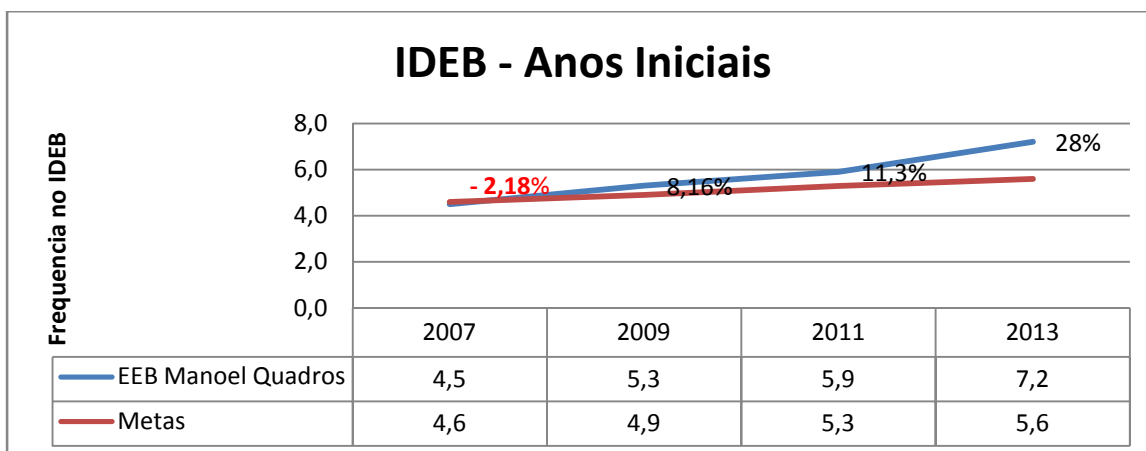


Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Situada no município de Canoinhas, a EEB João José de Souza Cabral foi a escola, entre as sete unidades escolares existentes, da rede pública estadual, que alcançou melhor rendimento, no referido município em relação à frequência. Em relação aos anos iniciais, a escola segue em nível ascendente constante em comparação as metas estabelecidas, nas edições de 2007 a 2013, apresentando índices acima das metas estabelecidas. O mesmo ocorre na análise referente aos

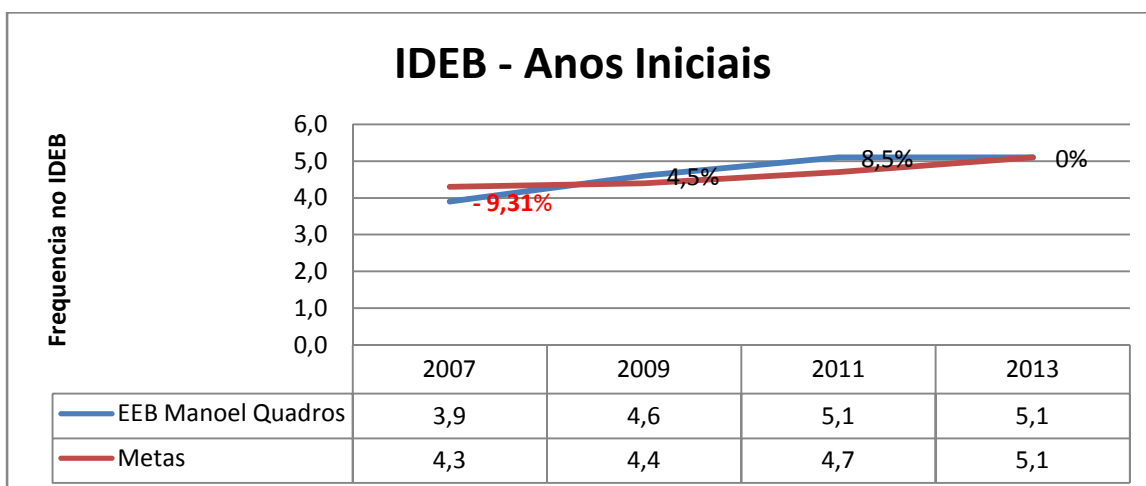
anos finais, com leve declínio em 2009 e 2013, todavia mantendo-se acima das metas.

Gráfico 20 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos iniciais (EEB Manoel da Silva Quadros)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

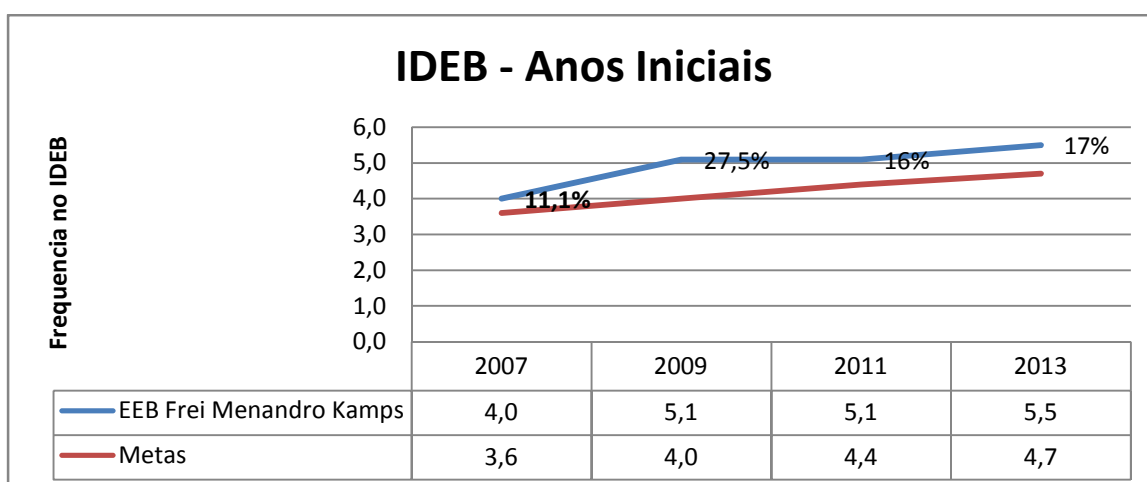
Gráfico 21 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos finais (EEB Manoel da Silva Quadros)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

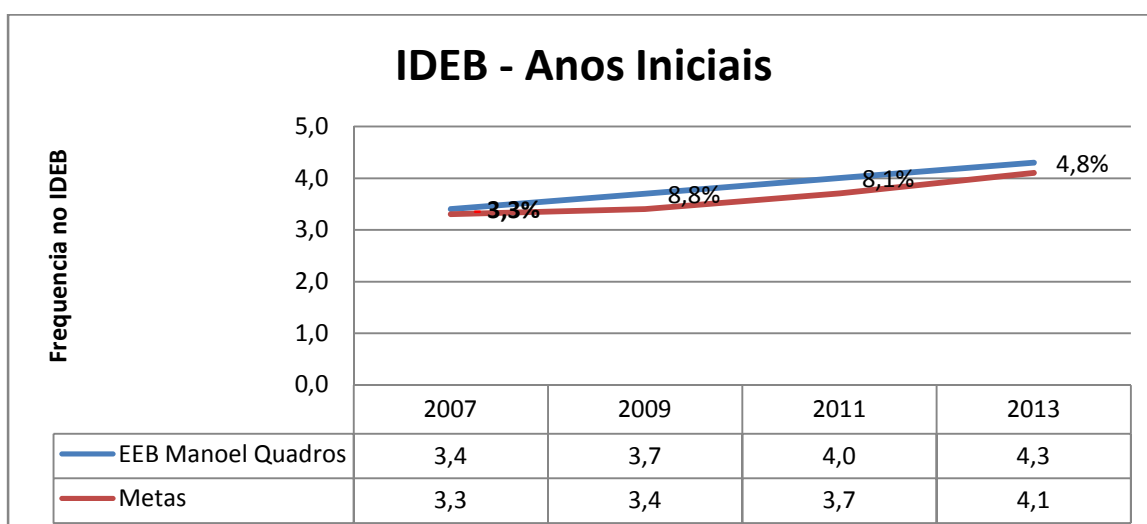
A justificativa para inclusão da EEB Manoel Quadros nessa etapa das análises está em que, a mesma, alcançou a maior média (edição 2013) entre as escolas da rede pública estadual da 26ª GERED. Sua média, referente aos anos iniciais, foi de 7,2, ou seja, 28% acima da meta (5,6) projetada para o período. Muito embora no primeiro período (IDEB 2007), a escola tenha ficado abaixo da média (- 2,18% nos anos iniciais e - 9,31% nos anos finais) os períodos subsequentes a unidade escolar, em apressa, tem apresentado uma considerável evolução, com importante destaque para a média alcançada no último período.

Gráfico 22 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos iniciais (EEB Frei Menandro Kamps)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Gráfico 23 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos finais (EEB Frei Menandro Kamps)

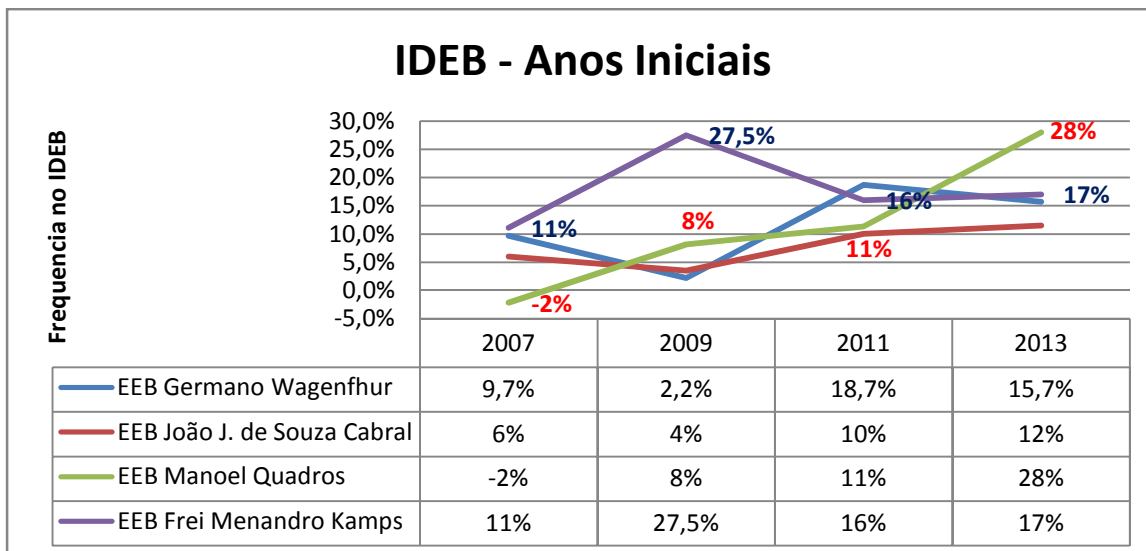


Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Os dados acima mostram uma ascendente constante em relação ao desempenho da EEB Frei Menandro Kamps, em todas as edições do IDEB, seja entre os anos iniciais, seja nos anos finais. Das três unidades escolares da rede pública estadual, no município de Três Barras, foi a única a apresentar uma frequência positiva em relação a todas as edições a que se submeteu. Em termos de situação social e econômica, a localidade onde se situa a referida escola é inferior as demais escolas da rede estadual do mesmo município sugerindo que, os professores e gestores exerceram importante papel no processo de ensino e aprendizagem, o que se tornou claro nos resultados e frequência da escola em relação ao IDEB.

3.3.4.2 Comparação Entre as Melhores Frequências

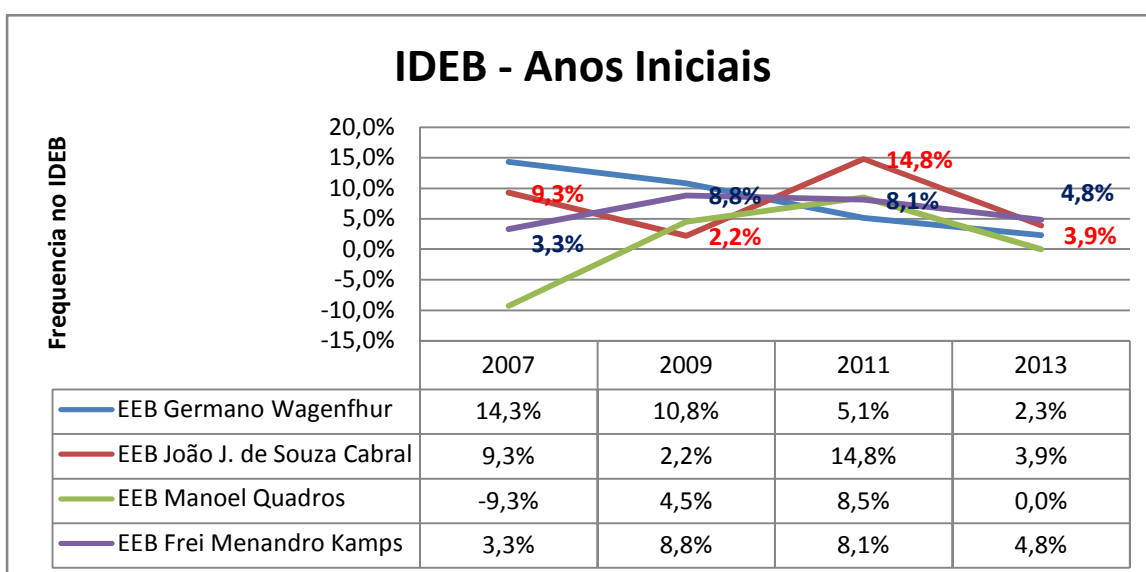
Gráfico 24 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos iniciais (todas as escolas)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Levando-se em consideração a situação apresentada pelo gráfico acima, a EEB Frei Menandro Kamps, na instância avaliativa dos anos iniciais, tem sido a escola de melhor frequência da 26ª GERED no que se refere a ter alcançado todas as metas em todos os períodos. O detalhe está na EEB Manoel da Silva Quadros que, muito embora não tenha mantido a frequência em todas as edições, apresentou o melhor rendimento no IDEB, edição de 2013.

Gráfico 25 - Rendimento e Frequência no IDEB/anos finais (todas as escolas)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

No que se refere aos anos finais, repete-se a tendência em relação à EEB Frei Menandro Kamps que juntamente com a EEB João José de Souza Cabral são, atualmente, as escolas que mais se destacaram em todas as edições do IDEB no que se tange a frequência de seus resultados.

3.3.4.3 Da Participação de Grupos e Redes

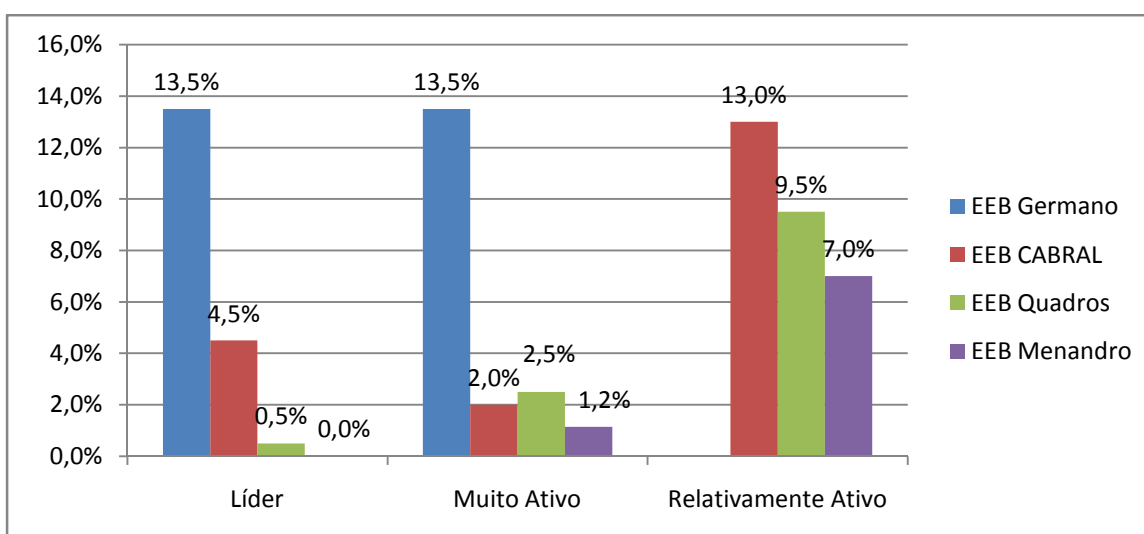
Nesta seção serão apresentados os resultados referentes a questionamento feito aos gestores e professores sobre a participação dos mesmos, em algum grupo formalmente organizado e o grau em que se dá esta participação. A fim de medir o grau de participação foi utilizada uma escala de valores (escala de Likert), representada por cinco categorias optativas, numeradas de um (1) a cinco (5), sendo (1) para líder, (2) para “muito ativo”, (3) para “relativamente ativo”, (4) para “não participa das decisões” e (5) para “não participa de uma associação como esta”. Os dados são apresentados em um quadro, posteriormente reunidos em um gráfico apresentando o nível de participação, levando-se em consideração as categorias 1, 2 e 3, em média percentual. O objetivo central dessa análise é verificar a intensidade participativa dos gestores e professores em grupos e redes.

Quadro 3 - Participação dos professores e gestores em grupos e redes (Escolas com melhor frequência)

Grupos	Escolas											
	Germano			Cabral			Quadros			Menandro		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Cooperativas		66				33			7,5			
Profissional						22			15			
Sindicato									15			28
Ass. Bairros				11					7,5			
Religioso		100		22	11	33		7,5	38		14	28
Político						11			7,5			14
Cultural				11		11			7,5			
Financeiro												
Educação			66		11	11	7,5	7,5	15			14
Estudos				11		33		15				
ONG												
Outros												

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Gráfico 76 - Participação dos professores e gestores em grupos e redes (Escolas de melhor frequência).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

As ilustrações expostas acima (Quadro nº 3 e Gráfico nº 26) apresentam os professores e gestores da EEB Germano com uma participação mais significativa em grupos e redes, conferindo um total de 27% dos entrevistados. Em segundo lugar, a EEB Cabral ocupa um total de 19,5% dos entrevistados. Em terceiro lugar, a EEB Manoel Quadros com 12,5% do total de entrevistados e, em quarto lugar, a EEB Frei Menandro com 8,2% do total dos entrevistados.

Entre as categorias mais associadas ao conceito de capital social está relacionada a participação em grupos e redes. A participação dos professores e gestores em grupos e redes sugere uma capacidade mais acentuada e dinâmica, no que se refere ao exercício do poder decisório, de forma coletiva em instituições. O nível de confiança tende a aumentar entre os membros de grupos e redes, diante da frequência de participação dos mesmos e, de certa forma, isso sugere que entre os professores das escolas aqui citadas há um grau maior de preocupação com as coisas públicas, entre elas a educação.

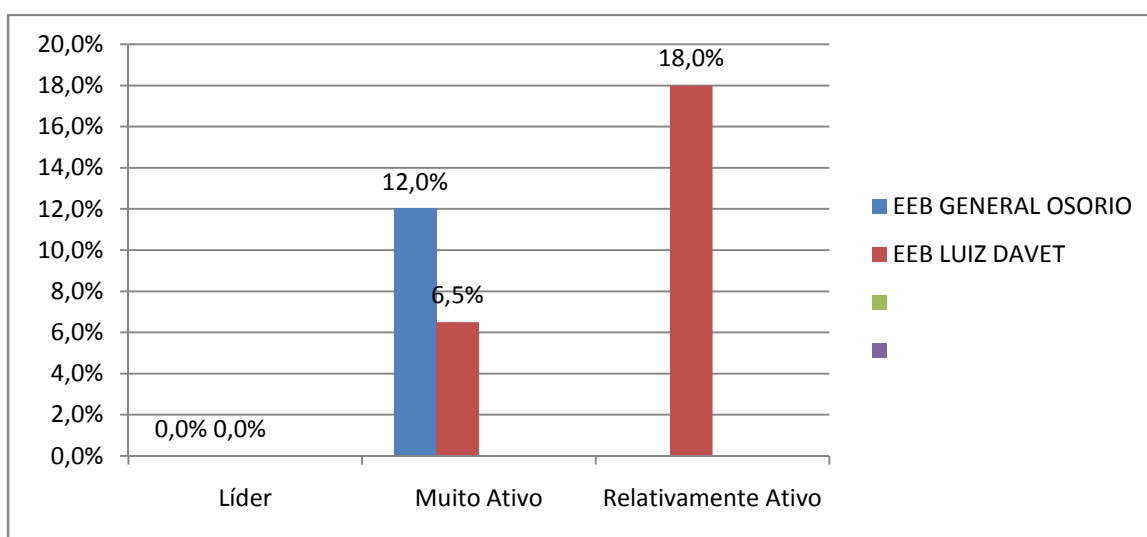
Para melhor verificação, segue a mesma análise a respeito da participação dos professores e gestores em grupos e redes por parte de escolas, pertencentes a 26ª GERED, que não alcançaram as metas, ou que tiveram o menor rendimento em termos de frequência. Para tanto, foram selecionadas duas escolas: A EEB Luiz Davet (Major Vieira) e a EEB General Osório (Três Barras).

Quadro 4 - Participação dos professores e gestores em grupos e redes (Escolas de menor frequência).

Grupos	Escolas					
	EEB GENERAL OSÓRIO			EEB LUIZ DAVET		
	1	2	3	1	2	3
	%	%	%	%	%	%
Coop.			25			50
Profissional			25			25
Sindicato						
Ass. Bairros						
Religioso			25			25
Político			25			
Cultural			25			25
Financeiro						
Educação			25		25	25
Estudos			25		25	75
ONG						
Outros						

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Gráfico 27 - Participação dos professores e gestores em grupos e redes (Escolas de menor frequência)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Em comparação aos dados referentes às escolas de melhores médias e frequências, percebe-se que o nível de participação em grupos e redes é mínimo e menos intenso, por parte dos professores e gestores. Na categoria de participação, referente à liderança, em grupos e redes, não houve nenhuma margem percentual. Apenas nas categorias “muito ativo” e “relativamente ativo” houve margem percentual, ainda que abaixo das escolas que alcançaram melhores rendimentos, como é o caso da categoria “muito ativo” (12%).

3.3.4.4 Da Confiança e Solidariedade

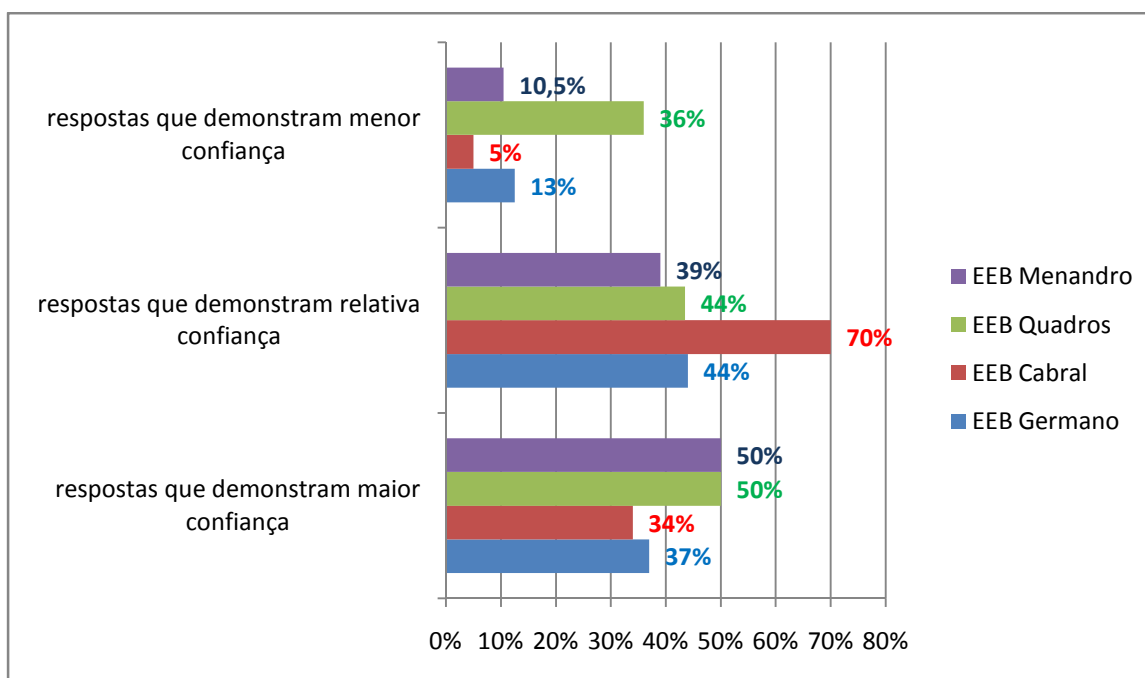
Na presente análise são apresentados os dados referentes a dois elementos importantes do capital social, a saber: confiança e solidariedade. No intuito de medir o grau de confiança e solidariedade nos gestores e professores, foram realizadas cinco perguntas, fechadas, valendo-se da escala de Likert nas três primeiras questões. A primeira questão, objetivou verificar o grau de concordância dos entrevistados em relação a confiança e solidariedade no âmbito escolar. A segunda questão teve o objetivo de medir o grau de confiança que o entrevistado tem em relação aos segmentos da escola. A terceira questão teve a finalidade de medir o nível de confiança que o entrevistado tem em relação às outras pessoas de seu convívio. Na quarta questão foi indagado ao entrevistado se, o mesmo, aconselharia alguém a respeito do empreendedorismo e se sugeriria sociedade. Finalmente, a quinta questão indaga o entrevistado a respeito da disposição e frequência com que o mesmo auxilia as pessoas da escola em que participa.

Quadro 5 – Grau de confiança dos professores e gestores (Escolas com melhor frequência)

Categorias	Escolas											
	G 1 %	G 2 %	G 3 %	C 1 %	C 2 %	C 3 %	Q 1 %	Q 2 %	Q 3 %	M 1 %	M 2 %	M 3 %
1. Grau de concordância e discordância												
- Alto grau de confiança nas pessoas da escola?		66	33	11	77	11	30	54	15	57	43	
- Alguém, nesta escola, pode tirar vantagem de você?		66	33	11	66	22	7,5	38	54	14	71	14
- As pessoas, nesta escola, estão dispostas a ajudar quando você precisa?	66	33		22	77		77	33		57	43	
- Nesta escola, as pessoas, não confiam uma nas outras?		33	66	11	66	22	15	23	61		28	72
2. Grau de confiança nos segmentos da escola												
- Administração		33	66		33	66	7,5	7,5	84	14	14	71
- Equipe Pedagógica	33		66	11	44	44	7,5	7,5	84	14	14	71
- Professores		100			66	33	7,5	23	70	14	57	28
- Alunos		33	66		88	11		77	23	14	71	14
- Representantes dos Pais	33		66		77	22		70	30	14	43	43
- GERED		33	66	11	55	33		77	23	14	28	57
3. Grau de confiança em outras pessoas												
- Amigos		66	33		33	66		77	23	14	28	57
- Familiares		66	33		22	77		16	84	14		86
- Vizinhos	66	33			88	11	30	62	8	14	71	14

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Gráfico 28 – Grau de Confiança dos Professores e Gestores (Escolas de melhor frequência).



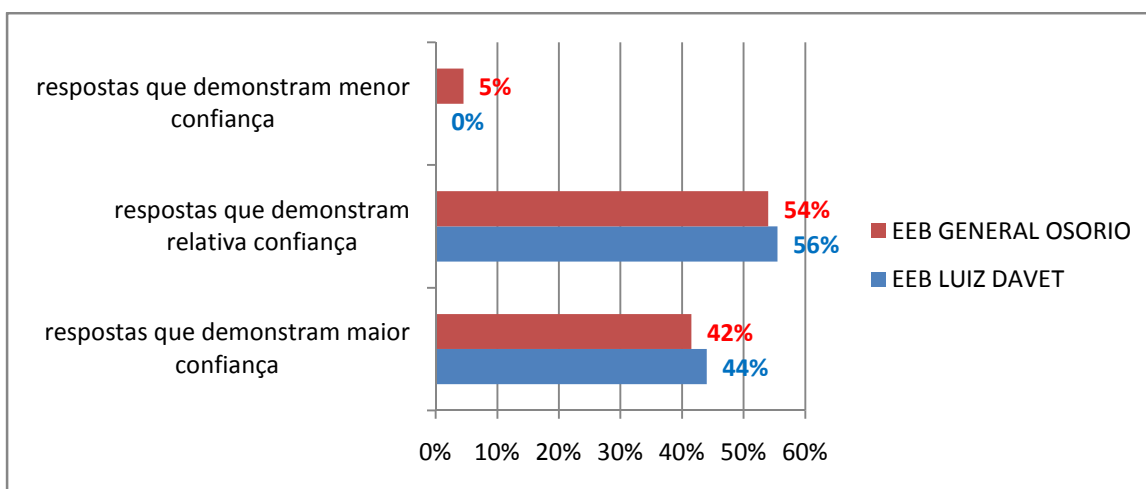
Fonte 2Dados da Pesquisa (2015).

Quadro 6 – Grau de confiança dos professores e gestores (Escolas com menor frequência)

Categorias	Escolas					
	EEB L. DAVET			EEB Gn. OSORIO		
	1	2	3	1	2	3
1. Grau de concordância e discordância						
	%	%	%	%	%	%
- Alto grau de confiança nas pessoas da escola?		100		40	40	20
- Alguém, nesta escola, pode tirar vantagem de você?		100			60	40
- As pessoas, nesta escola, estão dispostas a ajudar quando você precisa?	50	50		60	40	
- Nesta escola, as pessoas, não confiam uma nas outras?		25	75		80	20
2. Grau de confiança nos segmentos da escola						
	%	%	%	%	%	%
- Administração			100		40	60
- Equipe Pedagógica		50	50		40	60
- Professores		50	50		80	20
- Alunos		100		20	60	20
- Representantes dos Pais		50	50		60	40
- GERED		75	25		40	60
3. Grau de confiança em outras pessoas						
	%	%	%	%	%	%
- Amigos		25	75		40	60
- Familiares		25	75		60	40
- Vizinhos		75	25	20	60	20

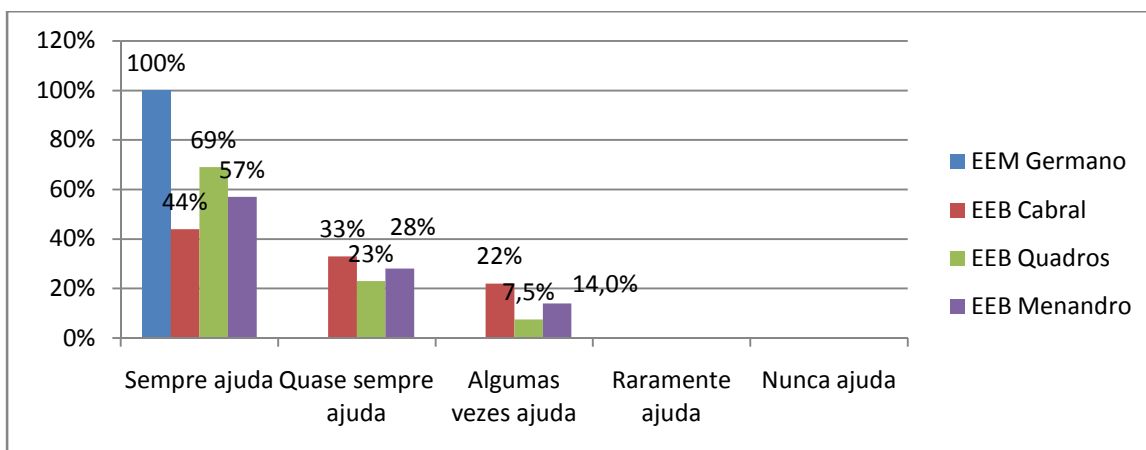
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Gráfico 29 – Grau de Confiança dos Professores e Gestores (Escolas de menor freqüência).



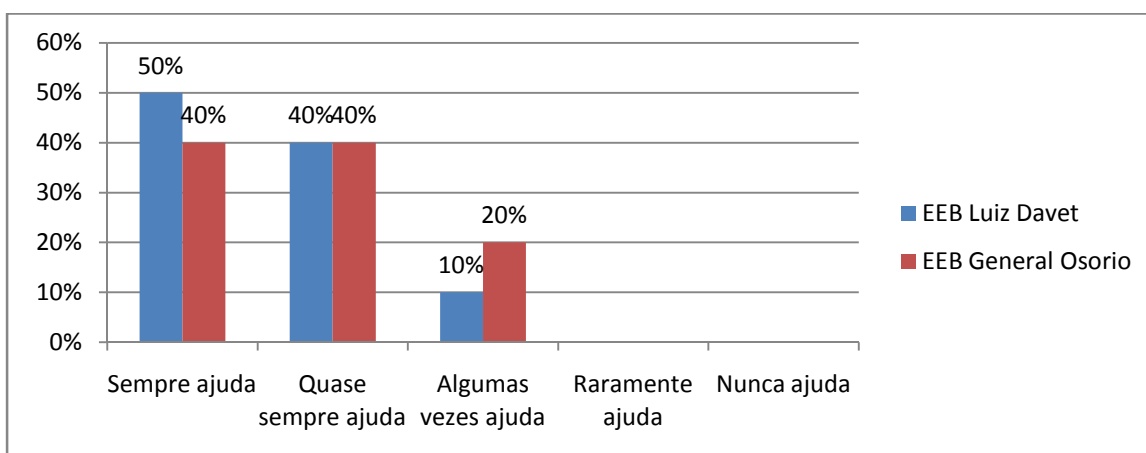
Fonte 3 Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 30 - Demonstração de solidariedade entre professores e gestores (escolas de melhor freqüência).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 31 - Demonstração de solidariedade entre professores e gestores (escolas de menor freqüência).



Fonte 4 Dados da Pesquisa (2015).

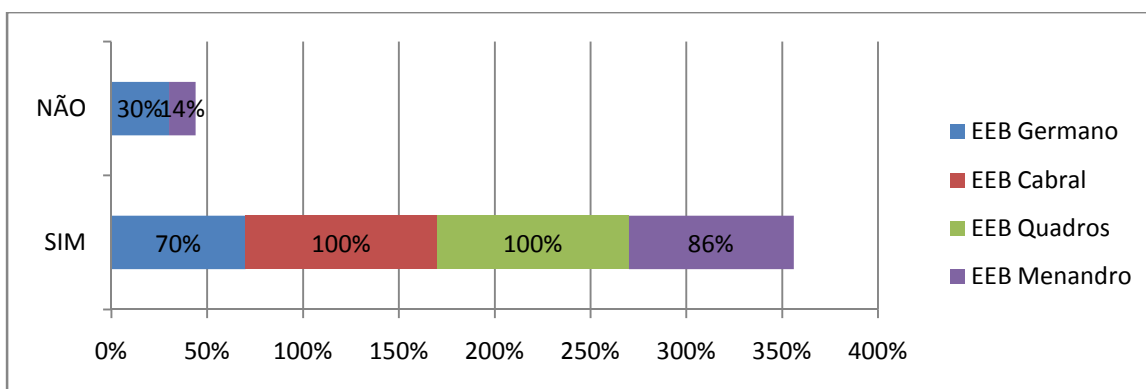
Neste cenário, representado pelas informações percentuais expostas nos Quadros de nº 5 e 6 e nos Gráficos de nº 28 e 29, foram analisados o grau de confiança dos professores e gestores das escolas de melhores e menores frequência nos resultados do IDEB (todas as edições). A confiança é um dos elementos, ou fatores, constitutivos do conceito de capital social, que segundo Putnam, em citação a Arrow “boa parte do atraso econômico no mundo se deve à falta de confiança” (1996 p. 180). Percebe-se que, ao somarmos os percentuais relativos às repostas que demonstraram maior grau de confiança, na média percentual, teremos um empate, na casa de 43%, entre as escolas de melhor e menor frequência no IDEB. Se somados os dois critérios avaliativos, ou seja, maior e relativo grau de confiança, as escolas de menor rendimento no IDEB ficam acima em três pontos percentuais. Tendo em vista que as escolas de menores rendimentos no índice (IDEB) não estão “distantes” das escolas de melhores índices, no quesito grau de confiança, sugere que este elemento do capital social, presente nos professores e gestores das escolas, apesar de sua importância, não exerceu influência fundamental sobre os resultados do IDEB.

Na análise dos gráficos 30 e 31 (demonstração de solidariedade entre os professores e gestores) apresenta-se maior grau de solidariedade entre os professores e gestores das escolas com melhores índices e rendimentos no IDEB em relação aos professores e gestores das escolas com menores índices, em termos percentuais 67,5% e 45%. Mesmo somando às duas categorias opinativas (sempre ajuda e quase sempre ajuda) a superioridade se repete, em termos percentuais, 44,5% e 42,5%. Ademais das análises aqui elencadas, no presente tópico, é fato que nas comunidades e localidades onde existe maior grau de confiança tende haver maior grau de solidariedade, ou ajuda mútua contribuindo, assim, para o desenvolvimento institucional e em outras dimensões da organização social. Mesmo diante da tentativa de mensurar a “confiança”, há que se considerar e que se reconhecer a dificuldade de fazê-lo, pelo motivo de ser um conceito abstrato e de diversas significações. Todavia, é perceptível a considerável concentração do grau de confiança e de solidariedade entre os professores e gestores das escolas que se destacaram em todas as edições do IDEB, sugerindo a importância do fomento desses dois elementos constitutivos do capital social, como incentivadores do desenvolvimento.

3.3.4.5 Da Ação Coletiva e Cooperação

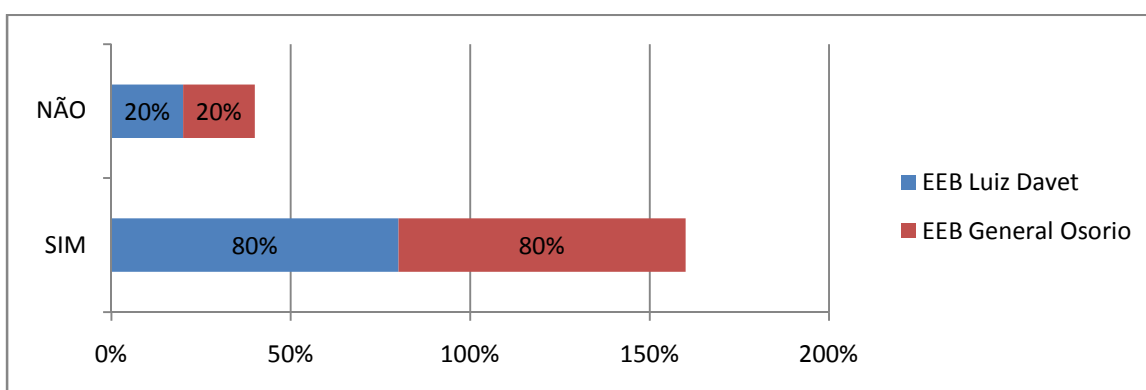
Nesta seção, do presente trabalho, são apresentados os resultados advindos de três questionamentos que tinham como objetivo avaliar o grau de ação coletiva e de cooperação entre os professores e gestores das escolas pesquisadas. Na primeira questão, foi quantificado o grau de participação de trabalho em equipe, entre os participantes da pesquisa. Na segunda questão, em uma pergunta aberta, foi oportunizado aos participantes citarem as três principais ações realizadas, pelos mesmos, em conjunto com a equipe escolar. Na terceira questão, objetivou-se medir a probabilidade de envolvimento com as pessoas da escola, no intuito de ajudá-las. Os dados desta seção serão apresentados em gráficos e quadros e, em seguida, os resultados serão comentados e analisados, em uma dimensão comparativa entre as escolas de melhores índices e as de menores índices e frequência.

Gráfico 82 - Participação de trabalho em equipe (escolas de melhor frequência).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 33 - Participação de trabalho em equipe (escolas de menor frequência).



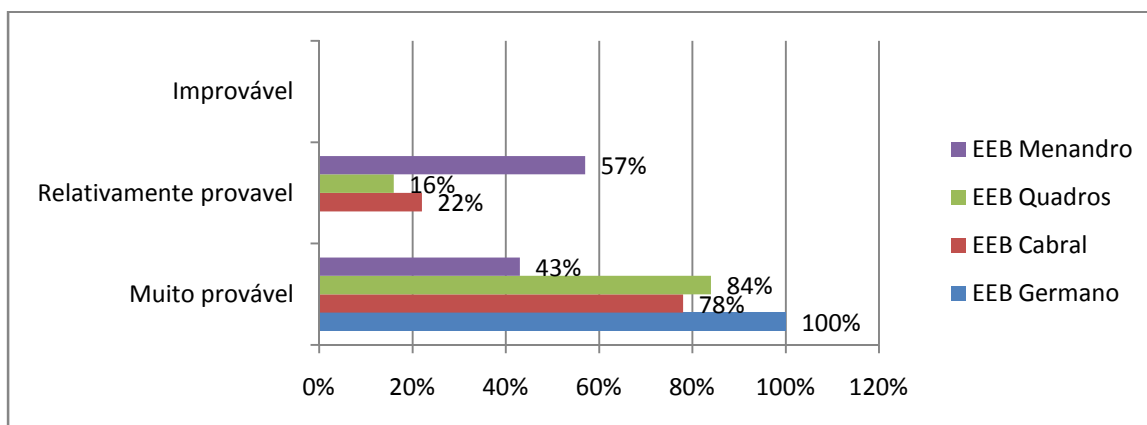
Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Quadro 7 - Principais ações realizadas em conjunto com a equipe escolar (escolas de melhores e menores índices).

Principais ações realizadas, em conjunto, com a equipe pedagógica	
Escolas de melhores índices	Escolas de menores índices
- Eventos (23,5%)	- Eventos (22%)
- Reuniões pedagógicas (10,5%)	- Reuniões pedagógicas (9,5)
- Projetos (24%)	- Projetos (19%)
- Ação humanitária (3,5%)	- PPP (9,5%)
- PPP (6%)	- Conselhos (4,5%)
- APP (6%)	
- Formação continuada (3,5%)	
- PDDE (4,5%)	
- Conselhos (9%)	

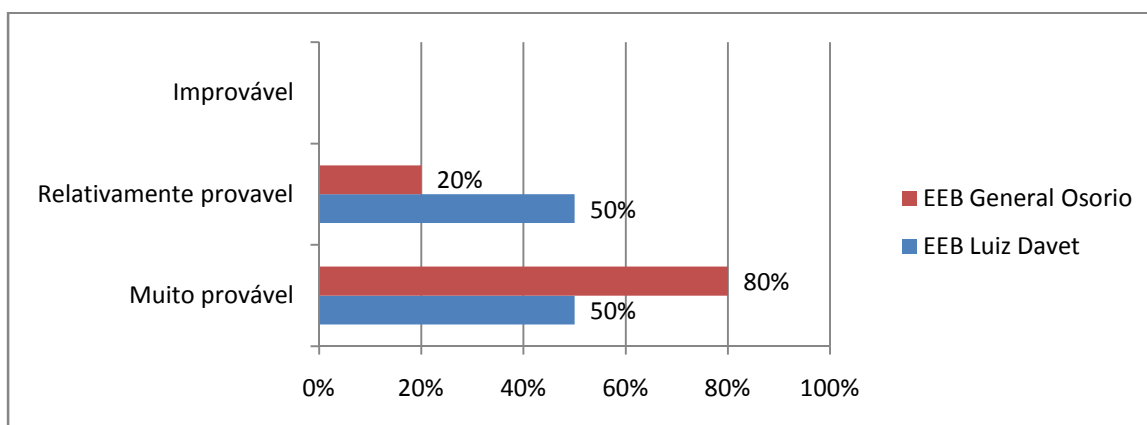
Fonte: 5Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 34 - Probabilidade de envolvimento e prestação de auxílio as pessoas (escolas de melhores índices).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 35 - Probabilidade de envolvimento e prestação de auxílio às pessoas (escolas de menores índices).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Os Gráficos de nº 32 e 33, que medem o grau de participação dos professores e gestores, nos trabalhos em conjunto com a equipe pedagógica, apresentam uma ligeira vantagem por parte das escolas que alcançaram os melhores índices, em relação as que alcançaram os menores, em termos

percentuais de 89% para 80 %, isto é, 9% de diferença. Sugerindo que a ação coletiva como possível fator influenciador nos resultados do IDEB, apresentou certa significância, pois a maior frequência de opinião positiva em relação a trabalhar coletivamente ocorreu justamente nas escolas que obtiveram os melhores resultados, muito embora a diferença percentual tenha sido pouca.

No que se refere ao Quadro de nº 7, referente às principais ações realizadas em conjunto, pelos professores e gestores nos últimos três anos, os dados apresentados sugerem que nas escolas de melhores índices do IDEB a quantidade de ações mais significativas mais se repetiu do que nas escolas de menores índices do IDEB. Ações como projetos pedagógicos, reuniões pedagógicas, ações humanitárias, formação continuada para professores, conselhos, APP, reconhecidas como ações que interferem, de forma positiva, diretamente na qualidade da educação dos alunos, tiveram maior representatividade entre os professores e gestores das escolas de melhores frequências no IDEB. Isto sugere que os fatores coletividade e cooperação, elementos essenciais do capital social, presentes entre os docentes e administradores, das unidades escolares que alcançaram as melhores colocações, exerceram influência na conquista dos melhores índices.

Os Gráficos de nº 34 e 35 apresentam os dados percentuais referentes ao grau de probabilidade e de capacidade entre professores e gestores escolares de envolver as pessoas na prestação de auxílio a alguém. Apresentando a média percentual dos resultados constata-se que, entre os professores e gestores das escolas de melhores índices, é mais presente a probabilidade de os mesmos envolverem as pessoas das escolas para prestarem auxílio a quem precisar. Em termos percentuais, a média comparativa que se apresenta é de 76,5% para 65%, ou seja, 11,5% de diferença. Apesar de não ser uma diferença “elástica”, isto sugere que tais ações, ou seja, maior probabilidade de iniciativa de solidariedade, existentes entre o corpo docente e administrativo da escola, exerceram algum tipo de influência nos resultados do IDEB. O capital social é perceptível no grau e

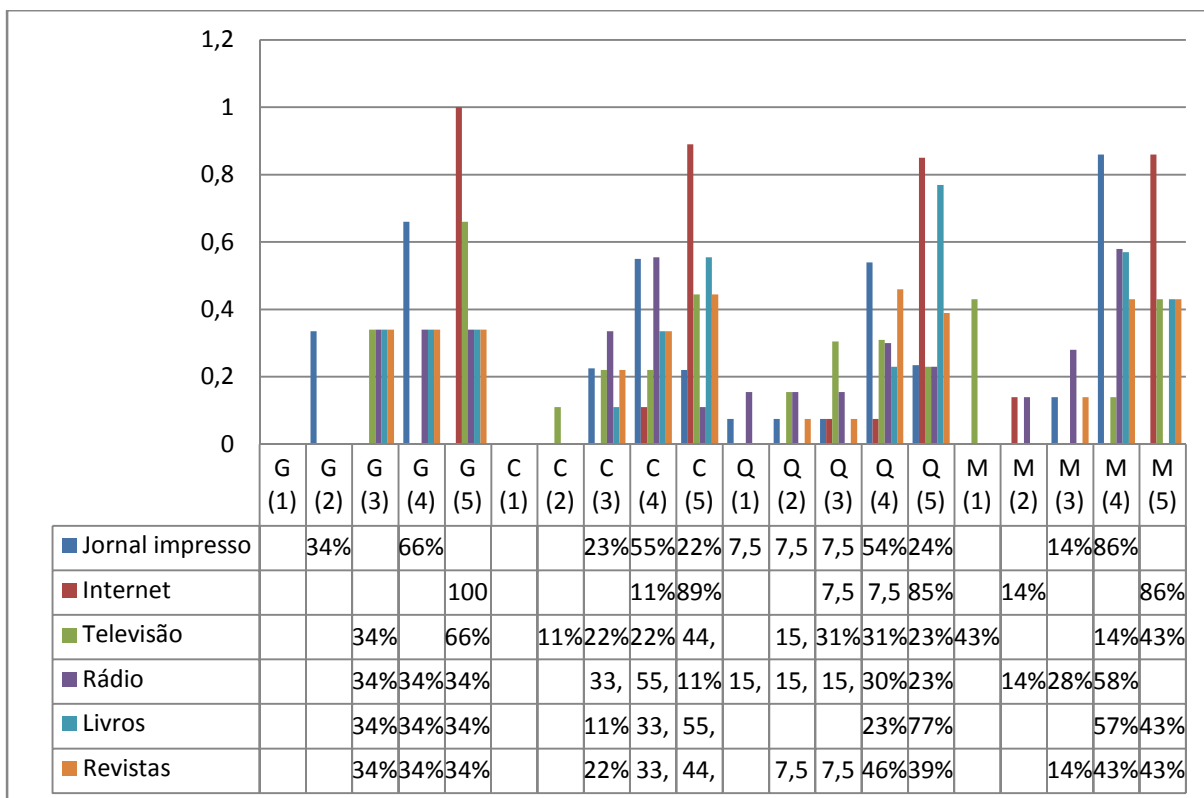
capacidade que um grupo, ou membros de uma instituição ou sociedade, tem de trabalhar coletivamente em oposição a individualidade, movidos pela solidariedade. Como Cremonese (2007, p. 133) apresenta: “o capital social é a expressão do interesse da coletividade, é o esforço da cooperação em oposição ao individualismo”.

3.3.4.6 Da Informação e Comunicação

A presente etapa do trabalho apresenta os dados relacionados aos fatores “informação” e “comunicação”, ou seja, a partir de dez questões, objetivou-se verificar e quantificar as fontes e a intensidade com que os professores e gestores escolares potencializam e valorizam a leitura e os meios de comunicação.

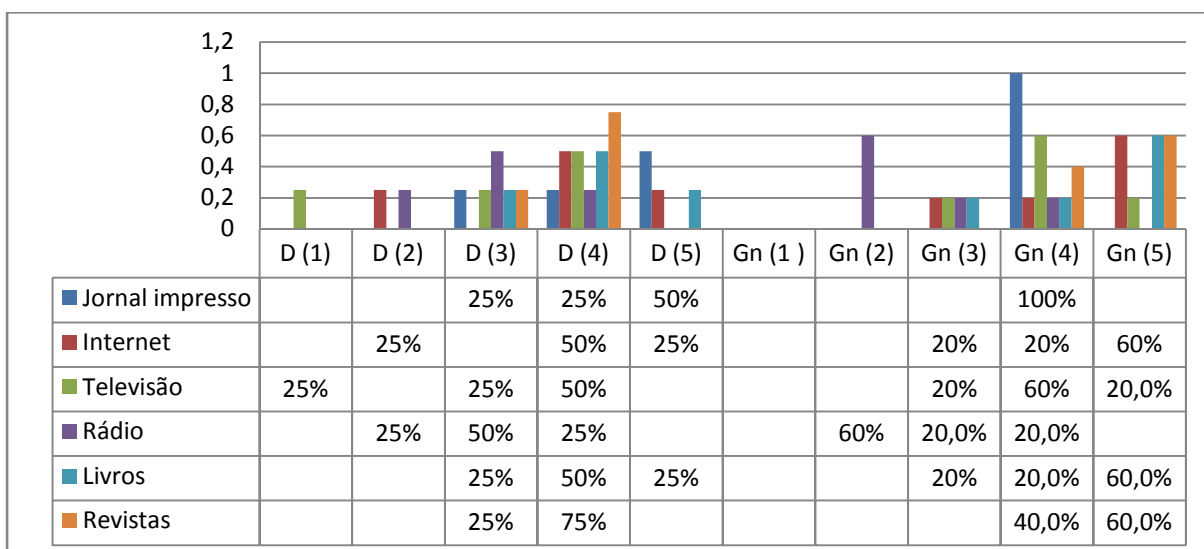
A questão de nº 1 indagou aos entrevistados sobre quais os meios de comunicação que utilizam e com que frequência. Nas respostas foi utilizada a escala de Likert com os seguintes valores: (1) não utiliza, (2) utiliza pouco, (3) só se necessário, (4) sempre que possível e (5) muito frequentemente.

Gráfico 36 - Utilização dos meios de comunicação para informação (professores e gestores das escolas de melhores índices)



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

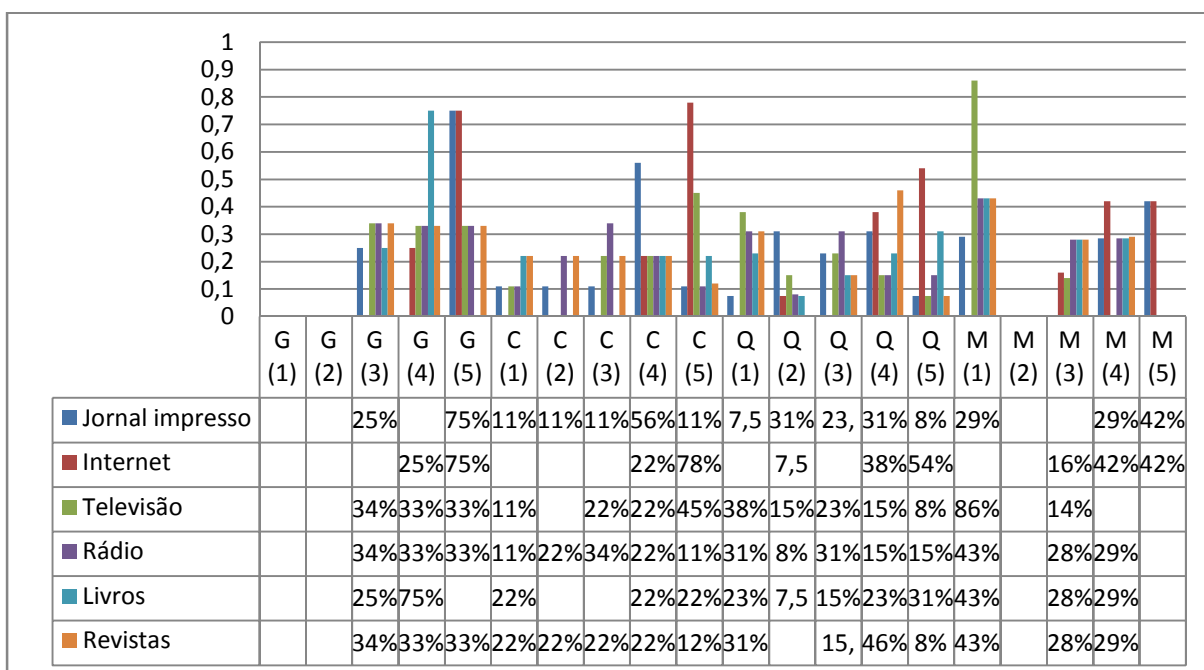
Gráfico 37 - Utilização dos meios de comunicação para informação (professores e gestores das escolas de menores índices).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

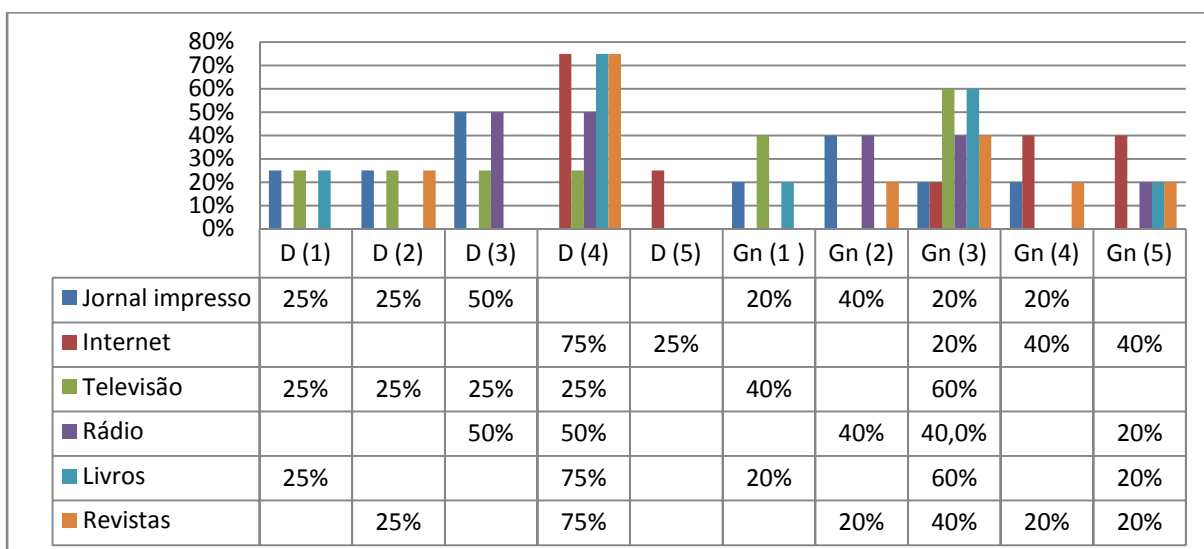
A questão de nº 2 indagou aos entrevistados sobre, entre os meios de comunicação utilizados, quais deles e com que frequência os utiliza como meio de divulgação. Nas respostas foi utilizada a escala de Likert com os seguintes valores: (1) não utiliza, (2) utiliza pouco, (3) só se necessário, (4) sempre que possível e (5) muito frequentemente.

Gráfico 38 - Utilização dos meios de comunicação para divulgação (professores e gestores das escolas de melhores índices).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

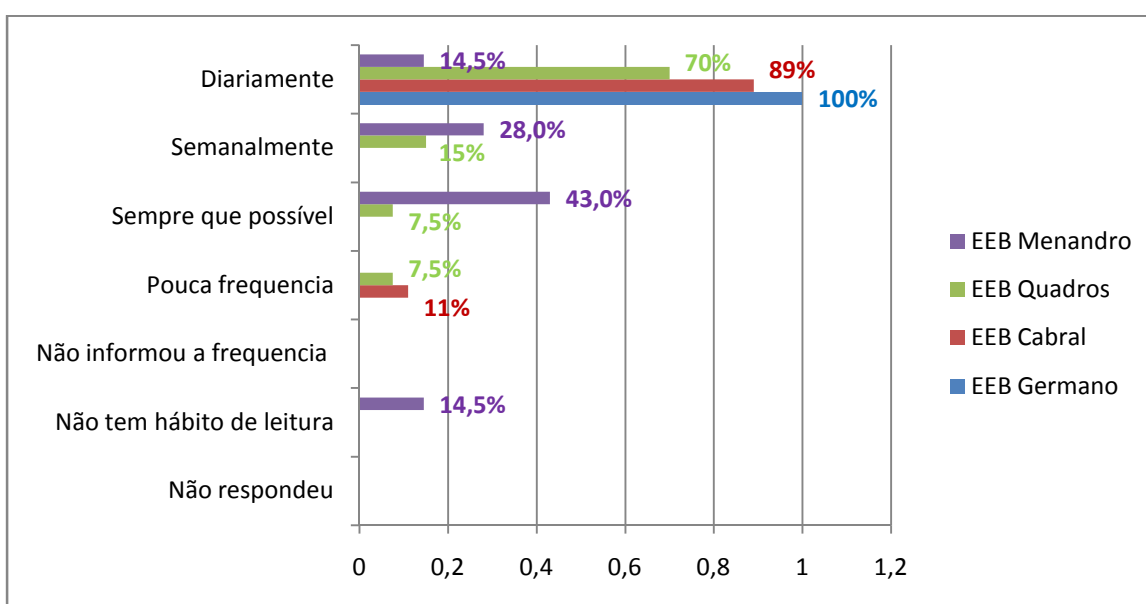
Gráfico 39 - Utilização dos meios de comunicação para divulgação (professores e gestores das escolas de menores índices).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

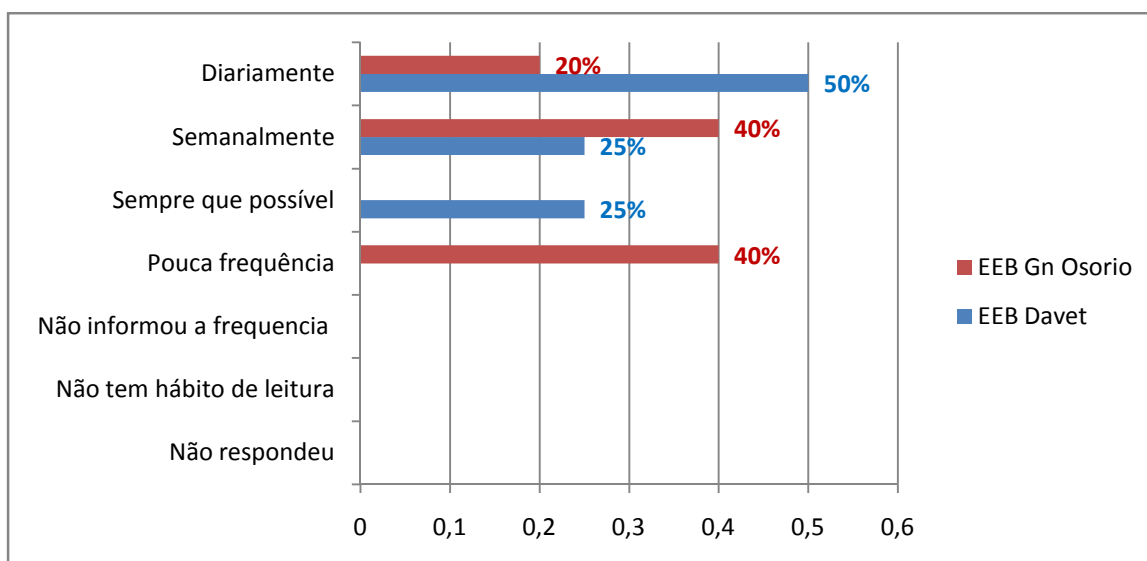
A questão de nº 3 apresentou, aos entrevistados, uma pergunta de natureza aberta sobre o hábito de ler dos professores e gestores, com que frequência os mesmos se dedicam a leitura, no caso de a resposta ser positiva. O intuito dessa questão é quantificar a frequência com que os professores e gestores, das escolas que alcançaram as melhores e menores médias do IDEB, se dedicam à leitura e, analisando os dados de forma comparativa, verificar se este elemento cultural exerceu ou não influência, de alguma forma, nos resultados dos índices.

Gráfico 90 - Frequência de leitura entre os professores e gestores (escolas de melhores índices).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

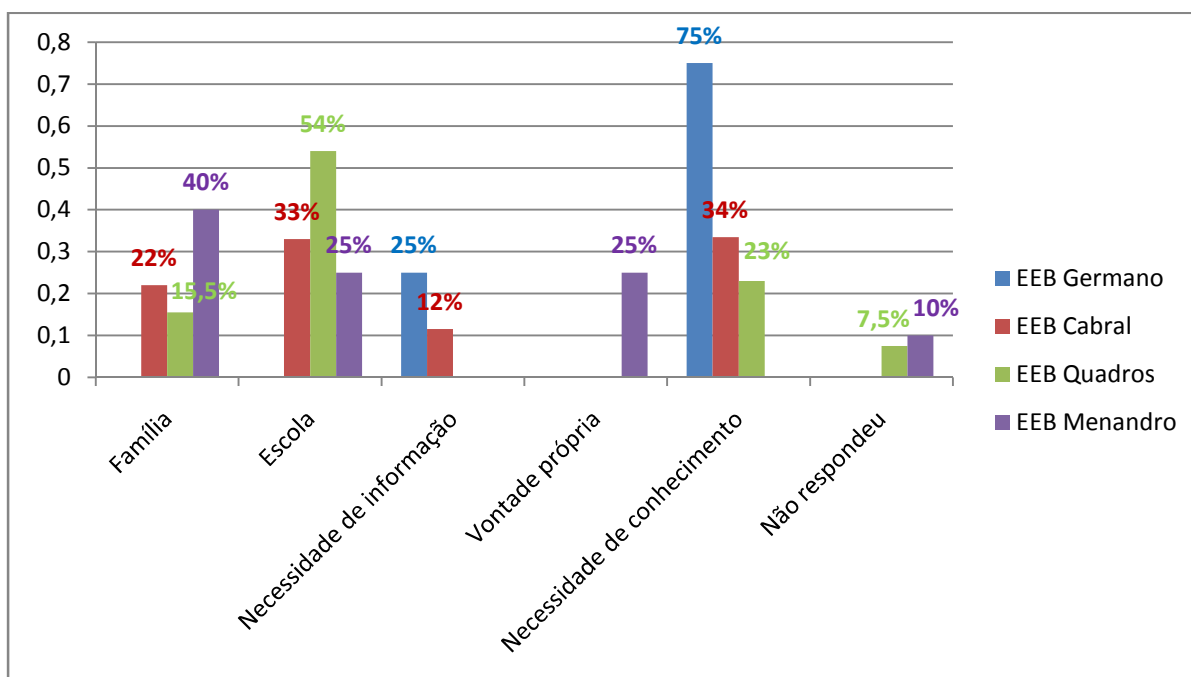
Gráfico 41 - Frequência de leitura entre os professores e gestores (escolas de menores índices).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

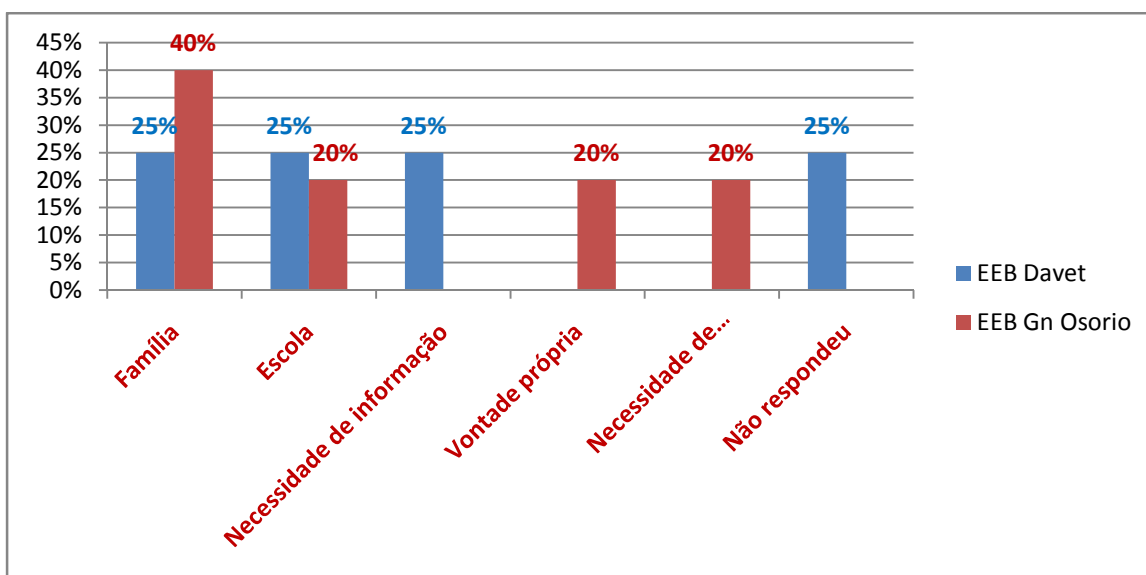
A questão de nº 4, também de natureza aberta, teve o objetivo de identificar as fontes de incentivo à leitura, por parte dos entrevistados. As respostas puderam ser elaboradas de forma espontânea e seu intuito principal era de possibilitar uma comparação entre os professores e gestores das escolas com melhores índices e as de menores índices verificando a possível relação com os resultados do IDEB.

Gráfico 42 - Origem do incentivo a leitura dos professores e gestores (escolas de melhores médias).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

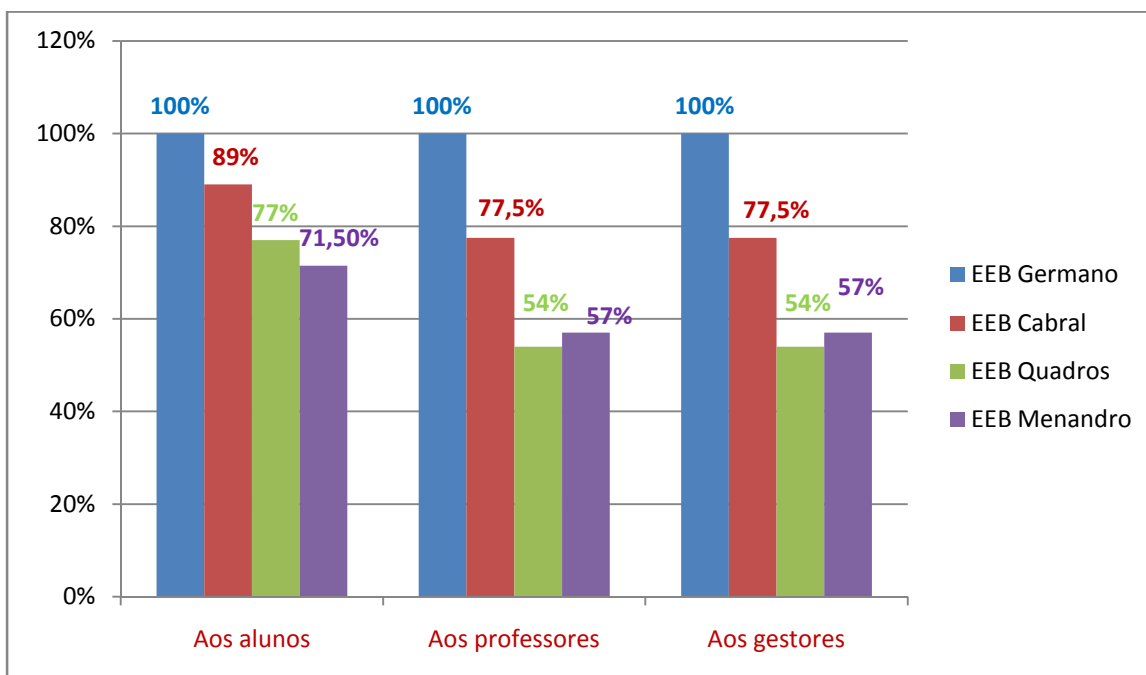
Gráfico 43 - Origem do incentivo a leitura dos professores e gestores (escolas de menores médias).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

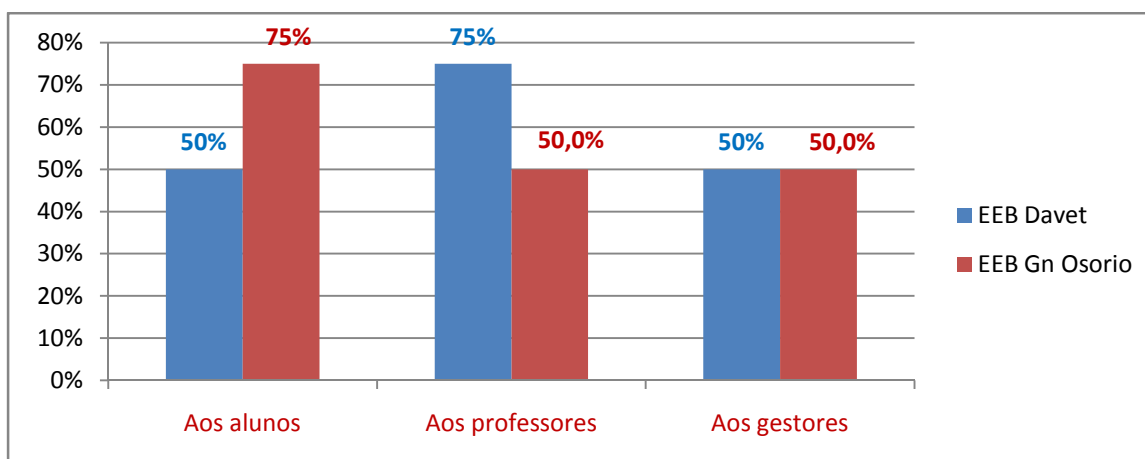
Tendo em vista que as questões de nº 5, 6 e 7 possuem a mesma natureza e teor, ou seja, foi solicitado aos entrevistados, na condição de leitores, que citassem três literaturas para os alunos, três literaturas para os professores e três literaturas para os gestores.

Gráfico 44 - Capacidade para recomendar livros (escolas de melhores médias).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

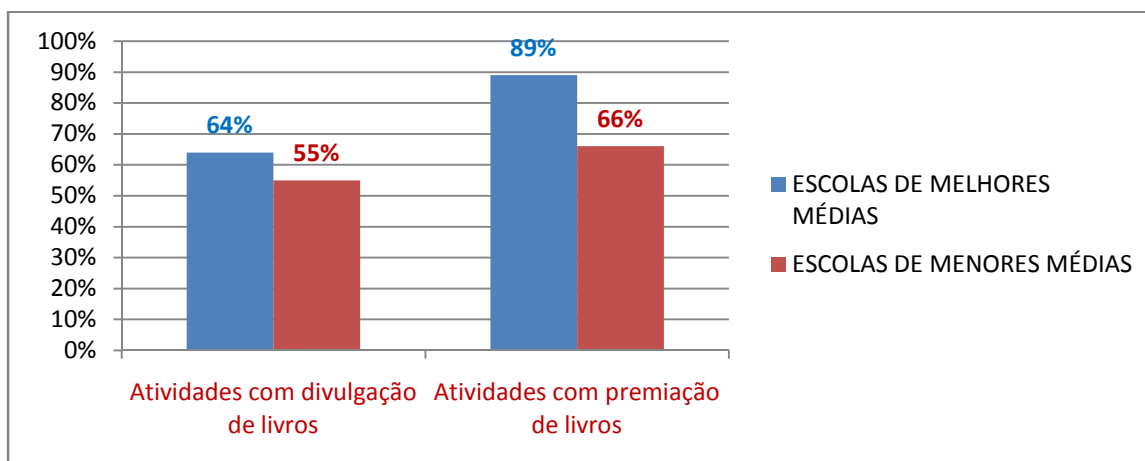
Gráfico 45 - Capacidade para recomendar livros (escolas de menores médias).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Na questão de nº 8 a indagação, a que se submeteram os entrevistados, versava sobre se os professores e gestores promovem atividades relacionadas a divulgação de livros na escola. Na sequência, a questão de nº 9 objetivou saber se, em relação às premiações dadas aos alunos, os entrevistados incentivavam o uso de livros como prêmios.

Gráfico 46 - Atividades de promoção e divulgação de livros (escolas de melhores e menores médias).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Os gráficos de número 36 e 37³⁶, onde são apresentados os dados relacionados aos meios de comunicação mais acessados para informação, dos professores e gestores das escolas pesquisadas, permitem as seguintes constatações: Primeiro, dos meios de comunicação mais utilizados, pelos

³⁶ A análise dos referidos gráficos contempla a classificação de número “5”, ou seja, “muito frequentemente”, no que se refere a utilização dos meios de comunicação para informação.

professores e gestores das escolas de melhores médias, está a internet (90%) seguido dos livros (52,5%) e da televisão (44%). Segundo, entre os professores e gestores das escolas com menor rendimento no IDEB, os meios de comunicação mais utilizados está a internet e os livros (42,5%), livros e revistas (30%). Levando-se em consideração que essa classificação contemplou a avaliação número “5”, ou seja, a utilização “muito frequentemente” do meio de comunicação, percebe-se que entre os entrevistados das escolas de melhores médias no IDEB, há maior incidência no que se refere a utilização dos meios de comunicação. Os meios de comunicação podem ser utilizados como ferramentas no processo didático e pedagógico, nas sociedades atuais, onde os meios de comunicação são dinâmicos e de tecnologia cada vez mais avançada, aonde os alunos adentram a escola com a possibilidade de indagar os docentes acerca de assuntos em “alta” na mídia, urge a necessidade do professor e gestor se contextualizarem com as novas tecnologias da informação, no intuito de estar informado sobre os grandes temas da atualidade, sobretudo os temas regionais. É indispensável, por exemplo, nos dias de hoje que o professor domine as práticas básicas das tecnologias ligadas a chamada “educação digital”.

Os Gráficos de número 38 e 39³⁷, que apresentaram os dados referentes aos meios de comunicação mais utilizados para divulgação, pelos professores e gestores das escolas pesquisadas permitem os seguintes comentários: Nas escolas de melhores médias no IDEB, os meios de comunicação mais utilizados para divulgação³⁸ são internet (49%), revistas (40,5%) e jornal (34%) entre os professores e gestores das escolas de melhor frequência no IDEB e, internet único meio de comunicação usado muito frequentemente (57,5%), entre os entrevistados das escolas com menor frequência no IDEB. Novamente, é perceptível uma ligeira vantagem, por parte das escolas de melhores colocações no IDEB, no que se refere ao uso dos meios de comunicação. Isto sugere maior capacidade de utilização dos meios de comunicação entre as escolas, da 26ª GERED, de melhores índices no IDEB.

³⁷ A análise dos referidos gráficos contemplam a classificação de número “5”, ou seja, “muito frequentemente”, no que se refere a utilização dos meios de comunicação para informação.

³⁸ Divulgação aqui se refere aos meios, pelos quais, atividades pedagógicas e eventos escolares são propagados entre a comunidade escolar.

Ademais dos dados comentados, referentes aos meios de comunicação, é notável a importância dos meios e das tecnologias da comunicação como “ferramentas” no processo pedagógico e educativo. De acordo com Moran (2007), se faz necessário o conhecimento das linguagens e técnicas usadas na contemporaneidade e incorporar todas, valorizando as linguagens audiovisuais, junto com as tradicionais. Segundo Citelli (2006), permitir a inserção de novas tecnologias na escola passa a ser, para além de um direito, um dever em relação à cidadania.

Os Gráficos de número 40 e 41 apresentam percentual referente ao hábito de leitura dos professores e gestores das escolas de melhores e menores índices. Levando-se em consideração o hábito de leitura, na categoria avaliativa “diariamente”, constatou-se que 68,5% dos professores das escolas de melhores índices apresentam frequência diária de leitura enquanto que 35% dos professores das escolas de menores índices apresentam frequência diária de leitura. Tal análise sugere, que entre as escolas de melhores índices, há uma maior e mais intensa busca pelo conhecimento, sendo este um dos elementos fundamentais na fomento do capital humano que, por sua vez, contribui para a formação do capital social em sua dimensão cognitiva. Há que se considerar, também, que professores com maior hábito de leitura poderão fomentar maior incentivo, aos alunos, do mesmo hábito, contribuindo para uma educação de melhor qualidade.

No que se refere a origem do incentivo à leitura, os Gráficos de número 42 e 43 apresentaram que, entre os professores e gestores das escolas de melhores índices 33% atribuem a necessidade de conhecimento, 28% atribuem a escola, 20% atribuem à família. Em contrapartida, entre os professores e gestores das escolas com menores índices 32,5% atribuem à família, 22,5% atribuem à escola e 12,5% atribuem à necessidade de conhecimento. Tais informações sugerem que entre os professores e gestores das escolas com maiores índices no IDEB existe, além de maior interesse e necessidade pelo conhecimento, maior grau de autonomia na busca pelo mesmo, sendo estes (conhecimento e autonomia) elementos importantes na fomentação de capital social.

Nos Gráficos de número 44 e 45 são apresentados os números, percentuais, referentes à capacidade de recomendação de literatura, por parte dos entrevistados

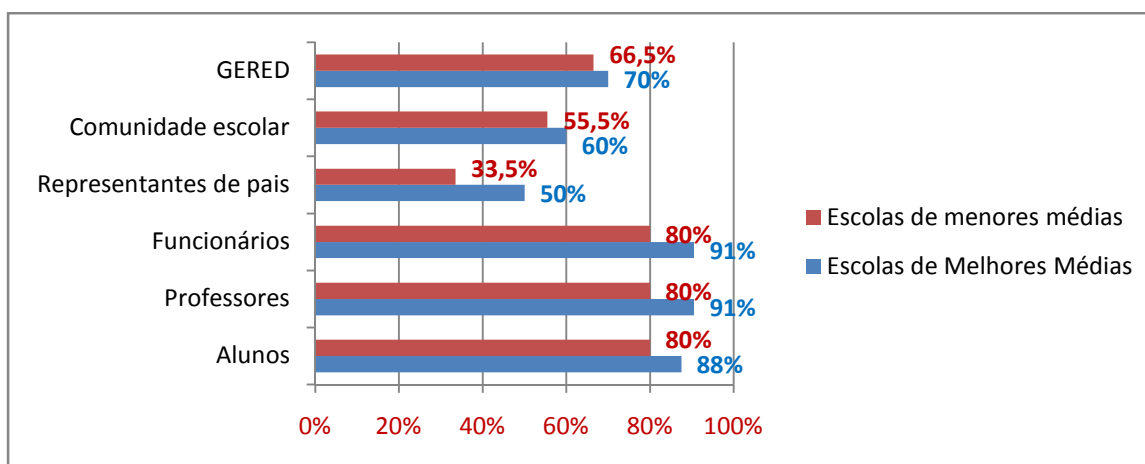
em relação aos alunos, professores e gestores. Entre os professores e gestores das escolas de melhores médias 84,5% de recomendação para alunos, 72,5% de recomendação para os professores e 72,5% de recomendação para os gestores. Entre os professores e gestores das escolas de menores médias 62,5% de recomendação para os alunos, 62,5% de recomendação para os professores e 50% de recomendação para os gestores. Diante do exposto, é perceptível entre os professores e gestores das unidades escolares de melhores médias no IDEB uma capacidade maior de recomendação literária do que entre os entrevistados nas escolas de menores médias no IDEB. Isto sugere que, a probabilidade de fomentação do capital humano e cognitivo que, por sua vez, contribuem na formação do capital social é superior entre as escolas que alcançaram melhores colocações no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O gráfico de número 46 mediu, em percentuais, as atividades com divulgação e premiação de livros. As atividades com divulgação de livros 64% dos entrevistados nas escolas de melhores índices e 55% dos entrevistados nas escolas de menores índices. As atividades com premiação de livros 89% dos entrevistados nas escolas de melhores índices e 66% dos entrevistados nas escolas de menores índices. Sugere, os referidos percentuais, que entre os professores e gestores das escolas de melhores índices existe uma valorização e uma preocupação maior, pelo ambiente relacionado a leitura, que nas escolas de menores índices no IDEB. Novamente uma tendência maior na formação do capital humano e cognitivo e, por consequência, do capital social.

3.3.4.7 Da Coesão e Inclusão Social

Nesta sessão das análises foi elaborada apenas uma questão de natureza fechada que objetivou, dentro da ideia de coesão e inclusão social, quantificar o grau de proximidade que os professores e gestores possuem com as pessoas que fazem parte da comunidade escolar onde os mesmos estão inseridos. Para tanto, utilizou-se a escala de Likert oferecendo aos entrevistados cinco possibilidades de resposta: (1) muito distante; (2) relativamente distante; (3) nem distante, nem próximo; (4) relativamente próximo e (5) próximo. Para melhor análise optou-se por contabilizar as respostas referentes a opção “4” e “5”.

Gráfico 47 - Grau de proximidade com as pessoas que fazem parte da escola (escolas de melhores e menores médias).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

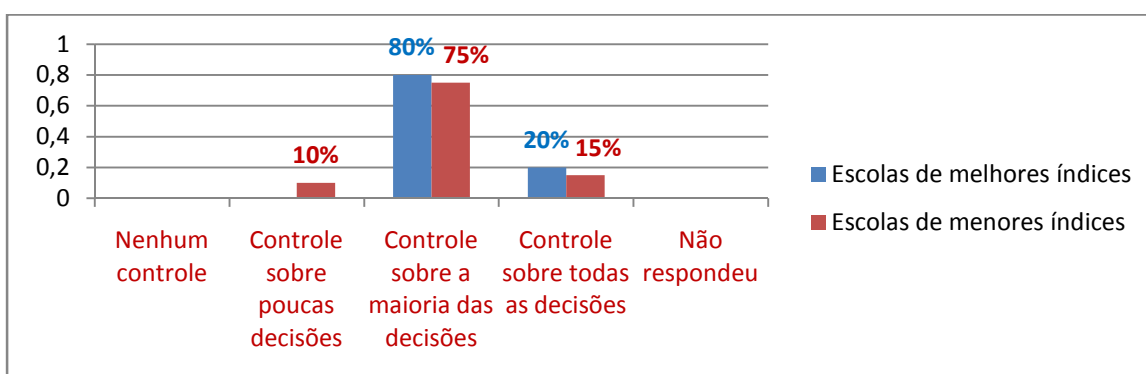
O gráfico acima apresenta os percentuais referentes ao grau de proximidade que os professores e gestores, das escolas de melhores e menores índices no IDEB, possuem em relação às pessoas que fazem parte direta da escola em que estão lotados. Levando-se em consideração os percentuais, apresentados pelo gráfico, percebe-se uma capacidade maior de interação, inclusão e, por consequência, de coesão entre os professores e gestores das melhores escolas (do ponto de vista do IDEB). Elementos como interação, inclusão e coesão são indispensáveis no processo de progresso e desenvolvimento seja nas sociedades ou grupos e instituições sociais, entre eles está a escola. Quanto maior for a interação e integração entre os indivíduos, maior a coesão entre os mesmos. Onde houver maior coesão haverá maior grau de confiança, portanto, maior frequência de capital social. O capital social se reflete na intensidade de existência de confiança entre os indivíduos e atores participantes dos diversos grupos sociais, na capacidade de associativismo entre outros elementos. Para ele o capital social é resultado das relações estabelecidas entre os atores sociais, fomentando obrigações e expectativas recíprocas e, por fim, incentivando um considerável grau de confiança nas referidas relações, favorecendo a dinâmica de normas que não são “impostas”, mas consentidas em nome do interesse coletivo.

3.3.4.8 Da Autoridade e Capacidade de Ação Pública

Nesta parte da pesquisa, procurou-se medir e analisar o grau de autoridade e capacidade de ação pública, por parte dos gestores e professores das escolas que alcançaram as melhores e menores médias no IDEB. Para tanto, foram organizadas

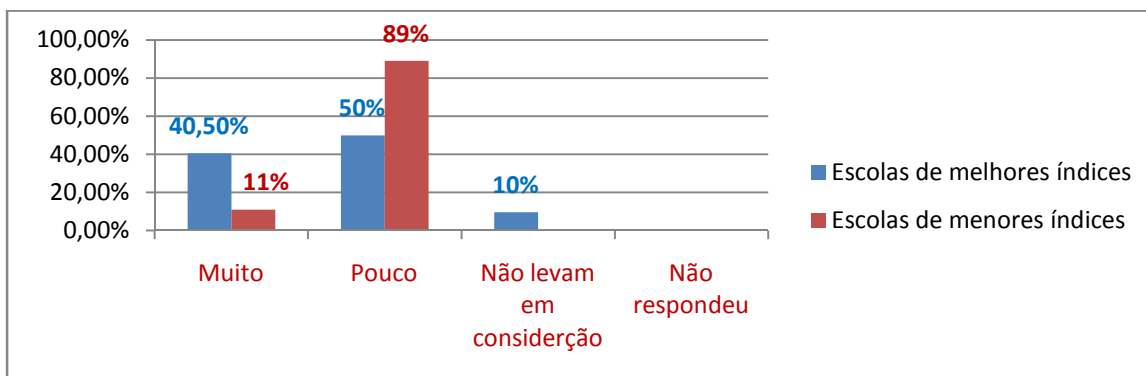
duas questões, de natureza fechada, e apresentando alternativas aos entrevistados. A questão nº 1 indagou aos entrevistados sobre qual o controle que os mesmos têm para tomar decisões que afetam suas atividades diárias. A referida questão disponibilizou cinco alternativas: nenhum controle; controle sobre poucas decisões; controle sobre a maioria das decisões e controle sobre todas as decisões. A questão nº 2 indagou aos entrevistados sobre a percepção do grau de consideração que a Secretaria de Educação e liderança local nutre sobre as preocupações manifestadas pelos professores e gestores das escolas.

Gráfico 48 - Controle sobre as decisões diárias entre os professores e gestores (escolas de melhores e menores índices).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Gráfico 49 – Considerações sobre as preocupações manifestadas pelos professores e gestores (escolas de melhores e menores índices).



Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

O Gráfico de número 48, com o objetivo de apresentar os dados referentes ao grau e capacidade de controle sobre as decisões, demonstra que os professores e gestores das escolas de melhores índices no IDEB são os que possuem maior frequência no controle sobre as decisões, 20% para controle sobre todas as decisões e 80% para controle sobre a maioria das decisões. Quando analisados os percentuais referentes aos professores e gestores das escolas de menores índices

no IDEB temos 15% para controle sobre todas as decisões e 75% para controle sobre a maioria das decisões. O termo “controle”, aqui utilizado, não deve ser entendido do seu ponto de vista negativo, ou seja, sinônimo de autoritarismo, pois o sentido em que o termo é investigado se refere a ideia de autonomia, capacidade de decisão, principalmente para as diversas situações que exigem um apurado discernimento e interpretação, este é o sentido positivo aplicado ao termo. Nesse sentido, um elemento importante no desenvolvimento de atividades, principalmente aquelas que demandam interação com outros atores e, isso, pode contribuir para o progresso ou desenvolvimento.

Em relação ao Gráfico de nº 49, onde o mesmo tratava de mensurar o grau de relacionamento entre os professores e gestores com a secretaria de educação, no que se refere a secretaria se inteirar das preocupações manifestadas pelos entrevistados, é perceptível que entre as escolas de menores índices o referido relacionamento, nesse quesito, é mínimo. Tal informação sugere que entre essas escolas o grau de participação, relacionamentos são mínimos entre essas duas instâncias (secretaria de educação e escola), dificultando o aumento de confiança entre os mesmos e, como efeito, menor disposição para superar as dificuldades apresentadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central da pesquisa foi a realização de um estudo sobre os resultados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nas escolas da rede pública estadual nos municípios que compreendem a região conhecida como Vale do Contestado, no Estado de Santa Catarina, mais especificamente os municípios de Três Barras, Canoinhas, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Porto União. A pesquisa procurou abordar o desenvolvimento regional explorando suas vertentes e fundamentações teóricas, valendo-se da exposição teórica do desenvolvimento regional a partir de uma matriz sociológica apresentando como foco central as teorias do capital social e, em algumas nuances, o capital humano, onde a educação é vista como um dos elementos fundamentais no processo de promoção do desenvolvimento. Igualmente, a redação do texto, principalmente na etapa da exposição e interpretação dos resultados, procurou deixar, explícita, a importância da análise comparativa, haja vista sido esta a proposta metodológica da presente pesquisa, no intuito de verificar a consistência ou não da hipótese apresentada.

É possível afirmar que os indicadores sociais se apresentam como uma ferramenta importante na mensuração do “nível” de desenvolvimento de uma dada região ou território, portanto, servem para mensurar, ou, avaliar as situações sociais. Os indicadores sociais podem ser classificados de várias formas, de acordo com a área social a ser estudada, permitindo as análises, a princípio, quantitativa da realidade social e, posteriormente, se propício e relevante for, as análises qualitativas. A importância de tais ferramentas de mensuração da realidade social permite a existência de dados que podem ser usados, pelos gestores e atores diretamente envolvidos com a referida realidade, na construção e efetivação de políticas públicas, relevantes, visando à minimização dos problemas sociais e, por conseguinte, maior qualidade de vida. Entre as dimensões da vida social, de maior relevância, no processo de desenvolvimento regional, sem dúvida alguma, encontra-se a educação, que é mensurada por meio de vários índices, entre eles está o IDEB, objeto de estudo investigativo da pesquisa aqui apresentada.

Muito embora a hipótese da pesquisa estivesse centralizada na verificação das possíveis influências, de elementos do capital social, entre os gestores e

professores das escolas estudadas é possível pensar na existência de outros fatores que se aqui fossem citados, na forma de estatísticas, certamente contribuiriam na construção de uma gama de explicações acerca do problema proposto. Fatores como, a infraestrutura das Unidades Escolares, formação continuada dos docentes, capacidade econômica e política da comunidade escolar envolvida, além de outras situações sociais e culturais que existem no entorno da população discente e mesmo da população geral seriam esclarecedoras na dinâmica de compreender porque o grau de desenvolvimento educacional, revelado em índices como o IDEB, são maiores em algumas escolas e menores em outras. Além disso, a compreensão desse fenômeno pode contribuir com o poder público, no sentido de permitir, ao mesmo, a construção de políticas públicas educacionais e outras que possam corroborar com a mesma intenção, a saber: O Desenvolvimento Regional.

Muito embora os índices possam não ser suficientes para revelar toda a “realidade” que envolvem um objeto avaliado, principalmente quando os critérios avaliativos são poucos, ou contempla apenas uma das possíveis dimensões envolvidas, índices como o IDEB permite identificar, ou sugerir, pelo menos os pontos de maior defasagem na Educação Básica.

Diante disso, é possível expor algumas reflexões. Primeiro, há que se colocar em discussão o termo “desenvolvimento” no que se refere à educação, pois, no caso do IDEB, a educação básica é avaliada por meio de, apenas, dois critérios, a saber: a) a taxa de rendimento escolar (obtidos pelo Censo Escolar) e b) médias de desempenho nos exames padronizados e aplicados pelo INEP obtidos pela Prova Brasil (para o IDEB de escolas e municípios) e pelo SAEB (para o IDEB dos estados e nacional). Nesse sentido, um questionamento possível é porque não incluir nos exames padronizados outras disciplinas, além da matemática e Língua Portuguesa? Seriam estas as únicas disciplinas capazes de representar a qualidade e desenvolvimento da educação? Outro possível questionamento se direciona aos atores avaliados no IDEB, porque não inserir, no processo avaliativo, a pessoa do professor e não somente o aluno, pois, o mesmo, interfere diretamente no processo cognitivo do educando? Igualmente, porque não inserir como critério avaliativo as estruturas escolares, a capacidade da escola e das secretarias em estimular inovação, projetos e capacitação profissional dos educadores e gestores?

Em segundo lugar, no que se refere a pesquisa realizada e seus objetivos centrais, pode-se chegar as seguintes conclusões: 1º) o trabalho permitiu reflexões sobre a importância e relação entre a educação e o processo de desenvolvimento. 2º) a pesquisa permitiu a construção do debate sobre as atuais políticas de avaliação da educação no Brasil. 3º) foi possível relacionar educação e capital social como uma das relações causais no processo de qualidade na educação, a partir dos resultados do IDEB, na medida em que a tabulação dos dados mostrou que as escolas de melhores índices, em todas as edições do IDEB, são as mesmas onde se constatou, entre os professores e gestores, a maior presença de capital social, o que tornou claro quando foram feitas as comparações entre as unidades escolares. Portanto, objetivo geral da pesquisa foi alcançado, ou seja, a verificação de relação causal entre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) com o capital social.

Por fim, longe de esgotar a presente discussão, o presente trabalho realizado dentro de suas possibilidades (tempo e espaço), pretende ser mais uma contribuição para fomentar o debate a respeito da educação e seu papel participativo no processo desenvolvimento e, percebendo quais são as principais demandas na educação, a partir do que os índices possam mostrar lançar reflexões sobre a importância de políticas públicas educacionais, dinâmicas e efetivas, que supram as necessidades nessa importante área da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARORA. Health. **Human productivity, and long-term economic growth**. Journal of Economic History, v. 61, n. 3, p. 699-749, 2001.

BECKER, G. **Accounting for tastes**. Cambridge: Harvard University, 1996.

BOURDIEU, P. **O capital social** – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A (orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOISIER, Sérgio. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. In: Revista Redes, v. 4 n. 1, p. 61-78, jan./abr. 1999. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1999.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Capital social em Santa Catarina: o caso dos fóruns de desenvolvimento regional**. Blumenau: Edifurb, 2006.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel ; BAZZANELLA, S. L. . **ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: RELAÇÕES ENTRE CULTURA, POLÍTICA E ECONOMIA**. Desenvolvimento Regional em debate, v. 3, p. 27-51, 2013. Disp. em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/444/365>>. Acesso em: 06/03/15.

BRASIL, Decreto nº 6.094. **Do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade. 2007c.

CITELLI, Adilson, Odair. **Meios de Comunicação e Educação: Desafios para a formação de docentes**. Unirevista-Vol.1, nº 3 (julho 2006), Brasil.

CAMARA, Rodnei O. L. ; BIRKNER, W. M. K. . **Escola e Família na participação do Desenvolvimento Regional**. In: I Simpósio Nacional sobre: Estado, Descentralização e Gestão Pública, 2013, Canoinhas SC. Anais eletrônicos... Canoinhas SC: Universidade do Contestado, 2013. p. 58-72. Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/docs/25.08.2014_REVISADO_Anais_versao_final_rev.pdf> Acesso em: 18/02/2015.

CREMONESE, Dejalma. **Capital social e educação: a experiência de Ijuí – RS**. Revista Guairacá, Guarapuava, n. 23, p.127-156, 2007.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. **Organização da Educação Brasileira**. Brasília: UnB, 2008.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

_____. **Capital social e a criação do capital humano**. Jornal americano de Sociologia, 94, Suplemento, p.95-120, 1988.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006. 144p.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 7. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. **Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio./ago. 2000.

FUKUYAMA, F. "Capital Social" in HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. **A Cultura Importa**, São Paulo, Record, 2001.

_____. **Social capital and civil society**. mimeo. IMF Conference on Second Generation Reforms, 1999.

GHIRALDELLI, Junior Paulo. **História da Educação**. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

GANNAGÉ, Élias. **Économie Du développement**. Apud: PEREIRA, Luiz. *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Pioneira, 1970.

GADOTTI, M. **QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: UMA NOVA ABORDAGEM**. In: Congresso de Educação Básica: Qualidade na Aprendizagem, 3., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2013.

HIGGINS, Silvio Salej. **Os Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó, Argos Ed. Universitária, 2005, 263 p.

HOLLIDAY, Robin. **A ciência do progresso humano**; trad. Eugênio Amado. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.

HANIFAN, L. **The rural school community center**, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. n. 67, 1916.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 30/01/2015.

KNACK, S; KEEFER, P. **Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation**. *Quarterly Journal of Economics*, v. 112, n.4, p. 1251-88, 1997.

KROPOTKIN, Piotry. **Ajuda Mútua**. Tradução de Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora 2009. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/71272/kropotkin-ajuda-mutua.pdf>> Acesso em: 29/01/15.

LIMA, Antonio Bosco de (org). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004. Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf>. Acesso em: 07/02/2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MORRISH, Ivor. **Sociologia da Educação: uma introdução**. Tradução de Álvaro Cabral. 2ª edição Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1975.

MEGALE, Januário Francisco. **Introdução às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1989.

MONASTERIO, L. M. **Capital Social e a região sul do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

MORAN, José Manuel (2007). **Desafios na Comunicação Pessoal**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2007 p. 162-166.

POPADIUK, Silvio; TEIXEIRA, Maria Luísa Mendes. **Confiança e Desenvolvimento de Capital Intelectual: o que os Empregados Esperam de Seus Líderes?** Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, abr./jun. 2003.

PUTNAM, R.: HELLIWELL, J. **Economic growth and social capital in Italy**. Eastern Economic Journal, v. 21, n.3, p. 295-307, 1995.

_____. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio, FGV, 1996.

ROSTOW, William Wilber. **Etapas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1974.

SELENE, C. Herculano et al (org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais: a qualidade de vida e seus indicadores**. Niterói: Eduff, 2000.

SOLOW, R. M. **Notes on social capital and economic performance**. In: DASGUPTA, P; SERAGELDIN, I. Social capital: a multifaceted perspective. Washington, DC: World Bank, 2000.

SILVA, Marcos Fernandes Golçalves da. **Cooperação, Capital Social e Desempenho Econômico: Um Estudo Analítico**. Relatório NPP nº 40/2001. São Paulo: FGV-EAESP, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: livro 1 leis e costumes**. Tradução Eduardo Brandão. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global de EPT 2013/4**. Paris: Edições UNESCO, 2014. Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/> >. Acesso em: 31/01/2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

_____. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva.
Brasília: Editora da UnB, 1991.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES E GESTORES

Mestrado – UnC	Questionário Investigativo	Área: Educação
-----------------------	-----------------------------------	-----------------------

Estado: _____ Cidade: _____ UF _____

Bairro: _____ ESCOLA: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bom dia/tarde/noite. Meu nome é: **RODNEI OLIVEIRA DE LIMA CAMARA.**

Estou fazendo uma pesquisa sobre o resultado do IDEB nas escolas desse município. A sua opinião e participação ajudará a descobrir que elementos e fatores, existentes na escola, são influenciadores nos resultados obtidos no IDEB por esta instituição educacional. Esse questionário é confidencial e será utilizado somente para a análise desta pesquisa.

RODNEI OLIVEIRA DE LIMA CAMARA
RG 28.038.689-8
PESQUISADOR

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA EDUCACIONAL DISSERTAÇÃO DE MESTRADO MESTRANDO: Rodnei Oliveira de Lima Camara	Nº da Entrevista _____
	Data: ____/____/____

Bloco Socioeconômico

1. Idade: () 21 a 30 anos () 31 a 40 anos () mais de 41 anos
2. Gênero: () masculino () feminino
3. Nível de escolaridade:
() graduação () especialização () mestrado () doutorado
4. Tempo como profissional da educação:
() 1 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos () 15 a 20 anos () mais de 20 anos
5. Possui algum curso específico em Gestão Escolar?
() sim () não Qual? _____
- 5.1 Situação Funcional: () Efetivo () ACT (Admitido em Contrato Temporário)
6. Ao todo, quantas horas/aulas ministra por semana?
() 10 () 20 () 30 () 40 () 50 () 60 () outra:
7. Trabalha em escola: () Pública () Privada () Ambas
8. Cidade de atuação: () a mesma onde mora () em outra cidade

Bloco capital social

9. Grupos e redes

9.1 Você participa de algum grupo formalmente organizado? Como é sua participação?

(1) líder; (2) muito ativo; (3) relativamente ativo; (4) não participa das decisões; (5) não participa de uma associação como esta.

Tipo de associação:	Sua participação:
Cooperativa	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Associação de profissionais	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Sindicato	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Associação de bairros	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Grupo religioso	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Grupo ou movimento político	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Grupo ou associação cultural	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Grupo financeiro	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Grupo educacional	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

Grupo esportivo	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
ONG ou grupo cívico (ex.: Rotary Clube, etc.)	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Grupo de leitura/estudos	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5
Outros grupos	() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

10. Confiança e solidariedade

10.1 Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações:

(1) concordo; (2) concordo em partes; (3) discordo.

a) Pode-se confiar na maioria das pessoas desta escola.	() 1 () 2 () 3
b) Nesta escola é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	() 1 () 2 () 3
c) A maioria das pessoas desta escola está disposta a ajudar quando você precisa.	() 1 () 2 () 3
d) Nesta escola, as pessoas, geralmente, não confiam uma nas outras quanto à troca de materiais didáticos	() 1 () 2 () 3

10.2 Em geral, o quanto você confia nos diferentes segmentos da escola?

(1) não confio; (2) razoavelmente; (3) confio muito.

a) Equipe administrativa	() 1 () 2 () 3
b) Equipe pedagógica	() 1 () 2 () 3
c) Professores	() 1 () 2 () 3
d) Alunos	() 1 () 2 () 3
e) Representantes de pais	() 1 () 2 () 3
f) Secretaria da Educação/ GERED	() 1 () 2 () 3

10.3 E, em outras pessoas de seu convívio? (Enumere conforme questão anterior)

a) Amigos	() 1 () 2 () 3
b) Familiares	() 1 () 2 () 3
c) Vizinhos	() 1 () 2 () 3

10.4 Você aconselharia alguém, ao abrir um negócio, a sugerir sociedade?

() sim; () não.

10.5 Com que frequência você diria que (você) ajuda as pessoas desta escola?

() Sempre ajuda; () Quase sempre ajuda; () Algumas vezes ajuda; () Raramente ajuda;
() Nunca ajuda.

11. Ação coletiva e Cooperação

11.1 Nos últimos anos, você trabalhou em equipe com as pessoas da sua escola?

() sim; () não.

11.2 Quais foram as três principais ações que você realizou em conjunto com a Equipe da escola?

a. _____

b. _____

c. _____

11.3 Suponha que ocorresse algum problema sério com alguma pessoa desta escola (doença grave, acidente, etc.). Qual a probabilidade de você envolver as pessoas da escola para ajudá-la?

() muito provável; () relativamente provável; () improvável.

12. Informação e comunicação

12.1 Quanto aos meios de comunicação, o que você utiliza como meio de informação? Com que frequência?

(1) não utiliza; (2) utiliza pouco; (3) só se necessário; (4) sempre que possível; (5) muito frequentemente.

Jornal impresso	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
Internet	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
Televisão	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
Rádio	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
Livros	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
Revistas	()1 ()2 ()3 ()4 ()5

12.2 Ainda sobre os meios de comunicação, o que você utiliza como meio de divulgação? Com que frequência?

(1) não utiliza; (2) utiliza pouco; (3) só se necessário; (4) sempre que possível; (5) muito frequentemente.

Jornal impresso	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
Internet	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
Televisão	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
Rádio	()1 ()2 ()3 ()4 ()5

Livros	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
Revistas	()1 ()2 ()3 ()4 ()5

12.3 Você tem o hábito de ler?

() sim; () não.

Com que frequência? _____

12.4 De onde vem o teu incentivo à leitura?

12.5 Como leitor, cite três livros que você recomendaria aos alunos:

12.6 Cite três livros que você recomendaria aos professores:

12.7 Cite três livros que você recomendaria aos gestores escolares:

12.8 Você promove em sua escola alguma atividade relacionada à divulgação de livros? () sim; () não.

12.9 Em relação às premiações aos alunos, você incentiva para que sejam utilizados livros como prêmios? () sim; () não.

12.10 Onde você busca apoio para sua prática diária?

() ciência; () religião; () ambas; ()

outra: _____

13. Coesão e inclusão social

13.1 Como você descreveria o seu grau de proximidade com as pessoas da escola?

(1) muito distante; (2) relativamente distante; (3) nem distante, nem próximo; (4) relativamente próximo; (5) muito próximo.

a) com os alunos	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
b) com os professores	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
c) com os demais funcionários	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
d) representantes de pais	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
e) comunidade em geral	()1 ()2 ()3 ()4 ()5
f) Secretaria de Educação/ GERED	()1 ()2 ()3 ()4 ()5

14. Autoridade e capacidade de ação pública

14.1 Qual o controle que você tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias?

() nenhum controle; () controle sobre poucas decisões; () controle sobre algumas das decisões; () controle sobre a maioria das decisões; () controle sobre todas as decisões.

14.2 Até que ponto a Secretaria de Educação/GERED e líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas por você em relação a esta escola? () muito; () um pouco; () não levam em consideração.

15 Bloco IDEB e Desenvolvimento

15.1 Você tem conhecimento dos resultados do IDEB ao qual seus alunos se submetem? () sim, de todos; () sim, de mais da metade; () sim, da metade; () sim, de menos da metade; () não.

15.2 Tendo o IDEB como um referencial da qualidade da educação você considera, como influentes do seu resultado, os fatores abaixo:

a. Nível de desenvolvimento da região? () sim; () não.

Se “não” Ao que atribui? _____

b. Nível de interesse da comunidade? () sim; () não.

Se “não” Ao que atribui? _____

15.3 Considerando que a educação é fundamental para o desenvolvimento e admitindo que o desempenho do IDEB indique uma educação de qualidade, você considera sua cidade (a cidade onde se localiza a escola em que atua):

() desenvolvida; () pouco desenvolvida; () não desenvolvida. Esta condição, você atribui a que fatores: _____

15.4 Os resultados do IDEB são apresentados a comunidade escolar?

() em todas as edições () quase todas as edições () nenhuma edição

15.5 São realizadas estratégias ao longo do ano para se alcançar melhores Índices no IDEB? () sempre () quase sempre () não

Cite algumas das estratégias: _____

